

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação
Mestrado em Ciências da Comunicação

**TV digital, Estado e sociedade civil:
trajetórias e perspectivas**

Aluna: Paola Madeira Nazário
Orientador: Prof. Dr. Valério Cruz Brittos

São Leopoldo (RS), 2009.

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação
Mestrado em Ciências da Comunicação

**TV digital, Estado e sociedade civil:
trajetórias e perspectivas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale
do Rio dos Sinos como requisito total para a obtenção
do título de mestre.

Aluna: Paola Madeira Nazário
Orientador: Prof. Dr. Valério Cruz Brittos

São Leopoldo (RS), 2009.

Em memória, e com eterna saudade, dedico este trabalho à minha “vózinha”, Irma de Quadros Madeira, pelo exemplo de vida e de ética. E principalmente por ter me apresentado o valor do amor incondicional e da alegria de viver.

Agradecimentos

+ A minha mãe, Aderina de Quadros Madeira pelo exemplo de força e determinação. Além de ser a pessoa, em especial, responsável pela base prática e emocional da minha trajetória.

+ Ao meu pai, Temo Nazário, pelo seu apoio incondicional e por representar uma fortaleza em minha vida.

+ À Rodrigo Madeira Nazário, meu irmão, pela paciência e principalmente, por permitir e sustentar meu crescimento pessoal e intelectual.

+ À minha terapeuta, Rosana Passarof, pela competência profissional no restabelecimento e manutenção da minha sanidade mental e minha certificação na crença da superação humana, apesar de muitos caminhos ainda terem que ser trilhados. No entanto, sem sua presença este processo não teria nem tido seu início.

+ Com muito carinho, ao meu orientador, pelo sentimento fraternal que extrapola a contribuição científica e identifica uma relação de respeito, aprendizagem de vida, de conduta ética e profissional. Agradeço também sua paciência, complacência e incentivo, bem como sua demonstração de equilíbrio psicológico e profissional.

+ Meu agradecimento especial a professores responsável pelo meu caminho na área da pesquisa acadêmica. À prof. Cosette Castro pela amizade, preocupação e atenção; à prof. Nísia Maria pelas oportunidades e incentivo, Ao prof. Pedro Osório pelo exemplo profissional.

+ Aos meus amigos, pelo compartilhamento das inseguranças e delírios histéricos, pela companhia nas mesas de bar, espaço de reflexão esquizofrênica, mas necessária. Em especial agradeço a “abextaiada” Pati Lampert, pelas revisões textuais, risadas, brigas e ao apoio seu, que vai muito além de uma simples relação de amizade. Também sou grata à Dani “Florim”, por representar um exemplo e companhia de vida e demonstração de uma consciência crítica rara, além de me permitir a certificação de que existem sentimentos eternos e irrestritos.

+ Ao meu companheiro Luis Henrique, por fazer com que eu tenha a graça de vivenciar o amor verdadeiro tão esperado. Também sou grata por seu apoio, paciência e confiança em uma mudança necessária e indispensável, já que o “meu bem” acompanhou a fase mais difícil desse processo. Além do mais, concedeu-me a importância e o prazer de se viver uma relação a dois compartilhando dificuldades e alegrias, de me sentir, às vezes, uma criança em meio a uma ciranda de roda.

+ À família Porsche, pelo acolhimento carinhoso, por me permitir o acesso a uma relação familiar sólida e acolhedora, cercada de atenção e sentimentos verdadeiros. À Simone, pelo humor ácido e inteligente; à dona Laci, como fonte de carinho e atenção; à vovozinha, como exemplo de vida, saúde e energia.

+ Aos meus amigos e companheiros do Grupo de Pesquisa CEPOS, por permitirem um espaço de diálogo, apoio e trocas de problemáticas acadêmicas e pessoais que colaboraram para acalantar as inseguranças de ordem profissional e sentimental.

+ A mim, por, apesar dos percalços e imaturidade, ter conseguido contemplar meus objetivos e superar meus limites, além de ter absorvido lições pessoais e acadêmicas que identificam um crescimento de vida.

Sumário

Resumo.....	9
Introdução.....	11
1. Comunicação, capitalismo e mudanças sociais.....	21
1. 1. Comunicação e capitalismo.....	21
1. 2. Comunicação, técnica e mobilidade social.....	25
1. 3. Economia Política da Comunicação e articulações.....	29
1. 4. Cenário e implementação da TV digital no Brasil.....	33
2. Sociedade civil e movimentos estruturantes.....	40
2. 1. Sociedade civil e trajetória teórica.....	40
2. 2. Sociedade civil e técnica.....	46
2. 3. Sociedade civil e exercício da democracia.....	50
2. 4. Sociedade civil e espaço público.....	53
3. Entidades da sociedade civil e ação participativa.....	57
3. 1. Regulamentação brasileira e história.....	57
3. 2. Agrupamentos e espaços de análise.....	61
3. 3. Entidades e participação social.....	64
3. 3. 1. Agrupamentos de Movimentos Amplos.....	65
3. 3. 2. Agrupamentos de Movimentos Efetivos.....	67
3. 3. 3. Agrupamentos de Movimentos Normativos.....	77
3. 4. Síntese da movimentação das entidades organizadas.....	85
Considerações conclusivas.....	91
Referências.....	100
Anexos.....	105

Lista de tabelas

Tabela 1. Principais redes de televisão abertas do Brasil.....	34
Tabela 2. Cronograma para o início da transmissão de TV digital por região.....	39
Tabela 3. Proposta temática do FNDC para a Conferência Nacional de Comunicação Social.....	81
Tabela 4. Resumo dos movimentos da sociedade civil (I).....	85
Tabela 5. Resumo dos movimentos da sociedade civil (II).....	86
Tabela 6. Resumo dos movimentos da sociedade civil (III).....	87
Tabela 7. Resumo dos movimentos da sociedade civil (IV).....	88

Lista de figuras

Figura 1. Agrupamentos de análise da regulamentação comunicacional.....	62
---	----

Resumo

A dissertação investiga a movimentação das entidades da sociedade civil vinculadas à regulamentação das questões comunicacionais, a partir do processo de digitalização da televisão brasileira. Através do eixo teórico-metodológico da Economia Política da Comunicação, em diálogo com outras contribuições, são realizadas análises, no estudo da mídia, frente à relação entre Estado, mercado e sociedade civil e considerando a regulamentação da televisão digital no Brasil. A pesquisa visa compreender as dinâmicas e a inserção das entidades da sociedade civil Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação (FNDC) e Coletivo Intervenções perante pólos sociais essenciais na configuração da nova tecnologia digital. A problemática desta pesquisa trabalha para responder como entidades da sociedade civil voltadas às questões comunicacionais manifestam-se no processo de regulamentação e implementação da televisão digital no país. Pretende-se também averiguar qual o impacto dessas manifestações na regulamentação da TV digital e se este impacto aproximará o televisual de um espaço público. A partir daí, conclui-se que as organizações da sociedade civil ligadas à democratização da mídia não avançaram efetivamente na regulamentação e implantação da TV digital, por priorizarem pontos mais abrangentes da pauta relacionada com as demandas públicas, na área comunicacional, como a luta pela realização da primeira Conferência Nacional de Comunicação Social, o que, ao final, pode vir a incidir sobre a temática da digitalização. Nesse sentido, percebe-se que os entes sociais pesquisados movimentaram-se de maneira inédita na história da reivindicação social em prol da democracia midiática, articulando algum debate social (mesmo que com especificidades e pontualidades). Contudo, até o momento suas ações não repercutiram na ampliação do espaço público midiático, na medida em que (ainda) não se consubstanciaram em políticas públicas, já que não houve modificação do marco legal do setor de comunicação nacional.

Palavras-chave: Economia política da comunicação; políticas de comunicação; televisão, digitalização e sociedade civil.

Abstract

The dissertation investigates the handling of civil society organizations related to the regulation of communication issues, from the process of digitalization of television in Brazil. Through the theoretical and methodological axis of the Political Economy of Communication, in dialogue with other contributions, is analysis, the study of media, at the relationship between state, market and civil society, and considering the regulation of digital television in Brazil. The research seeks to understand the dynamics and the inclusion of civil society. National Forum for Democratization of Communication (FNDC) and Collective Intervozes, to essential social sectors in shaping the new digital technology. The issue of this research work to respond to civil society organizations devoted to communication issues are manifested in the regulatory process and implementation of digital television in the country. It is also intended to ascertain what impact these events in the regulation of digital TV and it brought the impact of a televisual public space. From there, it appears that civil society organizations linked to the democratization of the media have not advanced effectively in regulation and deployment of digital TV, for prioritize the most comprehensive of the staff related to public demands in the area of communication, such as the fight by the first National Conference on Media, which in the end, could focus on the theme of digitization. Accordingly, we find that the social entities surveyed moved up on a new claim in the history of social media for democracy, articulating a social debate (even with special features and punctuality). However, until now his actions did not pass the extension of public space media, in that is not supported (yet) by public policies, since there was no change in the legal framework of the sector of national communications.

Keywords : Political Economy of communication, policies, communication, television, digitalization and civil society.

Introdução

Para desenvolver um estudo sobre as dinâmicas e atuações da sociedade civil, na questão da comunicação no Brasil, esta pesquisa utiliza como cenário o advento tecnológico da TV digital terrestre. O processo de implementação da televisão digital depende de um conjunto de decisões tomadas pelas empresas midiáticas, das ações governamentais relativas às temáticas de regulamentação e fiscalização do processo e também da sociedade civil, que pode agir de maneira ativa, resultando em um encaminhamento mais plural e democrático da questão.

Importante apresentar neste quadro o problema estrutural da TV brasileira, pois a situação das comunicações no país permanece praticamente a mesma de algumas décadas atrás. Depois de um longo trajeto, desde o seu surgimento no país, o mercado comunicacional continua oligopolizado pela Rede Globo, que, apesar de demonstrar fragilidades e modificações (como a adequação ao surgimento da televisão por assinatura e à entrada de corporações transnacionais), continua na liderança, mesmo que à custa de endividamento.

Com o advento da TV digital há uma mudança paradigmática no contexto comunicacional brasileiro. Sendo assim, tratar de televisão digital não descarta analisar os preceitos que envolvem o sistema televisivo como um todo neste país, pois a digitalização não significa o isolamento desta tecnologia, visto que, no período de 10 a 15 anos, este será o principal modo de transmissão televisual. Com isso inserem-se as problemáticas da televisão digital no quadro geral das questões audiovisuais brasileiras.

Os caminhos trilhados pela sociedade civil na contemporaneidade e a mensuração de sua força, em dialogar com instâncias determinantes do poder, é essencial para o entendimento do momento histórico-político nacional e do potencial democrático de políticas públicas brasileiras. A apropriação da sociedade civil como material empírico desta pesquisa faz-se pertinente, na medida em que este ambiente é um pólo de articulação importante para que os interesses da sociedade em geral sejam devidamente assegurados, diante das lógicas hegemônicas do mercado capitalista, apresentadas pela dinâmica das empresas midiáticas nacionais.

Deve-se levar em consideração, nesse cenário, que a concentração das empresas privadas de mídia estabelece uma relação inversamente proporcional à atividade realizada pela sociedade civil no espaço público. Isto é, quanto mais concentrado é o ambiente midiático, menos se abre espaço para a possibilidade de organização e manifestação da sociedade civil na articulação de seus movimentos. Devido à concentração da mídia e, por

consequente, da informação, agente importante para a constituição da base sólida de toda e qualquer organização social, o potencial de ações dos atores sociais fica fragilizado, já que a pauta pública tem uma divulgação fortemente condicionada aos interesses dominantes.

Tradicionalmente, no Brasil, a atuação do Estado no ambiente midiático é de tendencialmente não desenvolver políticas democráticas de comunicação, pois, ou mantém uma política autoritária, provinda do regime ditatorial no país, ou se insere em lógicas globalizadoras, que priorizam a lucratividade, inexistindo um conjunto de ações coordenadas e previamente planejadas, visando objetivos amplos, do interesse social.

Diante desta constatação, é imprescindível analisar as movimentações do Estado e da sociedade civil frente à formulação de políticas públicas que atentem aspectos democratizantes do setor midiático, principalmente agora, em tempos de digitalização da TV. Para esta análise é necessário dar atenção a questões como a determinação de diretrizes de regulamentação e o debate entre estes dois ambientes, Estado e sociedade civil. Se forem trabalhados em marcos mais públicos, tais itens poderão resultar em uma nova formulação da política nacional para o macro-setor e, quem sabe, uma comunicação mais democrática.

As questões levantadas determinam que o debate sobre o processo de implementação do televisual digital no Brasil, fato que representa uma importante inovação, não pode ser reduzido somente à capacidade de interatividade, avanço na qualidade de imagem e som e aumento da capacidade de transmissão. A temática da televisão digital requer também atenção na maneira como será desenvolvido o processo de regulamentação no período de sua implantação.

A partir desta preocupação, a pesquisa aqui realizada tem como objeto empírico as entidades da sociedade civil que tratam de temáticas comunicacionais. Há, portanto, nesse quadro três elementos-chave a serem articulados: o Estado, enquanto ambiente regulador, o mercado (das indústrias culturais), guiado pela lógica capitalista, e a sociedade civil, potencial mantenedora do bem público. O problema que relaciona estes pontos será desenvolvido da seguinte forma:

a) Como as entidades da sociedade civil voltadas às questões comunicacionais se manifestam no processo de regulamentação e implementação da televisão digital no país?

b) Qual o impacto das atividades realizadas pelas entidades da sociedade civil na regulamentação da televisão digital?

c) As ações das entidades da sociedade civil aproximarão a TV digital de um espaço público?

Para responder às questões que norteiam tais indagações são necessários objetivos de

pesquisa que supram estas interrogativas. Como objetivo geral atribui-se pesquisar o debate da sociedade civil na criação de políticas públicas referentes ao ambiente comunicacional, trabalhando o processo de construção e implementação da regulamentação brasileira para a TV digital. Tem-se a convicção que, para alcançar este objetivo geral, é necessário perseguir estes objetivos específicos:

a) Analisar quais são as estratégias e dinâmicas desenvolvidas pelas entidades da sociedade civil que podem sinalizar sua participação no processo de implementação e regulamentação da TV digital no Brasil;

b) compreender se haverá alguma alteração na demarcação legal do ambiente comunicacional no Brasil, pesquisando principalmente a criação e implementação de políticas públicas para a televisão digital;

c) averiguar se os processos de mobilização das entidades da sociedade civil incidem nas ações do Estado, no que diz respeito à regulamentação do televisual digital no Brasil;

d) perceber se o advento da televisão digital acarretará demarcações legais no ambiente comunicacional, que aproximem a televisão de um espaço público;

A sociedade civil e sua capacidade de mobilização no processo de regulamentação do setor midiático têm sido problema recorrente para esta pesquisadora, impulsionando o questionamento desta dissertação. No desenvolvimento de trabalhos de pesquisa ao longo de dois anos e meio, na modalidade de iniciação científica, foram investigadas questões acerca da importância de se ter uma regulamentação que fortaleça os processos de democratização dos meios de comunicação social no país, uma questão essencial, devido à abrangência do setor na economia nacional e também por seu conteúdo contribuir fortemente na construção das identidades, conhecimento e imaginário social dos brasileiros.

Para a pesquisadora, as temáticas sociais sempre foram foco de preocupação, tendo a percepção de que somente uma sociedade civil organizada poderá combater as injustiças de um sistema governamental e de mercado tão excludente, principalmente na realidade brasileira.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de se analisar a participação da atividade civil nas políticas públicas de regulamentação dos setores comunicacionais, principalmente nesse momento de modificações importantes, na maneira como a população irá se relacionar com os conteúdos televisivos, ante a passagem para o patamar digital. Esta reconfiguração amplia a necessidade de tratar a falta de controle social da informação pelos cidadãos, considerando o caráter público dos serviços audiovisuais, mesmo quando prestados pela iniciativa privada.

A inserção da sociedade civil nesta investigação se dá pela sua importância, na tentativa de firmar o estabelecimento de garantias no acesso aos serviços públicos à maioria da população. Diante disso, é relevante pesquisar o quanto essas entidades participam do cenário de discussão sobre a regulamentação e implementação da TV digital no país.

A regulamentação possibilitada pelo Estado é uma ferramenta fundamental para criar nas sociedades delimitações que garantam a autonomia dos cidadãos frente aos interesses políticos e de lucro priorizados pelos empresários da mídia. Dessa maneira, a intervenção estatal e os movimentos das entidades da sociedade civil são fundamentais para estabelecer um contexto efetivamente democrático e plural. No entanto, é perceptível que “os Estados perderam sua capacidade de estruturar o setor das comunicações”,¹ apesar de haver brechas que possibilitam o desenvolvimento de políticas mais democráticas.

Justifica-se abordar esta temática para averiguar o teor de mobilização que essas entidades têm em reorganizar uma contra-hegemonia, para que assim possam alterar as estruturas de poder. Esta questão é de suma importância para que se possibilite detectar as problemáticas que dificultam o diálogo dessas organizações com outras esferas da sociedade.

No Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, esta investigação insere-se na linha de pesquisa Mídia e Processos Audiovisuais, visto que suas diretrizes abordam a perspectiva cultural no bojo da convergência tecnológica e das mídias audiovisuais, inserindo neste contexto a regulamentação e a televisão digital. Desta forma, busca dar alguma contribuição para o desenvolvimento da linha, cuja ementa estabelece que: “Desenvolve investigações teórico-metodológicas sobre a significação e a produção da produção, da circulação e do consumo de audiovisuais focalizando suas estéticas, linguagens e técnicas, os devires de cultura, as estratégias e a economia política dos meios”.²

A pesquisa, por sua vez, é realizada no âmbito do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade (CEPOS), espaço acadêmico de construção do conhecimento que prima pela análise do audiovisual, focalizando a Economia Política dos meios, onde se inserem o papel das políticas públicas e a ação da sociedade.

O presente estudo busca cumprir sua finalidade científico-acadêmica de colaborar com o desenvolvimento da pesquisa no campo comunicacional, através da Economia Política da Comunicação (EPC), discutindo conceitos adequados à sua proposta. Acrescenta a esta

¹ GASPERIN, Herman. **New television, old politics**: the transition to digital TV in the US and Britain. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 382.

² UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. **Linhas de Pesquisa**. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ppg/comunicacao/index.php?option=com_content&task=view&id=38&Itemid=121&menu_ativo=active_menu_sub&marcador=121>. Acesso em: 20 fev. 2008.

finalidade uma dimensão social, para auxiliar tanto a compreensão do que constitui o caráter social da TV digital, quanto para despertar o interesse da sociedade civil, enquanto contribuinte das garantias do serviço de comunicação, que tem, aliada à sua função cultural, a obrigação de servir aos interesses públicos.

Os resultados desse trabalho podem colaborar para a verificação dos caminhos e desafios das entidades da sociedade civil, ao se mobilizarem e efetivarem suas ações junto ao ambiente estatal. O acompanhamento dessas entidades é de suma importância, visto que suas ações buscam um ambiente midiático mais democrático, essencial para o momento da conversão digital. Já o âmbito da investigação que abordará o Estado poderá acarretar um claro mapeamento de suas ações, que, por fim, demonstrarão seu comportamento quanto às políticas de implementação da TV digital, sendo que o conhecimento do processo regulamentador fortalece a sociedade civil para futuras intervenções.

Crê-se que a pesquisa deverá também fornecer um melhor entendimento da definição, movimentos estruturantes e inserção desta indústria no país, um setor de crescente interesse, tendo em vista sua contundente expressão econômica e relevante repercussão social.

É de suma importância o diálogo da sociedade civil com o ambiente estatal, já que este, entre outras funções, tem como incumbência atuar em favor da boa administração dos recursos públicos, na proteção dos direitos que a Constituição garante ao cidadão e na defesa da melhor qualidade dos serviços públicos prestados à coletividade. Dessa maneira, é imprescindível sua atuação frente ao posicionamento das indústrias culturais na relação com a sociedade.

Em sociedades mais evoluídas em sua organização social, em termos de controle público sobre os mercados, as indústrias culturais têm seus processos mais limitados pelo Estado e também fiscalizados pela própria sociedade civil. Em sociedades como a brasileira, onde existe uma tradicional liberdade para as ações midiáticas, e um ambiente democrático recente, há uma crescente preocupação com as consequências das ações da mídia, mas ainda de maneira incipiente.

Abarcar uma metodologia que atinja com efetividade os objetivos geral e específicos desta pesquisa compreende várias frentes de trabalho, que levarão à composição do quadro de verificação das movimentações das entidades civis, segundo a abordagem pertinente à Economia Política da Comunicação. Utilizar este viés teórico-metodológico significa trabalhar de maneira dialética as relações da mídia, Estado e estrutura social, abordando questões da ordem das políticas públicas.

Esta abordagem tem como aparato teórico o pensamento marxiano, que abrange, direta

ou indiretamente, tópicos como divisão de classes, relações de poder, determinação infra-estrutural e hegemonia. A partir deste quadro, insere-se a perspectiva gramsciana, dando atenção às relações envolvidas com o aparelho do Estado e o conceito de sociedade civil:

Na estruturação metodológica desta investigação, em consonância com a Economia Política da Comunicação, possui centralidade a contribuição fundamental de Marx, cujo maior legado, para incorporação na contemporaneidade, é o método, concebendo a realidade como histórica, contraditória e em constante mutação (processos dialéticos), de onde propôs leis gerais do modo de produção, como a lei do valor. A descoberta das leis dos fenômenos estudados é uma preocupação do pensamento marxiano, o que passa pela análise das continuidades, rupturas e conexões, onde o homem e seu contexto exercem um papel central. Isto é possível a partir da reinterpretação que Marx e Engels fazem da dialética hegeliana, constituindo o método materialista histórico dialético, saindo do nível do espírito e das idéias para o plano da materialidade da ação humana e da historicidade, construindo o objeto a partir do empírico e através de abstrações. Desta forma, considera-se os processos midiáticos contemporâneos dialeticamente marcados pela lógica do valor e por movimentos (incompletos) de subsunção dos mundos da vida pelos capitais.³

Os dados abordados nesta pesquisa necessitam ser analisados tendo em vista os objetivos propostos na investigação e trabalhados nos limites da Economia Política da Comunicação, que identifica as indústrias culturais contemporâneas como ambientes de acumulação capitalista, onde a ação do Estado é definida como contraditória, ao primar pelos interesses econômicos e não sociais, os quais, por excelência, não podem ser abandonados totalmente, pois são essenciais para a manutenção do próprio sistema.

Nesse sentido, o método materialista histórico dialético, tratando as relações de continuidade e ruptura do objeto e o chão econômico-social que o sustenta, possibilita uma análise mais completa, pois não se limita à análise do objeto de pesquisa propriamente dito, levando em consideração a realidade social na qual o problema está inserido, vislumbrando a transformação social:

Consideramos como válido o enfoque histórico-estrutural para a nossa realidade social que, empregando o método dialético, é capaz de assinalar as causas e as conseqüências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e realizar através da ação de um processo de transformação da realidade que interessa.⁴

O critério para a escolha das entidades da sociedade civil investigadas vem de sua representatividade no cenário nacional, quanto à discussão no ambiente das problemáticas comunicacionais. Atualmente, a questão midiática vem permeando um conjunto de organizações, mas aqui se elege especificamente duas, voltadas exclusivamente para a

³ BRITTOS, Valério Cruz. Projeto de pesquisa. **TV digital terrestre**: política pública, estratégia midiática e reconfiguração no capitalismo contemporâneo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2007.

⁴ TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006. p. 125.

democratização da mídia e de maior dimensão, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e o Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes). Entretanto, vale ressaltar que não serão descartadas eventuais interferências de outras organizações, na medida em que se apresentem como relevantes aos objetivos desta pesquisa.

O FNDC foi selecionado como parte do *corpus* por sua forte atuação na democratização da comunicação e por sua abrangência nacional, visto que seus representantes atuam com base em seus 12 comitês regionais, instalados em nove estados da Federação.

Criada em 1991, a entidade sempre esteve presente nas discussões referentes ao meio comunicacional, obtendo conquistas efetivas, como a implantação do Conselho de Comunicação Social (CCS) e a disputa da regulamentação da TV a cabo (com a inserção dos canais legislativos, universitários e comunitários), tendo também trabalhado pela formação do ambiente para o estabelecimento de um conceito de radiodifusão comunitária, um dos pilares de destaque para a criação da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), em 1998.

O Coletivo Intervozes foi incluído por ter uma atuação abrangente na arena nacional e, particularmente, nos assuntos que dizem respeito à digitalização em geral. Esta organização envolveu-se profundamente nos debates iniciais acerca da implantação da televisão digital no país, no período da escolha do sistema de transição, com intensa mobilização de seus associados e diálogo com outras organizações e redes.

O Intervozes possui várias frentes de trabalho para a construção de uma mídia mais democrática. O Coletivo já construiu experiências como o programa *Vozes na TV*, transmitido pelo *site* da emissora televisiva pela internet All TV, o qual tinha por objetivo um espaço aberto para que movimentos sociais, organizações da sociedade civil e ativistas dos Direitos Humanos no Brasil exercessem seu direito à comunicação. Criou também o Observatório de Direito à Comunicação (eletrônico), o qual tem como tarefa central criar um ambiente de acompanhamento, fiscalização e reflexão sobre as políticas públicas no campo da comunicação. Faz parte também, assim como o FNDC, da Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital, que tem o objetivo reunir forças para que as decisões acerca da digitalização da rádio e da televisão no país sejam democráticas e voltadas ao interesse público.

Para o desmembramento dessa investigação, o foco de análise das movimentações das entidades pesquisadas será através de sua atuação em tais espaços:

- a) Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital.
- b) Movimento Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social.

- c) Comissão de Mobilização Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social.
- d) Conferência Preparatória de Comunicação Social.
- e) Seminários Pró-Conferência de Comunicação Social (SPCCS)
- f) Conferência Nacional de Comunicação Social (CNCS)
- g) Encontro Nacional de Comunicação.
- h) Audiências Públicas.
- i) Consultas Públicas.
- j) Atos Públicos.
- k) Decretos
- l) Projetos de Lei
- m) Leis
- n) Emendas
- o) Cartas abertas
- p) Moções

Para tratar dos espaços selecionados para a compilação de dados foi criado um esquema de agrupamentos que possibilita uma melhor sistematização da análise das informações encontradas, também contributivo para melhor aplicar a dialética exigida pelo método do materialismo histórico. Esses agrupamentos são nomeados como *Movimentos Amplos*, *Movimentos Efetivos* e *Movimentos Normativos*, cabendo a constituição conceitual e a seleção específica dos espaços que fazem parte de cada agrupamento serem demonstradas do capítulo três desta dissertação.

Averiguar relação e permeabilidade entre o ambiente estatal e a sociedade civil é essencial para o desenvolvimento desta pesquisa, devido ao novo quadro da comunicação nacional promovido pela digitalização da TV. O que será pesquisado nesses dois pólos sociais não pode ter objetos de investigação tratados separadamente, visto que o que será abordado é exatamente o diálogo e as imbricações entre sociedade civil e Estado. Para isso, é necessário destinar atenção para espaços governamentais responsáveis pelo debate e ação política, como: Casa Civil, Congresso Nacional, Senado Federal, Ministério da Cultura, Ministério das Comunicações, Ministério Público Federal, Conselho de Comunicação Social, Comissões de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados, os quais são ambientes indispensáveis para o entendimento do diálogo entre entidades e Estado.

A pesquisa envolve, por um lado, consulta em bibliotecas, livrarias e internet, em busca de livros, revistas, jornais, periódicos em geral, relatórios, documentos diversos e elementos múltiplos. Por outro, subsidiariamente engloba coleta de dados diretamente junto às

fontes, aplicando-se instrumentos (entrevistas), ao lado disso efetuando-se monitoramento das atividades do ambiente estatal e civil. No contato com as fontes, trabalha-se essencialmente através de correio eletrônico, de forma complementar podendo-se promover deslocamentos para efetivação de entrevistas com os principais membros das entidades pesquisadas. As entrevistas servem como mecanismo para aprofundar o conhecimento disponível sobre determinados pontos específicos do conjunto de atividades das entidades da sociedade civil relacionadas com as problemáticas midiáticas. Ou seja, pretende-se utilizar fontes primárias e secundárias, na construção e análise do objeto. O período de coleta de dados e análise do material pesquisado é entre os meses de março de 2007 e dezembro de 2008.

Desta forma, os dados serão coletados essencialmente através dos procedimentos seguintes:

- a) Leitura, fichamento e debate de trabalhos acadêmicos.
- b) Leitura, cadastramento e análise de textos legais.
- c) Leitura, registro e análise de documentos oficiais.
- d) Leitura, organização e debate de posicionamentos de atividades da sociedade civil.
- e) Aplicação e interpretação de entrevista a agentes da sociedade civil.

Os espaços arrolados são utilizados para, a partir da relação que estabelecem entre si, construir um conhecimento científico da realidade comunicacional do país:

A observação, a análise e a interpretação dos dados serão efetuadas relacionando-os entre si, a partir de uma concepção histórica da realidade e de sua reconstrução científica. É proposto um conhecimento científico transcendente da fragmentação e compartimentação da realidade e da experiência histórica, expondo as contradições econômico-políticas e sócio-culturais que marcam as dinâmicas e estruturas comunicacionais. Assim, o objeto de conhecimento deverá ser construído teoricamente.⁵

O conjunto desta dissertação é composto por três capítulos, que buscam atingir os objetivos do trabalho. O capítulo 1, intitulado *Comunicação, capitalismo e mudanças sociais*, discute a Economia Política da Comunicação como eixo estruturador da pesquisa, isto é, a mídia relacionada com os movimentos econômico-culturais no espaço contemporâneo. Compreende também a discussão da comunicação, balizando a abordagem da televisão digital, trazendo o cenário atual da situação midiática no Brasil e suas relações com o mercado, ambiente estatal e sociedade. Considerando que o foco deste capítulo é discussão da mídia no atual sistema político e econômico do país, a pesquisa compreende uma revisão bibliográfica com fundamentação teórica nos estudos que tratam sobre comunicação e capitalismo.

⁵ BRITTOS, Valério, op. cit.

O objeto empírico desta pesquisa é conceituado no capítulo 3, *Sociedade civil e movimentos estruturantes*, que têm como fim apresentar a trajetória histórica da noção de sociedade civil, assim como suas modificações na contemporaneidade. As questões trabalhadas nesse capítulo são constantemente imbricadas com as definições e movimentos do Estado. Por fim, nesta parte da pesquisa aborda-se o espaço público midiático.

Posteriormente, *Entidades da sociedade civil e ação participativa*, constituindo Capítulo 3, compreende o aporte empírico da pesquisa e averigua as movimentação das entidades civis selecionadas, assim também como os agentes estatais, aplicando a metodologia de pesquisa para efetivar a análise e o entendimento do cenário de mobilizações sociais.

1. Comunicação, capitalismo e mudanças sociais

Este capítulo pretende construir uma perspectiva sólida sobre o espaço comunicacional na contemporaneidade, sua relação com o sistema capitalista e as modificações sociais decorrentes da presença midiática, adotando a Economia Política da Comunicação como eixo teórico-metodológico pertinente para o entendimento das angulações propostas. Para a compreensão destas questões, é abordada a lógica socio-técnica das relações sociais e sua maneira de reproduzir o sistema vigente, além de trabalhado o posicionamento midiático e seu grande significado na visão elaborada pelos cidadãos sobre as problemáticas da sociedade em que vivem, inclusive as da comunicação. Ao mesmo tempo, apresenta-se, a partir do exposto, o processo de implementação da TV digital no Brasil.

1. 1. Comunicação e capitalismo

Vários são os estímulos para o aprofundamento da análise e a interpretação dos fenômenos acarretados pela comunicação no desenvolvimento da sociedade, trazidos sob o olhar da importância da comunicação no contexto social contemporâneo. O entendimento do fenômeno das empresas voltadas para a mídia não pode ser encarado de maneira simplista, já que as indústrias culturais expressam o próprio funcionamento dos mercados capitalistas e seus movimentos, sabendo-se que, em quase sua totalidade, vão de acordo com a trajetória traçada pelo sistema, ainda que marcadas por contradições.

A revolução industrial, o avanço do sistema capitalista, a produção em série, a urbanização dos espaços sociais e o uso da publicidade são fatores que fazem crescer demandas sociais, culturais e intelectuais em torno do objeto comunicação, visto que este estrutura e é estruturado por fatos históricos. Importante, neste sentido, que se compreenda a nova configuração da comunicação no espaço contemporâneo, mediante suas movimentações econômicas e políticas, e como esta atua na construção da realidade social.

Tratar da comunicação social hoje requer uma nova leitura dos efeitos e configurações dos meios tecnológicos que “transportam” o comunicar entre as instâncias sociais:

Trata-se de fato da afetação de formas de vida tradicionais por uma qualificação de natureza informacional, cuja inclinação no sentido de configurar discursivamente o funcionamento social em função dos vetores mercadológicos e tecnológicos (que alguns autores preferem chamar de “código”; outros, de “meio”) sobre os conteúdos semânticos.⁶

O capitalismo, a partir da década de 70 do século XX, tem passado por modificações estruturais, como novas relações de trabalho, expansão dos capitais privados e

⁶ SODRÉ, Muniz. Etnicidade, campo comunicacional e midiatização. In: MORAES, Dênis (Org.). **Sociedade midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 19-31. p. 21.

enfraquecimento do papel do Estado. Primeiramente de forma concorrencial e posteriormente monopolista, o capitalismo hoje se torna global, na medida em que se expande geograficamente, atingindo localidades antes distantes da disputa econômica.

Nos dois primeiros momentos do desenvolvimento capitalista, a comunicação apresentava uma função precipuamente ideológica, com objetivos de estruturar e consolidar as identidades nacionais para o fortalecimento do Estado-nação, sendo o segundo momento diferenciado por sua aproximação ainda maior com o capital. Na sua terceira fase, no capitalismo globalizado, a comunicação mantém seu papel ideológico e expande suas funções de diferenciação do produto-mercadoria, configurando, assim, a comunicação industrial, onde sua função prima por reproduzir e manter o conjunto dos sistemas sociais de uma forma global: “a passagem da atividade comunicacional para um novo momento coincide com a reordenação capitalista, tendo em vista sua própria crise e a construção de saídas visando sua superação, como o processo de globalização, em diversos níveis, e da adoção de políticas neoliberais”.⁷

A partir do fim do decênio de 70 do século XX, mas essencialmente desde o início dos anos 80, as redes de comunicação, impulsionadas pelas políticas neoliberais, trabalharam para amenizar a força de regulamentação do Estado sobre a economia, tornando-se essenciais para o projeto de expansão dos mercados capitalistas. Druetta argumenta que o bloqueio do socialismo e a estruturação do sistema mundial, fortalecido a partir da hegemonia norte-americana, criam uma nova ordem no panorama mundial.⁸ Segundo a autora, a década de 80 marca o início das políticas neoliberais e, por conseguinte, das reformas do Estado.⁹ Já na década de 90 o Consenso de Washington projeta a integração dos mercados em blocos regionais, o que pode ser chamado de globalização.

Nesta configuração, percebe-se que as novas tecnologias da informação permitem a efetivação dos movimentos globalizantes das sociedades:

A função dessas novas tecnologias corresponde às necessidades atuais do capital social, que passa a atuar em áreas até então reservadas ao Estado, ao mesmo tempo em que é a principal difusora da cultura global, ordenadora de novas sociabilidades e estimuladoras do próprio movimento de reordenação do capital. A comunicação exerce também um papel primordial na diferenciação do produto, no que igualmente

⁷ BRITTOS, Valério. A terceira fase da comunicação: novos papéis no capitalismo. In: _____. **Comunicação, informação e espaço público: exclusão no mundo globalizado**, Rio de Janeiro: Papel e Virtual, 2002. p. 21-43. p. 43.

⁸ DRUETTA, Delia Covi. Sociedad de la información y el conocimiento: algunos deslindes imprescindible. In: _____. (Coord.). **Sociedad de la información y el conocimiento: entre lo falaz y lo posible**. Buenos Aires: La Crujía, 2004. p. 17-55. p. 20.

⁹ DRUETTA, Delia Covi, op. cit., p. 20

denota sua ligação com a esfera econômica.¹⁰

É nesse novo cenário do sistema capitalista que a comunicação passa por profundas alterações, dotando-se de inovações tecnológicas de forma acelerada e contribuindo contundentemente para as transformações políticas e econômicas. O ambiente comunicacional, no período de reconfiguração do capitalismo, como bem define Brittos, generaliza-se, ou seja, de maneira crescente permeia-se por todas as instâncias, não só pela grande estrutura das empresas, as quais “têm como atividade principal o seu processamento, mas também porque as demais organizações, dos vários ramos econômicos, incorporam os instrumentais viabilizadores do intercâmbio informacional em sua lógica de funcionamento”.¹¹

Uma das maneiras de exemplificar o papel da comunicação no avanço do capitalismo é discutir a função da marca no sistema. Segundo Fontenelle, a marca já ocupa seu papel muito antes do regime pós-fordista, identificando-se no próprio momento fordista da economia capitalista.¹² Devido à expansão de empresas produtoras, surge a competição e, por conseguinte, a necessidade de se diferenciar os produtos; assim a concorrência tem como fruto, a marca. Nesse momento, a cultura começou a ser imbricada à produção de mercadorias, fazendo disso a marca – revestida de investimentos publicitários – responsável pela criação da *fetichização* da cultura, a qual se torna uma ferramenta estruturante do momento capitalista:

Nesse sentido, a crescente paridade do nível tecnológico entre as empresas levou a *marca* a tornar-se o grande diferencial na concorrência entre os capitais individuais, em resposta à tensão homogeneização-diversificação, inerente ao capitalismo como um todo.¹³

O processo social de valorização do capital precisa ser analisado pelos dois fatores importantes que o constituem: a produção e o consumo. Essas duas fases se interrelacionam, onde o momento da produção é essencialmente induzido pela expectativa de lucro, que só se realizará no momento do consumo. Tais movimentos dão as características da mercadoria. Em um primeiro momento, para o capital, a mercadoria tem unicamente seu valor de lucro, enquanto, para o consumidor, ela é um potencial artefato para a satisfação do desejo.

É nesse sentido que a marca torna-se uma peça-chave na manutenção e reprodução do capitalismo, principalmente quando suas especificidades são fortemente solidificadas pelos

¹⁰ BRITTOS, Valério Cruz. A comunicação no capitalismo avançado. **Signo y Pensamiento**, Bogotá, v. 19, n. 36, p. 33-46, 2000. p. 37.

¹¹ BRITTOS, Valério. op. cit., p. 29.

¹² FONTENELLE, Isleide Arruda. **O nome da marca** McDonald's, fetichismo e cultura descartável. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 147.

¹³ FONTENELLE, Isleide Arruda, op. cit., p. 148.

movimentos dos mecanismos midiáticos. A marca é instrumento fundamental para a efetividade do consumo, que, por sua vez, movimentada os mercados capitalistas contemporâneos, tendo centralidade os meios de comunicação. Nesse rumo, a inovação tecnológica, no âmbito do circuito comunicacional, tende a ser incorporada como um mecanismo a mais nos processos de propagação de marca, acelerando a rentabilidade dos negócios.

Nesta relação midiática, cada elo da cadeia exerce um papel, conforme Brittos e Gastaldo:

No desempenho dessas funções, a mídia conta com a legitimidade forjada na própria engrenagem comunicacional capitalista, em que o receptor, tratado como consumidor, é parte dessa máquina, encarado como um dos elos da cadeia, de onde produz sentido (que é por sua vez condicionado pelo disseminado (poder-controle)).¹⁴

Ante isso, percebe-se os meios de difusão de informação e de cultura (jornal, revistas, teatro, discos, fita cassete, película, televisão, cabo e satélite) como uma grande potência a serviço da expansão do capital, na medida em que têm acompanhado e estruturado o avanço capitalista, através da fabricação de produtos culturais capazes de capturar plenamente o consumidor, não só para o consumo específico do bem comunicacional, mas para sua adesão ao conjunto do sistema. A cultura, assim como a mídia que a difunde, permeou-se na esfera econômica, como também na política.

Há uma instigante inter-relação entre os movimentos que marcam o início das políticas neoliberais com as tecnologias da informação. Isso é abordado por Druetta, para quem as instituições financeiras internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, se transformam em fontes de informação, colocando na agenda de governos globalizados os temas que devem ser pensados e sofrer atuação do Estado e do conjunto social.¹⁵ Entende-se, assim, que o simbólico teve um papel importante na aceitação das políticas neoliberais, articulando entre si a política econômica e a publicidade:

as ações de ordem simbólica do FMI e Banco Mundial se unificam no que conhecemos como hipóteses da *agenda setting* que sustentam os meios não nos dizem o que pensar e sim aquilo sobre o qual devemos pensar: Neste quadro se trata de instituições financeiras internacionais que se transformam em fontes informativas, colocando na agenda dos governos globalizados e na mídia dos países os temas acerca dos quais se deve pensar e atuar. Por sua parte os meios referem-se e produzem estes conteúdos e ações ao incorporar em sua própria agenda informações sobre as reuniões internacionais e as atividades governamentais.¹⁶

O capitalismo, com o impulso dado pelos meios de comunicação, apresenta-se como

¹⁴ BRITTOS, Valério Cruz; GASTALDO, Édison. Mídia, poder e controle social. **Alceu** – Revista de Comunicação, Cultura e Política, v. 7, n. 13, p. 121-133, jul-dez. 2006. p. 121.

¹⁵ DRUETTA, Delia Covi, op. cit., p. 22.

¹⁶ Ibid., p. 23.

um modo de produção e um processo civilizatório do sistema econômico e social, pois, além de expandir suas forças produtivas, desenvolve e mundializa instituições, padrões e valores socioculturais, modificando a forma de agir e pensar de uma sociedade. Essas transformações se dão a partir da exigência da racionalidade, produtividade, competitividade e lucratividade inerentes à produção de mercadoria em momentos de capitalismo avançado. Por estes fatos que se deve perceber a atual configuração dos meios de comunicação como uma instância estruturadora das esferas econômica e política da sociedade atual.

Dessa maneira, constata-se que os meios de comunicação são peça chave no capitalismo, seja para a acumulação direta dos capitais, seja para o sistema em seu conjunto, por sua força ideológica, garantindo adesão dos cidadãos e legitimidade ao Estado. A mídia, então, é fundamental na difusão da ideologia capitalista, através da “mobilização e [d]a formação de opinião pública, buscando manter o consenso social”.¹⁷ Quanto ao mercado em si, a mídia tem alavancado a acumulação capitalista, criando um mercado para os equipamentos de recepção comunicacional, como a televisão digital, e funcionando como poderoso instrumento de *marketing* para os bens de consumo de massa.

Com o passar do tempo, cada vez mais a mídia é chamada a sustentar o sistema, funcionando como uma amálgama, mesmo que, para isso, tenha que contradizer-se. Dito de outra fora, se enfaticamente a partir dos anos 80 do século passado, os meios contribuíram decisivamente para a construção do consenso neoliberal, no ano oito do século XXI têm atuado definitivamente para uma mudança de rumos, onde o Estado é novamente chamado a interferir de forma direta nos mercados, buscando a correção daquilo que (sabidamente) o mercado não foi, nem é, capaz de resolver. Nos dois casos, os interesses definidos são mesmos.

1. 2. Comunicação, técnica e mobilidade social

A técnica, no atual momento histórico, é o mais forte ambiente de organização social, pois a partir dela é que se constitui a hegemonia, desenvolvendo e transformando a sociedade. Devido ao aumento das tecnologias eletrônicas, cibernéticas e informáticas, bem como à forte atividade de corporações midiáticas, o poder de organização da sociedade é cada vez mais guiado em direção aos dispositivos técnicos. A mídia, dotada de técnica, faz-se hoje, sem dúvida, uma nova categoria explicativa do modo que se vive, um fenômeno de mudança social, com múltiplas dinâmicas, não casuais, não lineares e complexas. Pode-se falar da

¹⁷ SANTOS, Suzy dos; SILVEIRA, Érico. Serviço público e interesse público na comunicação. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos (Orgs.). **Políticas de comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007. p. 49-82. p. 53 .

mídia como um lugar que serve para a compreensão da própria sociedade, isto é, a sociedade se vê e se interpreta através da mídia.

Na contemporaneidade, a sociedade é complexificada por processos gerados pelas empresas de comunicação. As questões midiáticas, tomadas por esta abordagem como algo central, estabelecem na sociedade um novo vínculo com o sistema organizacional de cada país. O fato da mídia dotar-se de técnica significa que as relações sociais passam a seguir uma lógica sócio-técnica. A técnica modifica as formas tradicionais de organização social e seus discursos regem-se em função de lógicas mercadológicas, de forma que, atualmente, os meios de comunicação e outros dispositivos tecnológicos não funcionam mais somente como mediadores das relações sociais, mas sim como gestores da organização e do funcionamento dessas relações.

O posicionamento midiático é de grande significado na formação da visão elaborada pelos cidadãos dos movimentos políticos do país. A generalidade das instituições e das organizações sociais, assim como seus membros individuais, confronta-se com a necessidade de recorrer ao campo da mídia para poderem prosseguir os seus próprios objetivos e firmarem seus interesses, pois, nas condições do mundo moderno, tanto os objetivos sociais como os interesses humanos assumem obrigatoriamente uma dimensão simbólica. Por outro lado, as imbricações do campo da mídia com todos os outros campos e instituições sociais conduzem a um papel determinante na configuração da homogeneidade social.

Os meios de comunicação atuam na percepção social, atribuindo um novo tipo de relacionamento do indivíduo com as referências concretas e com a realidade:

Da mídia para o público não partem apenas influências normativas, mas principalmente emocional e sensorial, com o pano de fundo de uma estetização generalizada da vida social, onde identidades pessoais, comportamentos e até mesmo juízos de natureza supostamente ética passam pelo crivo de uma invisível comunidade do gosto, na realidade o gosto “médio”, esteticamente determinado. Estimula-se, assim, uma extroversão sistemática, na forma de um emocionalismo desabrido, cuja influência sensorial – relacionamento das tecnologias comunicacionais com o aparelho perceptivo dos indivíduos – conforma o sentido da nossa presença no território que habitamos, no nosso espaço humano de realização.¹⁸

É nesse sentido que se pode inserir o conceito de *ethos*, e sua importância para a organização social. Este conceito designa um espaço para a realização ou para a ação humana, configurando-se pelos valores, regras, hábitos e costumes dos indivíduos que acabam por moldar o senso comum. Segundo Sodré, “não há *ethos* sem um ambiente cognitivo que o dinamize, sem uma unidade dinâmica de identificações de grupo [...] aí atuam as formas

¹⁸ SODRÉ, Muniz. Etnicidade, campo comunicacional e midiatização. In: MORAES, Dênis (Org.). **Sociedade midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 23-24.

simbólicas que orientam o conhecimento, a sensibilidade e as ações humanas”.¹⁹

O que se percebe em tempos atuais é que os valores, regras, hábitos e costumes – o *ethos* –, estão cada vez mais sendo ditados pela mídia, a qual, por sua vez, é fundamentada pela tecnologia e pelas leis ideológicas e de mercado do poder vigente. Sendo assim, a mídia constitui uma instância de mediação social, o que por sua vez influencia na incorporação das demandas da sociedade civil. A força da comunicação midiática não pode ser entendida somente como uma área de importante investimento econômico, mas também como forte agente de atuação simbólica, pois estas tendem a monopolizar o imaginário coletivo. Nesse sentido, as empresas culturais configuram uma ferramenta eficaz para a manutenção do sistema vigente.

A maneira que os meios de comunicação apresentam-se hoje caracteriza uma sociedade imprecisa, o que acaba por dificultar as mobilizações civis em torno de uma ação social. A sociedade moderna está sofrendo modificações em sua constituição; dentre tantas, vive-se atualmente uma formação social movida por fluxos (modernidade líquida),²⁰ que se constitui como diretriz na fluidez dos rumos e das formas de expressão da sociedade. Essas diretrizes são elaboradas e assimiladas de maneira muito rápida, atualmente nada pode ter um tempo de durabilidade muito extenso. É primordial no momento atual que haja uma rapidez nas movimentações sociais, o que leva, como colocado por Bauman, a uma efemeridade das coisas.²¹

O efêmero é a base da fluidez das sociedades modernas, pois baseado nele é que hábitos, rotinas, relações e lugares não se solidificam mais. Os relacionamentos sociais e a interação entre os entes da sociedade, fatores necessários para a organização social, são cada vez mais superficiais e momentâneos. Tudo se insere no processo de obsolescência do capitalismo.

Todavia, as tecnologias de comunicação, em especial a televisão, têm outras conseqüências na sociedade, que não somente a fluidez dos relacionamentos sociais. Este advento tecnológico incide diretamente na tríade economia-política-cultura, agindo principalmente como fator de emancipação ilusória, por parte da sociedade em geral. A TV digital mostra-se com um potencial para acarretar esses sentimentos falaciosos de mudanças sociais, “em culturas que têm um espírito democrático, tradições relativamente fracas e alta reciprocidades a tecnologias novas, todo o mundo” estando “inclinado a se entusiasmar com a

¹⁹ SODRÉ, Muniz, op. cit., p. 24.

²⁰ BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 23.

²¹ BAUMAN, Zygmunt, op. cit., p. 42.

mudança tecnológica, acreditando que seus benefícios se espalharão, em um dado momento, por igual sobre toda a população”.²²

A assertiva de Postman remete à promessa de inclusão e interatividade sinalizadas pela implementação da digitalização da TV no Brasil, até o momento não aplicadas. Diz ainda Postman que as tecnologias que surgem nas sociedades modificam a noção de verdade e conhecimento da população, alterando a maneira habitual da forma de se pensar dos entes sociais, sendo responsável por determinar “um senso do que é a ordem natural das coisas, do que é sensato, do que é necessário, do que é inevitável, do que é real”.²³

Estas tecnologias e os processos comunicacionais em geral acabam por trazer uma nova configuração do trabalho, da cultura, das relações interpessoais e de grupo, modificando o ambiente histórico-social. Um exemplo disso é o ambiente político na contemporaneidade, o qual se apresenta cada vez mais permeado pela lógica das mídias. Esse fato se dá pela necessidade que o campo político tem de tornar-se público: “Não há instância em nossa sociedade, hoje, que não tenha uma relação profunda com a mídia, onde a mídia não interfira de maneira específica. Isso é assim, por exemplo, com a economia, a educação, religião, e chegando, de maneira mais profunda, à própria política”.²⁴

A inserção do campo político no midiático pode ser analisada também de maneira inversa, isto é, a inserção do campo midiático no ambiente político, o que faz a mídia tornar-se um sujeito político dentro do Estado:

A atuação da mídia neste processo é um bom momento para a reflexão sobre a relação deste campo com o Estado, afastando visões que os projetam como áreas de total independência. Se tradicionalmente o campo comunicacional tem sido influenciado pelo político, ao mesmo tempo em que o econômico serve de substrato para sua manutenção, mais recentemente a mídia tem produzido uma contratendência, de influenciar a totalidade social com suas regras de procedimento, bem como – o que é mais grave – manipular a informação publicizada, reverter e modificar decisões governamentais (na construção dos relatos ou no plano efetivo dos atos administrativos).²⁵

A mídia tem uma autonomia maior frente ao Estado, visto que a ação política é inquestionavelmente dependente da visibilidade e da tradução do próprio discurso político pela mídia. Já o campo midiático é revestido de uma maior autonomia em relação ao ambiente da política. Este fato é caracterizado pela liberdade de auto-regulamentação das empresas, ação que possibilita um espaço para que estas se movimentem, nos preceitos da lógica do

²² POSTMAN, Neil. **Tecnopólio**. São Paulo: Nobel, 1994. p. 21.

²³ POSTMAN, Neil, op. cit., p. 22.

²⁴ GUARESCHI, Pedrinho A.; BIZ, Osvaldo. **Mídia, educação e cidadania** tudo o que deve saber sobre mídia. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 38.

²⁵ BRITTO, Valério Cruz; NAZARIO, Paola Madeira. Lei do Audiovisual: a reação empresarial e os recuos do governo Lula. **Verso e Reverso**-Revista da Comunicação, São Leopoldo, n. 41, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=5&s=9&a=52>>. Acesso em: 3 abr. 2007.

lucro, o que só é possível porque as demandas da sociedade civil não são contempladas, via de regra.

O sistema midiático constitui-se como uma instância fundamental de moderação social na contemporaneidade, garantindo certa homogeneidade na configuração social – contrapondo, por conseguinte, à progressiva diferenciação e autonomização das unidades funcionais da sociedade e das correspondentes imagens do mundo, caracterizando, assim, o campo da mídia como uma esfera de alta autonomia dentro da sociedade.

No Brasil não há controle público na comunicação, nem em outros campos sociais, com baixa participação da sociedade civil no debate cotidiano sobre a gestão do interesse público. O fato da sociedade se apresentar pouco ativa pode encontrar argumentos no restrito fornecimento de informações do campo comunicacional, como salienta Sayonara Leal: “a publicização de informações são essenciais para a formulação de um posicionamento crítico e sua conseqüente participação nos processos decisórios que afetam o social, o político e o econômico”.²⁶

A informação é um elemento fundamental para a construção ativa da cidadania, visto que a disseminação do conhecimento pode levar ao incentivo do debate público e à consolidação democrática da sociedade.

Para exemplificar esta questão, observa-se o terceiro poder das democracias modernas, o Judiciário. A justiça ostenta em geral um distanciamento grande da vida das pessoas, seja pela sua necessidade de imparcialidade (sua busca, na verdade), seja por sua permeabilidade com as contradições e ambigüidades da política. Também se apresenta com o mais técnico dos poderes democráticos, o que se constata na própria linguagem de que se vale a justiça para construir, aplicar e explicar suas decisões. Trata-se de uma linguagem que, de tão técnica, torna-se incompreensível às pessoas comuns.

A capacidade que os meios de comunicação têm de anunciar e mediar os entes sociais não pode ser confundida como uma interatividade efetiva entre os pólos da sociedade. Os meios de comunicação têm sim uma potencialidade de transformar a realidade social, mas, na medida em que são inseridos na lógica do lucro, encaminham esta transformação munidos de um objetivo capitalista.

1. 3. Economia Política da Comunicação e articulações

Para o entendimento da comunicação como campo científico, seu papel estruturante

²⁶ LEAL, Sayonara. A imaginação de um controle público a partir do regulamento do setor de telecomunicações no Brasil: a utilização dos aparatos regulatórios da Agência Nacional de Telecomunicações pelo usuário-cidadão. In: JAMBEIRO, Othon; BOLANO, César; BRITTOS, Valério (Orgs.). **Comunicação, informação e cultura: dinâmicas globais e estruturas de poder**. Salvador: Edufba, 2004. p. 117-132. p. 119.

nos modos de vida contemporâneos e seu poder configurador das esferas econômicas e políticas das sociedades modernas, encontra-se a chave na Economia Política da Comunicação.

Analisar e compreender as lógicas do mercado, bem como a regulação promovida por parte do Estado, a partir da movimentação entre os diversos setores da sociedade é preocupação fundamental da Economia Política de Comunicação. Entender as articulações dos atores sociais e a atuação da sociedade civil nesse contexto é um objetivo que não somente permite a realização dos estudos nesse campo, como também fornece subsídios mais estruturados para uma melhor compreensão das reais capacidades da sociedade em se organizar e fazer valer suas necessidades, firmando a comunicação como direito humano em prol do interesse público.

No entanto, é preciso anteceder nesse quadro, já que a Economia Política da Comunicação remete à Economia Política em geral, de linhagem marxiana. A abordagem da própria Economia Política, como uma nova ciência, nascida em meio ao fortalecimento do modo de produção capitalista desenvolvido na Revolução Industrial, surge com o objetivo de compreender a nova realidade social acarretada pelo novo sistema. Em seu início, anterior a Marx, portanto, prima por justificar o sistema.

Ideologicamente, em sua fundação, a Economia Política centrava sua constituição teórica nas leis gerais da produção capitalista e suas regras. Sendo uma teoria de fundamentação burguesa, passa a ser uma ciência que justifica os agentes capitalistas e seu poder de exploração humana, já que, na época, consolida-se a hegemonia burguesa.

Marx parte desta base teórica para construir a crítica da Economia Política, rompendo os preceitos formulados pela ciência econômica burguesa, na afirmação do sistema capitalista e seu modo de exploração. Para isso, Marx estuda o funcionamento desta ordem social, abordando a hegemonia do ambiente econômico sobre o político, de maneira inovadora:

Depois de Marx, o campo acadêmico da Economia Política jamais seria o mesmo. A constituição de uma ortodoxia econômica – e posteriormente a sua formalização, com o conseqüente efeito isolamento, para a qual a matemática adquire um papel crucial – terá que negar, não apenas a contribuição marxiana, mas um conjunto da teoria do valor trabalho e, com ela, o elemento crucial da teoria clássica [...] A expressão “Economia Política” hoje, na verdade, expressa o contrário do que expressa na época de Marx, referindo-se, na Economia, ao conjunto do pensamento não ortodoxo, especialmente o marxista, mas não só.²⁷

A partir da crítica da Economia Política, configura-se e completa-se um paradigma

²⁷ BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. A centralidade da chamada Economia Política da Comunicação (EPC) na construção do campo acadêmico da Comunicação: uma contribuição crítica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 14., 2005, Niterói. *Anais ...* Niterói: UFF, 2005. 1 CD.

teórico, a Economia Política da Comunicação, de forte viés crítico, ao alinhar-se diretamente com a herança marxiana. Esta demanda teórica ocorre devido a certas características inovadoras acarretadas pela nova estrutura do capitalismo no decorrer do século XX, que apresentam a comunicação como agente estrutural no capitalismo, sintetizada no modelo da Indústria Cultural.

A EPC debruça-se sobre a análise das relações sociais que constituem as esferas econômicas, políticas, sociais e culturais, com o objetivo de entender as modificações histórico-sociais e sua imbricação com a comunicação. Em um contorno específico, a economia política trata-se do “estudo das relações sociais, em especial das relações de poder, que constituem a produção, a distribuição e consumo de recursos, incluindo os recursos da comunicação”.²⁸ Melhor dizendo, a economia política da comunicação trata da cadeia relativa aos bens comunicacionais, notadamente midiáticos, reconhecendo-se o acesso desigual a eles, numa sociedade marcada por relações (assimétricas) de poder.

A teoria aqui trabalhada centra seus estudos exatamente nos determinantes econômico-políticos que interferem na produção cultural e comunicacional. Na área da EPC, há uma longa tradição de estudos concernentes ao exame da tendência de concentração oligopólica dos meios de comunicação, formando conglomerados que extravasam os próprios meios de comunicação, como a Rede Globo, por exemplo. Isto se viabiliza num quadro de baixa regulamentação visando a proteção do interesse público, ante a sobreposição do mercado sobre a sociedade civil.

A Economia Política da Comunicação recusa o determinismo tecnológico e preocupa-se com as relações sociais e econômicas através das quais as tecnologias têm se desenvolvido e dentro das quais têm se inserido. Portanto, num panorama de aceleração tecnológica, atualmente existe um desafio de incorporar novos elementos de análise, tendo em vista ainda o incremento da concentração midiática-industrial, o que, além de tudo, complexifica as relações políticas, econômicas e sociais.²⁹

A concentração empresarial no mercado mundial incentiva as inovações tecnológicas, com o objetivo de agilizar a circulação do capital. Dessa maneira, a trajetória da informação é de serviço ao capital, assim como as corporações midiáticas que a propagam, sendo que estes dispositivos representam a sofisticação do capitalismo, com características intrinsecamente concentradas em um único fim, o capital:

²⁸ MOSCO, Vicent. Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral. **Comunicação e sociedade 1-** Cadernos do Nordeste, v. 12, ns. 1-2, p. 92-115, 1999. p. 98.

²⁹ BOLAÑO, César Ricardo Siqueira, op. cit.

Assim, por exemplo, a idéia de limites à subsunção do trabalho cultural – formulada no interior da EPC para explicitar as especificidades do seu objeto – pode ser entendida para explicar a subsunção do trabalho intelectual no seu conjunto, o que vai muito além do campo da Comunicação e da Cultura, servindo para esclarecer o sentido da atual reestruturação produtiva.³⁰

A Economia Política da Comunicação caracteriza-se por focalizar fatores estruturais e processos de trabalho na produção, distribuição e consumo dos produtos comunicacionais. Mesmo estudos no nível micro são orientados por uma visão macro social, que conforma a análise da relação entre a produção material e o simbólico. Há, destarte, uma multidimensionalidade desta teoria, partindo do estudo da relação entre a mídia e os sistemas de comunicação e a estrutura social de maneira mais ampla e chegando, de forma mais específica, à análise de como a propriedade, as formas de financiamento e as políticas governamentais podem influenciar o comportamento e o conteúdo da mídia.

Independentemente de questões políticas específicas, partidárias ou de arranjos de regimes particulares, defende-se a permanência da oportunidade da análise marxiana do sistema produtivo vigente, reafirmando-se a imperiosidade e a atualidade da crítica ao capitalismo permitida por este referencial. É nítida a necessidade de analisar o capitalismo e a inserção das lógicas de mercado nas diversas atividades sociais de maneira crítica, a partir de uma análise marxista, não encarando o capitalismo desenfreado como uma lei natural das sociedades e uma questão inerente ao caminhar da humanidade, que teria chegado ao seu *modelo ideal*. É necessário encontrar espaços para uma análise crítica do sistema produtivo vivido atualmente, onde as regras de mercado estabelecem estruturas sólidas ao funcionamento da sociedade e aos diversos setores, onde se inclui a comunicação.

Nesta linha, através do trabalho analítico da esquerda é possível trazer novas explicações à economia política e à história:

Num mundo fragmentado composto de “sujeitos descentrados”, no qual conhecimentos totalizantes são impossíveis e indesejáveis, que outro tipo de política poderia existir, senão uma espécie de radicalização descentrada e intelectualizada do pluralismo liberal? [...] Existiria desculpa melhor para a sujeição a *force majeure* do capitalismo do que a convicção de seu poder, ainda que difuso, não tem origem sistêmica, não tem lógica unificadora, nem raízes sociais identificáveis?³¹

Quanto ao marxismo, o fato de ele submeter-se a exame crítico não apenas o capitalismo em si, mas também às categorias analíticas a ele associadas, sinaliza que existem lacunas na análise do sistema capitalista realizado pela economia política tradicional. Partindo desta definição apresenta-se a necessidade de uma crítica ao capitalismo através de uma

³⁰ BOLAÑO, César Ricardo Siqueira, op. cit.

³¹ WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 14.

crítica à economia política.

Evidentemente, o pensamento hegemônico rechaça a crítica da economia política, junto com as idéias do materialismo histórico dialético, especialmente sua premissa primeira, de que todo o modo de produção tem uma lógica sistêmica própria, passando a tratar as leis do movimento capitalista como se fossem leis universais da história. O materialismo histórico prima pela análise da historicidade e da especificidade do capitalismo, negando que este sistema seja um processo imerso nas leis naturais da sociedade.

O posicionamento do chamado *mainstream*, ou seja, da Economia Política clássica, trata as leis do movimento do capitalismo não como um produto histórico de relações sociais específicas, mas como leis naturais trans-históricas:

existe um materialismo histórico que não admite seqüência predefinida e unilinear, no qual a origem do capitalismo – ou de qualquer outro meio de produção – é algo a ser explicado, não pressuposto, explicação a ser buscada não em alguma lei natural trans-histórica, mas em relações sociais, contradições e lutas historicamente específicas.³²

No cenário da comunicação contemporânea e dos processos de inovação acarretados pela digitalização, abrem-se possibilidades de mudança estrutural dos mercados comunicacionais, o que, em princípio, representa uma alteração no âmbito do próprio capitalismo, ainda que se deva buscar a identificação de pistas para projetos não-hegemônicos, no que é fundamental a ação da sociedade civil. Nesse sentido é que a Economia Política da Comunicação se insere como um eixo teórico-metodológico pertinente aos assuntos tratados nesse trabalho, visto que a colaboração desse aporte científico permite estudar as relações sociais políticas e econômicas que configuram o quadro de desenvolvimento das tecnologias, como as da digitalização da televisão, em todo seu grau de complexidade e de relação assimétricas e macro estruturais.

1. 4. Cenário da implementação da TV digital no Brasil

Neste tópico busca-se compreender as bases, implicativas e resoluções que configuram o cenário atual de implementação da TV digital no país. Para isso, são arroladas questões como a escolha do padrão adotado para transmissão, a interatividade e a multiprogramação, custo de conversores, cenário do mercado de comunicação e cobertura do sinal digital disponibilizado no país.

A televisão brasileira está concentrada no poder de algumas redes, que são propriedade de poucas famílias. A TV digital surge com uma expectativa de desconcentrar o mercado; no entanto, já a escolha do padrão japonês de digitalização, anunciado em 29 de

³² WOOD, Ellen Meiksins, op. cit., p. 17.

junho de 2006, frustrou estas expectativas. Com isto, foi abandonada a perspectiva de adoção de um operador de rede, que faria a gestão dos canais, de forma que entrassem novos programadores no sistema, desdobrando-se cada emissora analógica em quatro, cujos conteúdos seriam definidos por agentes (empresas, sindicatos, fundações ou associações) diferentes.

Para uma melhor visibilidade da concentração do mercado televisivo no país, é apresentada a seguir tabela que visa especificar esta questão.

Tabela 1: Principais redes de televisão abertas do Brasil

Rede	Nº de geradoras	Nº de municípios (1)	Presença nos domicílios com TV (%)	Controle
Globo	121	5.477	96,57	Família Marinho
SBT	91	4.819	93,23	Señor Abravanel (2)
Record	82	4.212	88,4	Edir Macedo
Bandeirantes	42	3.259	80,6	João Carlos Saad
Rede TV!	40	3.170	80,98	Amílcare Dalevo Jr.
CNT	4	234	27,76	Família Martinez
TV Gazeta S. Paulo	1	307	18,73	Fundação Cásper Líbero
Total	381	5.564 (3)	100 (4)	–

(1) Quantidade de unidades locais que podem sintonizar as redes através de transmissões abertas, em VHF ou UHF.

(2) Senor Abravanel é o nome civil de Silvio Santos, cognome artístico utilizado desde o início de sua carreira, no rádio.

(3) Este número corresponde ao total de municípios brasileiros, sendo todos atingidos pelo sinal de algum canal aberto do país.

(4) O total de 100% dos domicílios com TV do país recebe a programação de alguma emissora aberta brasileira.

Fontes: GRUPO DE MÍDIA DE SÃO PAULO. **Mídia dados 2008**. São Paulo, 2008. p. 190-191; construção própria.

Na tabela foi demonstrado o conjunto de empresas privadas que controlam as principais redes de televisão aberta no país, onde fica claro o domínio do mercado por poucos grupos de comunicação. Tendo em vista a proposta, na referida tabela, de tratar da concentração dos processos de publicização por parte de organizações privadas, não se apresentaram dados de emissoras públicas, as quais, sabidamente, são minoritárias no país, em termos de quantidade de canais e de audiência.

Reforçando esta distorção, cada operadora de canal analógico ganhou um digital sem

nenhum compromisso público adicional ou pagamento de recursos para os cofres da União. Assim, as emissoras disporão de duas bandas, para transmissões simultâneas de sinais analógicos e digitais, até que se complete a transição de 10 anos, em 29 de junho de 2016. Dessa maneira, restará menos espaço para a ocupação com novas emissoras públicas, educativas, comunitárias, sindicais e de outras instituições da sociedade civil, que contribuiriam para desconcentrar a produção de conteúdos e oferecer uma multiplicidade efetiva (no plano da diversidade de projetos de sociedade) de serviços televisivos.

Em síntese, essas foram as motivações que levaram as entidades organizadas da sociedade civil que trabalham pela democratização do setor comunicacional do país a sentirem-se frustradas com a escolha do padrão japonês de televisão digital, em detrimento especial do europeu, que, por sua especificidade técnica, necessariamente requeria a entrada em cena do operador de rede. Dessa maneira, a escolha do padrão demonstra a vitória do poder político dos radiodifusores não só sobre a sociedade civil, mas sobre o poder econômico das empresas de telecomunicações, que poderiam e (desejavam) entrar no negócio de radiodifusão, como operadores de rede.

Para as entidades, o padrão escolhido é o modelo mais caro entre os existentes, enfaticamente o decodificador necessário para transformar o sinal analógico em digital, indispensável em todos os televisores analógicos, fator que encarece a utilização do serviço pela população.

As organizações pesquisadas nessa investigação apresentaram posições categóricas quanto à escolha do padrão digital pelo Governo. A convergência idealizada no Decreto 4.901/03 e defendida pelo FNDC possibilitaria a interatividade, a inclusão digital e a inserção de novos atores na produção e propagação de conteúdo, o que não se efetivou até o momento. O Decreto 5820/2006, que instituiu o Sistema Brasileiro de Televisão Digital – Terrestre (SBTVD-T), estabelece atribuições para o novo sistema que não condizem com as decisões tomadas anteriormente. Segundo o FNDC, “o que pesou na escolha foi a manutenção do serviço, portanto a inclusão não fazia parte da lógica”.³³

Diogo Moysés, coordenador do Intervezes, classificou o decreto como um duplo equívoco, primeiro na escolha do modelo japonês e segundo por disponibilizar mais seis megahertz aos grandes radiodifusores, abandonando a possibilidade de se ter um único controlador: “Com essa distribuição de canais, não há espaço para outros atores

³³ REINHOLZ, Fabiana. A nova TV: digital e excludente. **FNDC**, Porto Alegre, 25 ago. 2007. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=175507>. Acesso em: 29 dez. 2008.

comunicacionais. O Governo deveria otimizar um bem público e não fez”.³⁴

Diante dessas prerrogativas, as entidades continuaram suas pressões em relação ao Governo e muitas delas organizaram-se pedindo a anulação do decreto presidencial que estabelecia a implementação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Isto porque, segundo as organizações, que contavam com o respaldo do Ministério Público, a legislação continha irregularidades e, no mínimo, cinco violações a leis brasileiras e à Constituição.

Posteriormente à escolha do padrão, o cenário da digitalização da TV brasileira continua demonstrando implicativas que preocupam aqueles com olhares atentos à democratização da comunicação. Existem várias problemáticas na implementação que repercutem na escassa cobertura do sinal no país e, conseqüentemente, na pouca utilização da tecnologia pelos cidadãos, em primeiro lugar pelo alto custo do conversor de sinal, visto que estes equipamentos foram lançados com preços altíssimos, entre R\$ 400 e R\$ 1.500, e só no final de 2008 chegaram ao mercado modelos mais baratos.

Devido a este fator, as vendas de conversores chegaram a pouco mais de 50 mil unidades, até o final de 2008, de forma que o número de telespectadores que já tiveram contato de verdade com a nova tecnologia é muito baixo e muitos desconhecem suas principais inovações, como a mobilidade.³⁵

Diante desse cenário, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, afirmou que até o final de 2008 todas as capitais brasileiras teriam disponíveis para venda conversores de sinal a R\$ 199,00 e que os fabricantes iriam aumentar de 100 mil para 400 mil unidades mensais a produção de conversores, para que assim possa servir a população de maneira eficaz e de acordo com a demanda dos consumidores, por entender que 80 milhões de pessoas precisam ter acesso à TV digital.³⁶

Na mesma ocasião o ministro criticou a postura dos radiodifusores, quanto à sua capacidade de comercialização dos aparelhos e conversores de televisão digital no país. “Não estou vendo a TV brasileira vender a TV digital. Qual foi a última vez que você viu uma campanha sobre TV digital? Há uns seis meses?”, reafirmando sua crítica com o dado que as empresas venderam mais computadores do que televisores no ano de 2007.³⁷

Enquanto o conversor a preço mais baixo (e com pouquíssima funcionalidade) é pouco

³⁴ REINHOLZ, Fabiana, op. cit.

³⁵ MOREIRA, Daniel. Entrevista: a nova cara da TV digital. **IDG Now!**, São Paulo, 3 abr. 2008. Disponível em: <<http://idgnow.uol.com.br/telecom/2008/04/02/entrevista-a-nova-cara-da-tv-digital/>>. Acesso em: 2 jun. 2008.

³⁶ BRASIL. **Ministério das Comunicações**. Ministro garante conversores populares em todo país até o Natal. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/ministerio-on-line/ministro-garante-conversores-populares-em-todo-o->>. Acesso em: 8 ago. 2008.

³⁷ EMISSORAS não estão promovendo a conversão, diz Hélio Costa. **Tela Viva**, São Paulo, 27 ago. 2008. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=278752>. Acesso em: 3 dez. 2008.

disponível no mercado, outra questão que agrava o cenário é a falta de interatividade, que não foi integrada aos equipamentos da digitalização, e a multiprogramação, especificidade que não interessou aos radiodifusores. A questão da interatividade é uma das mais importantes promessas preconizadas pelo surgimento da TV digital no Brasil, a partir desse recurso sendo permitido aos usuários acessarem e trocarem informações na tela, e às empresas a capacidade de se relacionarem com os seus consumidores de diferentes formas através do televisor.

Quanto à multiprogramação, seria a possibilidade de enviar simultaneamente uma série de conteúdos distintos, através de um mesmo canal abrindo espaço, inclusive, para produtores terceirizados e locais. Entretanto, com a justificativa de uma melhor qualidade de som e imagem, Globo, SBT, Record e demais emissoras adotaram a opção de apenas transmitir em alta definição, o que seria um dos controversos motivos da escolha do padrão japonês de TV digital (e inviabiliza a multiprogramação). Dessa maneira, o que era um potencial da pluralidade, democratização e diversificação de conteúdo, em decorrência de uma possibilidade técnica, foi escancaradamente subjugado a uma mera melhoria da imagem e do som.

Um fato que representa mais um problema no desenvolvimento da televisão digital no Brasil diz respeito às estratégias de mercado, por existirem divergências entre os radiodifusores e as empresas de TV por assinatura. A questão é que as caixas receptoras dos sinais da televisão digital estão sendo desenvolvidas sem um acordo com as operadoras de canais a cabo, satélite e microondas. Dessa maneira os impactos da TV digital sobre o mercado de televisão paga rendem divergências no setor mercadológico, quando poderiam ser somados esforços em busca da convergência digital, ampliando o sinal da nova tecnologia e suas funcionalidades.

Importante, para pontuar o lento processo de implementação da digitalização no Brasil, é apresentar a escassa cobertura do sinal no território nacional. Desde que foi inaugurada, no início de dezembro de 2007, em São Paulo, a digitalização alcançou bem menos da metade das capitais nacionais. O sinal atualmente está disponível nas cidades de São Paulo (onde no máximo 20 mil famílias estão recebendo o sinal), Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Curitiba, Porto Alegre e Salvador. Além dessas capitais, em 2008 a TV digital terrestre foi instalada também numa cidade do interior, Campinas, no interior de São Paulo, em 3 de dezembro do mesmo ano.³⁸

³⁸ CAMPINAS é a primeira cidade do interior a receber sinal de TV digital. **Tele Síntese**, São Paulo, 3 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.telesintese.ig.com.br/index.php?option=content&task=view&id=10523&Itemid=10>>. Acesso em: 9

Outra capital prevista para transmitir o sinal digital era Florianópolis. No entanto, o lançamento da TV digital no estado, marcado para 25 de novembro de 2008, foi adiado, segundo o Governo por consequência da catástrofe climático-social que abateu Santa Catarina. Até janeiro de 2009, o Ministério das Comunicações ainda não havia definida a nova data de inauguração do sinal digital na capital catarinense.

Passados seis meses da estréia oficial no Brasil, a TV digital não atingiu um ponto em audiência, pela aferição do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), ou seja, a recepção do sinal em televisores não chegou a 55 mil domicílios na Grande São Paulo. Números obtidos com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) revelam que, de 2007 até abril de 2008, cerca de 25 mil conversores foram fabricados na região.³⁹

Mesmo com este quadro lento de digitalização no Brasil, o Ministério das Comunicações afirma que, até 29 de junho de 2016, o sinal analógico será desligado, ficando a população com a possibilidade de captação unicamente da transmissão digital. Para melhor vislumbrar as previsões do Governo é apresentada a tabela a seguir, com a reprodução do calendário da implementação da digitalização televisiva no país.

dez. 2008.

³⁹ VERSÃO da hora. **Coletiva Net**, Porto Alegre, 11 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.coletiva.net/noticiasDetalhe.php?idNoticia=25981>>. Acesso em: 5 jan. 2009.

Tabela 2: Cronograma para o início da transmissão de TV digital por região

Datas	Localidade
2 dezembro 2007	Grande SP
Jan. 2008 a maio 2010	Geradoras de Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza
Maio 2008 a maio 2010	Geradoras de Belém, Curitiba, Goiânia, Manaus, Porto Alegre e Recife
Setembro 2008 a setembro 2010	Geradoras de Campo Grande, Cuiabá, João Pessoa, Maceió, Natal, São Luís e Terezina
Janeiro 2009 a janeiro de 2011	Geradoras de Aracajú, Boa Vista, Florianópolis, Macapá, Palmas, Porto Velho, Rio Branco e Vitória
Maio 2009 a maio 2011	Demais geradoras
Junho 2009 a junho 2011	Retransmissoras (capitais e DF)
Julho 2011 a junho 2013	Retransmissoras (outras localidades)

Fonte: CRONOGRAMA de transmissão da TV digital por região. **SBTVD**, Brasília. Disponível em: <<http://sbtvd.cpqd.com.br/?obj=historico&mtd=texto&item=1>>. Acesso em: 5 jan. 2009.

Nota-se que a o jogo de interesses políticos e mercadológicos fez com que a nova tecnologia de TV digital tenha sido implementada a partir do abandono de preceitos normativos contidos no Decreto 4.901/03, o qual prevê interatividade, inclusão digital e inserção de novos atores na programação e produção de conteúdo. Além disso, perceptível que a convergência tecnológica acontece sem nenhum controle público e social, visto não haver, até o momento, um marco legal amplo, para este novo patamar, permanecendo a concentração do mercado televisivo digital nos mesmos moldes do analógico. Na verdade, o problema está até agravado, já que os radiodifusores tiveram sua capacidade de transmissão duplicada, o que não impede que medidas de democratização venham a ser adotadas, a partir da pressão da sociedade civil.

2. Sociedade civil e movimentos estruturantes

Este capítulo formula-se pela necessidade de pesquisar teorizações e constituições de conceitos sobre a sociedade civil, ao longo da história e, principalmente, nos dias atuais. Este desenvolvimento analítico prima pelo cuidado de abordar estas questões vinculando-as com outras duas esferas essenciais para a constituição de cada sociedade, o Estado e o mercado. Em um segundo momento, devido ao período histórico social contemporâneo, é necessário ter-se o objetivo de analisar a inserção dos meios de comunicação como um agente importante para a análise das novas configurações da sociedade civil. Realiza-se também uma abordagem da institucionalização da sociedade civil, isto é, a institucionalização de uma categoria sociológica pelos agentes mercadológicos e governamentais. Além disso, trata-se do conceito do espaço público e das problemáticas do espaço público midiático e suas conjecturas no desenvolvimento das ações da sociedade civil.

2. 1. Sociedade civil e trajetória teórica

Sociedade civil é um conceito complexo, com o qual se pode entender a realidade social. Para a compreensão das abordagens sobre a sociedade civil é necessário investigar a trajetória teórica que antecede a contemporaneidade, focando o princípio constitutivo e a elaboração do conhecimento dessa esfera social.

Parte-se do pressuposto que o conceito de sociedade civil, sua historicidade e definições não podem ser abordados desvinculando-os dos movimentos e modificações do ambiente estatal e, nos dias atuais, do mercado. As relações entre sociedade civil e Estado são movimentos relacionais, de via dupla e assimétrica, assim interligadas em processos de ação e reação. Percebe-se, então, ser fundamental para o aporte teórico do conceito uma compreensão delimitada dos dispositivos sociais ativos responsáveis pelas modificações ocorridas nos três ambientes sociais que se inter-relacionam: o Estado, o mercado e a própria sociedade civil.

A sociedade civil não é somente um ambiente para o alcance de objetivos privados, mas sim prima por uma função estatal, na medida em que se põe como “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado”.⁴⁰ Dessa maneira, a sociedade civil é parte orgânica do Estado, sendo somente compreendida se relacionada a um ambiente histórico e social, não tratada separadamente das ações estatais e econômicas:

⁴⁰ NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004. p. 31.

Estado e mercado são duas instituições criadas pela sociedade, a primeira para regular ou coordenar toda a vida social, inclusive estabelecendo as normas do mercado, a segunda para coordenar a produção de bens e serviços realizada por indivíduos e empresas. Sendo instituições, Estado e mercado são criações da sociedade, são extensões da vida social que precisam a cada instante, a cada momento histórico, ser revisadas e formuladas. Nesse quadro, é preciso ter claro que a sociedade ou o sistema social é uma categoria sociológica, é um dado da realidade social, enquanto o mercado e o Estado são instituições: o Estado, a instituição política por excelência, e o mercado, a instituição econômica.⁴¹

Enfim, o estudo da sociedade civil requer um olhar sobre as questões que complexificam e interferem nos movimentos do tripé Estado, sociedade e mercado. Para isso, toma-se como parâmetro o conceito gramsciano de sociedade civil, antecedido de apresentação das trajetórias teóricas, com foco em Hegel e Marx, as quais deram luz à teoria desenvolvida por Gramsci.

A trajetória teórica deste conceito primeiramente ocupa-se das elaborações teóricas dos jusnaturalistas, perpassando pelas definições do sistema estatal do presente momento histórico vivenciado. Os jusnaturalistas anunciam que a sociedade civil é um seguimento natural da vida familiar, analisando a base da constituição política a partir de um conjunto social auto-suficiente e independente, o chamado Estado de Natureza, o qual é o estado anterior à constituição da sociedade civil.

Nesta Lei da Natureza cada indivíduo poderia fazer o papel de juiz e aplicar a pena que considerasse justa ao infrator. Para os jusnaturalistas, o Estado de natureza é a primeira forma de estado social, o qual é caracterizado pela sobre-saliência de relações sociais reguladas pelas leis naturais, não configurando um Estado institucionalizado.

Hegel vai além da análise jusnaturalista e amplia o conceito, levando em consideração a administração da justiça e o ordenamento administrativo e corporativo. Para este pensador, a sociedade civil é um ambiente intermediário entre família e Estado, onde são tratadas as relações econômicas e suas regulamentações externas. Hegel incorpora na temática uma delimitação firme, que restringe na expressão sociedade civil o que seus antecessores chamavam de “a sociedade pré-política ou natural”.⁴²

A concepção política de Hegel estabelece que a sociedade civil é construída pelo Estado, fazendo desse um ambiente soberano. “O Estado funda o povo e a soberania é do Estado, portanto a sociedade civil é incorporada pelo Estado e de certa forma aniquila-se neste”.⁴³ Nessa diretriz, Hegel afirma que o Estado é um organismo que abrange as esferas

⁴¹ NOGUEIRA, Marco Aurélio, op. cit., p. 31.

⁴² GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci, Porto Alegre: L&PM, 1980.

⁴³ GRUPPI, Luciano. op. cit., p. 24.

sociais, além de ser um ambiente ético e constituinte da concepção moral da sociedade.

É nesta nova percepção que Marx elabora críticas à leitura do ambiente estatal posta até aquele momento. Ele utiliza-se das teorizações de Hegel e configura a partir de suas críticas uma outra perspectiva do conceito de sociedade civil, considerando que este ambiente não está no intermédio entre a família e o Estado, como dito por Hegel, mas sim, ligado ao sistema de necessidades, isto é, à economia capitalista.

Para Marx, a sociedade civil encontra-se no desenvolvimento das relações econômicas que precedem e determinam o momento político. Dessa maneira, o autor coloca a sociedade civil no centro do momento histórico, partindo do pressuposto que forças produtivas constituintes de modos de vida são determinadas pela sociedade civil:

A sociedade civil compreende todo o conjunto da vida comercial e industrial de um grau de desenvolvimento e, portanto, transcende o estado e a nação, embora, por outro lado, tenha novamente de se afirmar em relação ao exterior como nacionalidade e de se organizar em relação ao interior como Estado.⁴⁴

Marx concebe a estrutura de qualquer sociedade como constituída por dois níveis: infra-estrutura e superestrutura. A infra-estrutura é constituída pela base econômica de uma sociedade, ou seja, pela unidade das forças produtivas e das relações de produção. Já a superestrutura seria formada por dois níveis: o nível jurídico, composto pelo direito e Estado, e o nível ideológico, constituído por diferentes ideologias morais e políticas. Assim, a infra-estrutura seria a base que determina toda a estrutura social, constituindo a superestrutura.

Observando assim a relação de determinação entre relações econômicas e formas políticas do Estado, se tem uma abordagem que permite entender o que é o Estado, como e porque ele surge. Não é o Estado que determina a estrutura econômica para Marx, mas sim o contrário. Está o Estado na superestrutura, pois esta esfera é fundamental para os movimentos da economia, justamente por garanti-los:

Julgando com base em suas tarefas, autoridade do Estado deve permanecer acima da luta de classes. De modo formal, a autoridade estatal sempre foi um árbitro em meio à luta de classes. Criava as regras dessa luta. Essa foi a missão mais significativa do Estado. Isso quer dizer que, de acordo com o Direito, a tarefa subjetiva do Estado é a de proteger o interesse geral, ao passo que, faticamente, sua tarefa objetivamente existente é a de proteger o interesse de classe. Normalmente, o interesse de classe coincide com o interesse geral, embora, às vezes, possa entrar em conflito com este. A proteção de uma classe em detrimento da sociedade é equivalente à distorção do papel jurídico do Estado.⁴⁵

Nesse arcabouço de definições, Marx critica a concepção burguesa do Estado e sua

⁴⁴ NOGUEIRA, Marco Aurélio, op. cit., p. 32.

⁴⁵ KSENOFONTOV, Filipp A. Concepção burguesa e concepção Marxista de Estado e de Direito. **Universidade Comunista Revolucionária J. M. Sverdlov**, Moscou, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scientific-socialism.de/PECapa.htm>>. Acesso em 27 set. 2007.

maneira de abordar a sociedade civil: o pensamento marxiano diferencia-se frontalmente do liberal, onde a sociedade civil e a sociedade burguesa são percebidas de maneira independente.

Marx compreende que uma sociedade é reflexo da outra, “a sociedade política, o Estado, é expressão da sociedade civil, isto é, das relações de produção que nela se instalaram”.⁴⁶ Através da obra *O Capital*, define os contornos na atividade econômica capitalista, apontando os pilares de sustentação do Estado burguês e fundamentando uma teoria científica, com a identificação da estrutura econômica como base do Estado.⁴⁷

Assim, Marx fornece análises fundamentais para a construção de uma teoria do Estado. O autor sustenta essa idéia no ambiente configurado da segunda década do século XVIII, quando o conservadorismo tomava novas configurações em muitos países da Europa, onde, apesar da crise econômica e da diminuição da produção, o eixo principal do capitalismo não era abalado, ao contrário, favorecia o seu revigoramento. Este fato tornava evidente que os fatores econômicos tinham repercussão imediata na política.

Nesse ambiente de formulações teóricas sobre Estado e sociedade civil é que Antônio Gramsci torna-se um ator fundamental para a análise e o estudo das configurações sociais. O filósofo constrói uma teorização mais sofisticada às abordagens estabelecidas, avançando na reflexão. Não reduz o conceito de sociedade civil a uma instituição de particulares que pretendem dominar as classes, como elaborado por Hegel; complexifica e sofisticada o marxismo, utilizando-se de Marx e apresentando semelhanças teóricas e ideológicas, para ampliar conceitualmente sua visão econômico-social.

Gramsci entende as relações materiais de produção como determinantes, em última instância, das relações sociais (como Marx). Contudo, essa determinação não é direta, como chega a aparecer em *A ideologia alemã*,⁴⁸ por exemplo, mas dialética.

A abordagem especificada na dialética, na visão do autor, não centra a determinação do sistema unicamente na base material, isto é, no sistema econômico. Mas sim, nos elementos sociais, culturais, políticos, morais e éticos, os quais, para Gramsci, não são determinadamente reflexos do sistema econômico: “Na determinação dos rumos da história de uma formação econômica e social do tipo ocidental, estão presentes tanto as forças materiais – estrutura – quanto as ‘ideológicas’ – superestrutura –, rejeitando qualquer visão

⁴⁶ GRUPPI, Luciano, op. cit., p. 26.

⁴⁷ MARX, Karl. **O capital**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

⁴⁸ MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

mecanicista da relação entre esses elementos”.⁴⁹

Gramsci resgata a tradição iluminista e hegeliana dos séculos XVIII e XIX e a renova, elaborando uma abordagem teórica política dedicada a entender as importantes transformações consolidadas nas sociedades capitalistas daquele período. O autor percebe que existem modificações nos padrões de produção, os quais são identificados pela expansão da classe operária e pelo crescimento das associações de trabalhadores.

Ele compreende as sociedades ocidentais da segunda metade do século XX como ambientes de formações econômico-sociais complexificadas, que criam novos moldes no atual momento histórico. Estes novos moldes, para Gramsci, são resultados do envolvimento de dois ambientes sociais associados às instâncias de poder, sendo esses a sociedade política e a sociedade civil. Quando Gramsci trata de sociedade civil, está atribuindo uma nova interpretação a este conceito, explanando que ela é:

O conjunto de aparelhos, estruturas sociais, que buscam dar direção intelectual e moral à sociedade, o que determina a hegemonia cultural e política de uma das classes sobre o conjunto da sociedade; e a sociedade como uma extensão da sedimentação ideológica provinda pela sociedade civil, que se expressa através dos aparelhos e atividades coercitivas do Estado, visando adequar as massas à ideologia e à economia dominante.⁵⁰

As concepções teóricas de Gramsci nascem na necessidade de realizar novas abordagens ao ambiente social, provindas do cenário histórico apresentado no século XX pelas sociedades ocidentais, onde o desenvolvimento do capitalismo teve um papel fundamental na nova realidade social. Para Gramsci, os grupos sociais surgem da funcionalidade do sistema econômico produtivo e “criam para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”.⁵¹

As questões trabalhadas nesse tópico apresentam a base e a delimitação teórica do conceito de sociedade civil. Tratam-se de abordagens formuladas em um momento histórico não tão complexo quanto o atual e, mesmo não sendo estes conceitos atemporais, os autores aqui trabalhados fornecem o entendimento e apontam caminhos para a definição dos fenômenos sociais de maneira excepcional. Simultaneamente, é importante que se avance no conceito de sociedade civil, com o objetivo de acompanhar a complexidade social manifestada no século XXI.

⁴⁹ GRUPPI, Luciano, op. cit. p. 8.

⁵⁰ GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo: Círculo do livro, 1981. p. 7.

⁵¹ GRAMSCI, Antônio, op. cit., p. 12.

Atualmente continuam existindo diferentes conceitos de sociedade civil, provindos de distintas influências teóricas. Pode-se, a partir destes diferentes olhares conceituais, criar uma definição que, amplamente, situe sociedade civil como uma arena de ações coletivas voluntárias em torno de interesses, propósitos e valores. Na teoria, suas formas institucionais são distintas daquelas do Estado, família e mercado, embora na prática, as fronteiras entre Estado, sociedade civil, família e mercado sejam frequentemente complexas, indistintas e negociadas. A sociedade civil comumente abraça uma diversidade de espaços, atores e formas institucionais, variando em seu grau de formalidade, autonomia e poder.

Para delimitar a argumentação, avalia-se a sociedade como ambiente em defesa da cidadania e de suas maneiras de organização em torno de interesses públicos. Focalizando, essa esfera social refere-se às maneiras organizadas de comunicação do mundo em sociedade, com o objetivo de exercer influências sobre os processos político-administrativos e econômicos. A sociedade civil abrange formas diversas de discussões públicas, que entram em conflito com as lógicas econômica do lucro e a política do poder. Sendo dessa maneira, é importante o fortalecimento da sociedade civil para preservar os espaços ameaçados pelo sistema, não obstante ela represente a complexidade de interesses em disputa.

Nada mais atual do que os conceitos que buscam o entendimento para melhor constituir uma sociedade igualitária, principalmente na contemporaneidade, período no qual os indivíduos passam pela forma mais avançada de capitalismo já presenciada. Segundo Nogueira, “sociedade civil serve para que se delineiem estratégias de convivência com o mercado, para que se propunham programas democráticos radicais e para que se legitimem propostas de reforma gerencial no campo das políticas públicas”.⁵²

A construção de uma perspectiva clara e delimitada do conceito de sociedade civil na contemporaneidade é essencial para o desenvolvimento desta pesquisa, na medida em que esta delimitação conceitual é estrutural na análise correta do objeto empírico e no seu entendimento. Nitidamente, o avanço do capitalismo é fenômeno imprescindível aos contornos dados a este conceito.

A complexidade, diferenciação e fragmentação das sociedades contemporâneas, decorrentes do desenvolvimento capitalista das últimas décadas, tornam os conjuntos sociais mais diversificados e industrializados. Com isso, apresentam-se ambientes tensos e competitivos, onde predominam condutas fechadas, muito desagregadas e desprovidas de diálogos. “A mundialização e a expansão dos mercados, que em épocas anteriores operam

⁵² NOGUEIRA, Marcos Aurélio. Sociedade Civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 184-202, 1996. p. 186.

como inequívoco fator de agregação e estrutura de ações coletivas, passaram a estimular o livre curso de interesses sempre mais particulares e desagregados”.⁵³

Existem novas angulações no entendimento do conceito de sociedade civil, acarretadas pela inserção das lógicas de mercado, configuradas em época de capitalismo global. Também, pelos políticos neoliberais, que acabam por enfraquecer o ambiente estatal e determinar modificações sociais que impulsionam a necessidade de um novo posicionamento do conceito de sociedade civil. A necessidade de retrabalhar-se esse conceito se dá por motivos distintos, mas que se inter-relacionam.

Faz-se pertinente a atualização do conceito devido à sua imbricação com o contexto e os movimentos sociais estruturantes (política, economia e cultura), que moldam novos contornos e circularidades à esfera da sociedade civil. Nesse quadro, a concepção gramsciana foi afetada pelo avanço do capitalismo como protagonista das atuais modulações históricas, políticas, sociais, ideológicas e culturais.

Desde o século XX a história já registrava mudanças econômicas e políticas profundas, que era preciso estudar atentamente. O elemento decisivo da nova política não consistia tanto nos movimentos do Estado-força, quanto na habilidade em criar um poder hegemônico enraizado nas organizações da sociedade civil, no desenvolvimento econômico e nas elaborações materiais. Desde então, tal realidade amplia-se, pois é inerente ao capitalismo a necessidade do capital da garantia hegemônica, através dos domínios econômicos, que conduzem o curso dos aspectos ideológico e ético-político de uma sociedade.

Já final do século XX a inter-relação dos movimentos que marcam o início das políticas neoliberais com as tecnologias da informação é protagonizada pelas instituições financeiras internacionais, as quais se transformam em fontes de informação, colocando na agenda de governos globalizados os temas que se deve pensar e atuar.

2. 2. Sociedade civil e técnica

Adotando uma perspectiva analítica inter-relacionada com o novo modelo evolutivo da sociedade civil, não se pode deixar de fora a compreensão dos meios de comunicação no processo, já que estes adquiriram uma função estruturante na configuração sociocultural e político-administrativa da sociedade.

Os meios de comunicação social, sinalizados como aparelhos ideológicos das classes hegemônicas, são importantes agentes do firmamento e avanço do capitalismo e da consagração das estruturas de mercado. Estes acabam por definir e limitar as divisões de

⁵³ NOGUEIRA, Marco Aurélio, op. cit., p. 187.

classe, as quais só poderão ter suas instâncias alteradas se obtiverem uma participação efetiva do povo na formulação de definições que dizem respeito ao ambiente da comunicação.

É perceptível que, na sociedade atual, os bens simbólicos são utilizados, entre outras questões, para penetrar nas construções sociais e firmar uma lógica de mercado. Esses bens simbólicos têm seus contornos demarcados pela posição que os meios de comunicação ocupam no momento histórico.

O conceito de sociedade civil elaborado por Gramsci ainda é atual, sendo seu aspecto institucional o conjunto de instituições privadas de hegemonia, as quais difundem ou criticam a ideologia dominante: jornais, TVs, rádios, editoras, teatros, cinemas, escolas, igrejas, partidos, sindicatos. O autor salienta que a luta pela modificação das estruturas do poder perpassa pelos ambientes de ordem simbólico-cultural.

Um dos fatores que levam a este quadro é a expansão dos instrumentos de informação na disseminação das idéias e seu poder de manipular o imaginário social de maneira acelerada, desde o final do século XX. O comportamento midiático contemporâneo leva à afetação dos movimentos coletivos e do sentido de espaço público.

Cabe analisar, no entanto, que as inovações tecnológicas podem ser uma brecha para a construção de um marco legal democrático e pluralista. Esta questão faz pensar no novo cenário de convergência tecnológica acarretado pela TV digital, que, se for moldado de maneira participativa, tanto por parte do Estado, quanto da sociedade civil, pode resultar em uma nova normativa sobre as tecnologias de informação no Brasil:

A televisão digital permite o desencadeamento de profundas conseqüências no país, tendo em vista o que pode acarretar de inovação quanto à TV tradicional e o papel desta mídia junto aos modos de vida da população e na sustentação do capitalismo como um todo. Mas, sem o debate via sistema televisual, não há participação da sociedade na edificação dos marcos regulatórios, inclusive daquele norteador da televisão digital, tornando-se o momento de mudança tecnológica perdido, no que poderia acrescentar de abertura à pluralidade, a partir da pressão social.⁵⁴

Percebe-se, desta maneira, a importância da atividade civil na resolução de novas políticas nacionais. O exercício da democracia deve ser incentivado tanto pelo Estado quanto pelas indústrias culturais, como resultado da capacidade de debate, pluralidade e participação da sociedade em geral.

Nesse cenário, a necessidade de desenvolver interrogações e análises sobre os movimentos da sociedade civil nos dias atuais vêm da perspectiva de que ela é um ambiente social com potencial para renovar o sistema produtivo-administrativo. É urgente uma maior

⁵⁴ BRITTOS, Valério Cruz. Mídia, mediação e sociedade: o (des)caminho do debate público. **Comunicação e Informação**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 8-17, 2005. p. 12.

mobilidade desse setor na busca por uma efetiva democratização e socialização da cultura e do poder, além de trabalhar pela garantia da expansão da cidadania à grande maioria da população. A capacidade de organização social é requisito indispensável para o amadurecimento das liberdades democráticas, assim como para o impulsionamento na formulação de políticas públicas no país.

A questão, portanto, quando se discute as relações entre sociedade, Estado e mercado, é, levando em consideração o presente momento histórico, quais são as agentes com capacidade de realizar mudanças. Em tempos de capitalismo avançado, a sociedade civil é uma ferramenta para que grupos organizem-se com o intuito de propor delimitações às lógicas do mercado, a caminho da obtenção do crescimento das atividades democráticas, trabalhando pela legitimação de propostas de políticas públicas:

Somente se esta categoria sociológica, que é a sociedade civil, permanecer devidamente diferenciada da economia – e, portanto, da sociedade burguesa – pode tornar-se o centro de uma teoria social e política crítica nas sociedades onde a economia de mercado já se desenvolveu ou está em processo de desenvolver sua própria lógica autônoma.⁵⁵

Mas, como bem recorda Gramsci, unicamente ocorrendo modificações nos múltiplos espaços sociais que constituem o *status quo*, característicos da sociedade capitalista, é que vai demonstrar-se a verdadeira luta de classes. Para Gramsci, assim como para Marx, a efetiva luta de classes modifica as estruturas econômicas e, somente dessa maneira, poderá ser alterada a formação social do tipo capitalista.

Os trabalhos teóricos de Gramsci são dotados de atualidade, pois a luta de classes entendida por Gramsci tinha como objetivo uma vida social mais igualitária e humanizada, além de estruturas de poder mais justas e menos desiguais, preceitos que foram a base de teorias e conceitos trazidos por Marx. De acordo com os autores, esta situação é condicionante à superação do sistema de classe firmado pelo capitalismo.

Conforme Gramsci, a elevação da classe dominada à hegemônica não pode ser realizada na passividade, somente com a participação da sociedade nas formulações dos caminhos a serem tomados pelas várias instâncias de poder: para o autor, para uma participação cidadã, na sociedade de classes, é necessário que se busque a igualdade entre os homens, o que só será alcançado quando os indivíduos tomarem posse das instâncias determinantes da estrutura social, mediante a luta pelas conquistas dos bens sociais, simbólicos e materiais.⁵⁶

Para a manutenção da hegemonia, é essencial a utilização tanto dos aparelhos de

⁵⁵ VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 22.

⁵⁶ VIEIRA, Liszt, op. cit., p. 28.

“convencimento” da sociedade civil quanto os de coerção da sociedade política, isto é, o Estado segundo a ampliada noção de Gramsci: Estado = sociedade civil + sociedade política. Dessa maneira, Gramsci compreende o Estado como um ambiente moldado por múltiplas determinações, construindo o conceito de Estado ampliado.⁵⁷

Diferencia-se a compreensão da conquista hegemônica de hoje da manifestada no século XIX, quando as revoluções contra as estruturas de poder, as quais tinham o objetivo de superar a vida hegemônica capitalista, geraram o que Gramsci chamou de “guerra dos movimentos”, que, ilustrados na Revolução Russa (1917), centralizaram suas lutas no ambiente estatal.

No final do século XX e início do XXI estas novas inter-relações colocam em discussão a concepção e os instrumentos de hegemonia tradicionais, gerando uma crise de autoridade, de modo a deixar evidente que a força coercitiva não garante mais a manutenção do poder. Nesse período, o Estado torna-se mais complexo e não se utiliza somente da coibição para impor a sua norma legal, mas sim de múltiplos movimentos, que reproduzem as relações capitalistas e moldam as classes mais baixas, as quais têm semelhanças econômicas e são identificadas pela subordinação ético-política, cultural e ideológica que vivenciam.

Nesse quadro, são necessárias novas estratégias de luta, a partir de uma concepção ampliada de Estado e de sociedade, visto que, diferenciando-se da sociedade política, a sociedade civil reabre a questão do poder. A base histórica do Estado foi deslocada e, com o surgimento de complexas superestruturas, expandem-se os espaços para a determinação de uma nova hegemonia.

No entanto, na complexidade das instâncias sociais do século XXI, é necessário que se faça a “guerra de posições”, expressão entendida por Gramsci como “a ocupação de todos os espaços sociais, institucionalizado ou não, para disputar a hegemonia com a classe dominante economicamente e dirigente ética e politicamente”.⁵⁸ Para Gramsci, é uma ação disponível para que a classe dominada estabeleça diálogos de luta contra a hegemonia.

A fim de que a “guerra de posições” concretize-se, é essencial o debate público das temáticas contemporâneas, sabendo-se que as políticas públicas devem emergir da confrontação entre sociedade civil, Estado e mercado. No entanto, tal debate público, atualmente, não pode ser realizado sem a mediação dos meios de comunicação e sua força na socialização, nos marcos do espaço público contemporâneo.

⁵⁷ SEMERARO, Giovanni. **Cultura e educação para a democracia**: Gramsci e a sociedade civil. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 32.

⁵⁸ SEMERARO, Giovanni, op. cit., p. 42.

2. 3. Sociedade civil e exercício da democracia

Afim de que as estruturas hegemônicas sejam modificadas, é necessário o entendimento das diferenças entre sociedade e poder político; ou sociedade civil e sociedade política. Nesse quadro, é preciso haver um fortalecimento da sociedade civil, para que os cidadãos alcancem efetivamente o poder político.

O entendimento do conceito de democracia é imprescindível para uma organização coerente da sociedade civil. A democracia é um meio de desenvolver justiça e inclusão social. É também uma sistemática de Estado, que requer o diálogo entre os ambientes sociais, para que assim possa formular uma diretriz institucionalizante direcionada às necessidades relevantes da maior parte dos grupos sociais.

No entendimento deliberativo da prática democrática, democracia não é somente um meio pelo qual o cidadão pode promover seus interesses e colocar o poder dos governantes em risco. Ela também significa um dos meios de resolver os problemas coletivamente, dependendo da sua legitimação e do bom andamento da crítica de opiniões diversas de todos os setores da sociedade.⁵⁹

A democracia “solicita uma concessão difícil de ser feita: ela pede que os indivíduos e os grupos saiam de si mesmos, moderem-se, ultrapassem-se, ponha-se na perspectiva dos demais. Seu grande desafio é criar as condições para que se passe da defesa dos interesses particulares para a construção e a defesa do interesse geral”.⁶⁰

É importante perceber que, na democracia representativa, é necessário o aumento da participação dos cidadãos no desenvolvimento das políticas públicas. No entanto, é primordial a investigação da maneira como é trabalhada a participação cidadã dentro do espaço político.

Nesse contexto, encontra-se a necessidade de abordar o conceito de cidadania, visto ser este primordial para que o exercício democrático seja efetivado. “Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis”.⁶¹ Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, à saúde e, hoje, à comunicação.

Parece haver um grande desequilíbrio entre a capacidade de novos grupos organizados exercerem uma presença marcante na esfera política. Isto porque, na sociedade democrática contemporânea, para que haja a efetivação de movimentos políticos democráticos, é

⁵⁹ YOUNG, Íris. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press. 2000. p. 6.

⁶⁰ NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. São Paulo: Senac, 2001.

⁶¹ PINSKY, Jaime; PISKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9.

necessária uma reciprocidade entre a representatividade e a participação civil, já que esta é caracterizada como um pólo de tomada de decisões e iniciativas políticas independentes, que pressiona de fora de lugares anteriormente institucionalizados pelo ambiente estatal.

Imprescindível é que os movimentos e pressões populares atinjam tamanha mobilização que as autoridades sejam pressionadas a ponto de efetivar transformações ou criações de novas políticas.

Gramsci elucida novas reflexões a serem feitas sobre a sociedade civil na contemporaneidade, visto que levantou questões e apontou caminhos importantes para sociedades que pretendem se tornar mais populares. Segundo o autor, são necessárias indagações na seguinte direção:

Como superar um sistema que gera privilégios e massificação? De que modo os trabalhadores, as classes subalternas e os excluídos podem se tornar protagonista e dirigente da sua própria sociedade? Como é possível socializar o poder, a economia e a política de tal maneira que se chegue ao desenvolvimento humano e social de todos? Como conciliar a individualidade e a multiformidade com o consenso ativo tão fundamental para a vida em sociedade.⁶²

O protagonismo das classes dominadas só terá seu avanço no curso da história mediante a inovação dos métodos, na utilização de aparelhos democráticos, quanto à busca pela hegemonia. “Sobre a nova configuração sociopolítica – insistia Gramsci – é necessário se debruçar para pensar linhas de ação mais sintonizadas com as transformações em curso”.⁶³ No seu modo de entender, é preciso ter atenção às circunstâncias concretas da história, avaliar as forças disponíveis e encontrar solução práticas, ainda que transitórias, até conseguir construir a hegemonia plena das classes trabalhadoras.

Diante disso, mesmo que na atualidade o conceito de sociedade civil seja tratado como algo desprovido de potencialidade crítica, para articular e averiguar os desvios e injustiças da sociedade em geral, é importante pesquisar esta esfera social. É nítido que a sociedade civil atualmente está cada vez mais vinculada como um espaço dentro da sociedade, que se encontra ameaçado pelos mecanismos político e econômico, os quais apresentam a força do sistema capitalista e, por isso, enfraquecem a justiça social e a autonomia dos cidadãos.

No entanto, a organização da sociedade civil, mesmo demonstrando traços de afirmação, encontra-se cada vez mais fragmentada, pois existem inúmeros movimentos e organizações nacionais e internacionais que centram suas forças nos pólos mais diversos dos direitos civis. Não tirando o mérito de ações sociais que se empenham na defesa dos variados

⁶² SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 237.

⁶³ SEMERARO, Giovanni, op. cit., p. 32.

insultos aos direitos dos cidadãos, a fragmentação de tantas e distintas ações pode acarretar uma dificuldade da sociedade civil em agir voltada integral e atentamente aos preceitos da coletividade.

As representações da sociedade civil existem em vários níveis de interesses e de valores de organização cidadã, diferenciados em cada sociedade no processo de encaminhamento das atividades em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais e pressões políticas. Segundo Ilse Scherer, existem três níveis de organização da sociedade brasileira, sendo que, no primeiro, encontra-se o *associativismo local*; no segundo, *formas de articulação interorganizacionais*; e, no terceiro, *mobilização da esfera pública*:

O associativismo local são as associações civis, os movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas culturais do cotidiano, ou voltadas a essas bases, como são algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), isto é, o terceiro setor. Neste nível se encontra, por exemplo, núcleo do movimento do sem terra, sem-teto e associações de bairro.

O segundo nível, as formas de articulação interorganizacionais, dentre os quais se destacam os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local. É através dessas formas de mediação que se dá a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado.⁶⁴

Em um terceiro nível, e também no mais pretendido por qualquer movimento social, encontram-se as mobilizações da esfera pública, fruto de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, mas que buscam ir além, por meio de grandes manifestações na praça pública, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes e para a sociedade em geral, como uma forma de ação política expressiva no espaço público contemporâneo.

As entidades pesquisadas da sociedade civil, preocupadas com as questões comunicacionais, objeto empírico desta pesquisa, encontram-se organizadas como *formas de articulação interorganizacionais*. O FNDC e o Coletivo Intervezes são entidades institucionalizadas, no ramo da comunicação, articuladas com os movimentos do *associativismo local*, além de dialogarem, mesmo de maneira incipiente, como é o caso brasileiro, com o Estado.

2. 4. Sociedade civil e espaço público

O espaço público é o lócus social de apresentação e debate das questões sociais, idealmente ao alcance dos diversos grupamentos inseridos em um dado ambiente. Logo, por excelência, é o lugar de manifestação da sociedade civil, embora não seja esta o único ator a

⁶⁴ SCHERER, Ilse Warrer. Das mobilizações as redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p 1-89, jan./abr. 2006. p. 1-3.

integrá-lo, já que se trata de uma processualidade destinada ao encontro do conjunto de agentes que têm demandas a oferecer ao Estado, o que inclui, portanto, também os entes diretamente ligados ao mercado. É, então, uma configuração onde a diversidade deve imperar, com um confronto de posições, em busca da efetividade do debate público e, ao fim, da ação, materializadas, em princípio, através de políticas públicas.

Esse tipo de organização social manifesta-se com caracteres mais definidos no final do século XVIII, na Inglaterra, marcado por um comportamento de agentes privados que visavam influenciar as decisões estatais a partir da legitimação das suas reivindicações. O novo cenário de articulações sociais foi incentivado pela nova configuração social da época, marcada pelo antagonismo de classes criado pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção:

A esfera pública com atuação política passa a ter o status normativo de um órgão de aut mediação da sociedade burguesa com um poder estatal que corresponda às suas necessidades. O pressuposto social dessa esfera pública “desenvolvida” é um mercado tendencialmente liberado, que faz da troca na esfera de reprodução social, à medida do possível, um assunto particular das pessoas privadas entre si, contemplando assim, finalmente, a privatização da sociedade burguesa.⁶⁵

Esta esfera pública descrita por Habermas passa por uma transformação estrutural com o avanço do capitalismo, já no século XIX. O momento contemporâneo, configurado pelas características da globalização, provoca uma nova modificação estrutural da apropriação política e econômica das civilizações, o que redundará em um novo jogo de forças sociais e uma nova formação da sociedade civil, a qual se apresenta complexa e contraditória. A existência de um cenário globalizado requer uma dinâmica estruturante de grupos e lutas sociais em escala mundial; ainda inserindo nesse quadro, é necessária uma estrutura de formação paralela às tecnologias, entre elas, as da informação:

todos os desenvolvimentos, nexos, contradições e transformações em curso, desenvolve-se uma nova configuração histórico-social de vida, trabalho e cultura, desenhando uma totalidade geo-histórica de alcance global, compreendendo indivíduos e coletividades, povos, nações e nacionalidade, culturas e civilizações. Esse é o novo e imenso papel da história, na qual se alteram mais ou menos radicalmente os quadros sociais e mentais de referência de uns e outros, em todo o mundo.⁶⁶

Nessa nova configuração social, a ação política se faz de modo diferenciado da antiga arena política de discussão dos séculos passados, mais precisamente aquela do século XVIII, mas também as que a sucederam. Autores como Maquiavel e Gramsci, em tempos históricos

⁶⁵ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 93.

⁶⁶ IANNI, Octavio. O príncipe eletrônico, In: IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo Edgar A.; SILVA, Hélio (Orgs.). **Desafios da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 62-76. p. 62.

distintos, trataram de atores que seriam responsáveis por realizar o debate sobre as reivindicações sociais e assim fazer com que o palco do espaço público se tornasse efetivo. Para o primeiro, este ator seria uma figura ou líder político isolado, já para Gramsci, “o partido político pode realizar a metamorfose essencial das inquietações, reivindicações sociais, em sentido amplo, em política, enquanto programa de organização, atuação, conquista de poder e preservação deste”.⁶⁷ Importante ressaltar que este partido político, para o autor, lutava para alcançar uma hegemonia alternativa, que representasse os grupos sociais subalternos.

Atualmente há um novo quadro, quanto à constituição de grupos responsáveis pela ação política capaz de alcançar uma hegemonia alternativa. Isso remete, direta ou indiretamente, a convicções políticas e sociais, mas sofre necessariamente a influência, dentre outros fatores, dos dispositivos comunicacionais, principalmente a televisão, que pretende ter sua força multiplicada a partir de sua digitalização:

Aos poucos, a política, o partido, a opinião pública, os debates sobre os problemas da realidade nacional e mundial, as opções dos eleitores e controvérsia sobre planos alternativos de governo, tudo isso tende a basear-se nas linguagens, recursos técnicos, teatralidade e encenação desenvolvidas nos programas de entretenimento.⁶⁸

Quando se expressa a idéia de basear-se a ação social na conjuntura de um acervo político, social e econômico, a partir de programas de entretenimento, Ianni está tratando esse tipo de gênero de programação como um lugar onde a política tem sido inserida no entremeio dos signos que compõem o espetáculo midiático, o que acaba por dissolver a política nos dispositivos de comunicação de massa, que assim interferem no espaço público, o qual, na contemporaneidade, manifesta seus caminhos de debate nas entrelinhas da midiatização.⁶⁹

Nessa configuração, o espaço público, que anterior ao século XX tendia a existir em separado dos ambientes privados e empresariais, na contemporaneidade assume sua interlocução e interdependência de empreendimentos capitalistas de mídia, organizações que têm por fim a lucratividade e não o interesse público. Assim, percebe-se que a mídia engendrada no espaço público faz das tecnologias da informação uma técnica social processual e estrutural das relações políticas, econômicas, sociais e culturais das sociedades modernas:

Essa é, em larga medida, a fábrica de *hegemonia* e da *soberania*, que teriam sido prerrogativas do *príncipe* de Maquiavel e do *moderno príncipe* de Gramsci. Agora é o *príncipe eletrônico* que detém a faculdade de trabalhar a *virtù* e a fortuna, a hegemonia e a soberania; ou o problema e a solução, a crise e a salvação, o

⁶⁷ IANNI, Octavio, op. cit., p. 63.

⁶⁸ Ibid., p. 67.

⁶⁹ Ibid., p. 68.

exorcismo e a sublimação.⁷⁰

Frente a isso, reforça-se que o espaço público midiático insere-se no espaço público. O modelo de mídia contemporâneo conforma um espaço público precário, já que o acesso a ele é restrito, ou seja, não é efetivamente público, na possibilidade de publicizar suas reivindicações, anseios, posições e identidades. A luta da sociedade é, desta forma, por participar do espaço público em geral, onde se insere o espaço público midiático, ao mesmo tempo mecanismo de acesso fundamental para o alcance geral das inquietações da população.

Desta forma, a luta pela democratização da comunicação é a luta pela constituição de um espaço público mais efetivo. Tal lócus é, em tempos de inovação e convergência tecnológica, o da digitalização, sendo a TV digital sua principal expressão, já que a televisão é a principal mídia do país e de praticamente todo o mundo.

A necessidade de instrumentalizar a mídia como um espaço público que tenha lugar para o debate de grupos não hegemônicos requer intervenção estatal, a partir de uma regulamentação com características mais democráticas, principalmente agora, em tempos de digitalização televisiva, visto que este marco tecnológico carrega um enorme potencial, que não pode ser posto de lado pelos setores populares, responsáveis pelo debate não hegemônico, pois o espaço “público” midiático pode justapor “aos confrontos que se dão nas diversas arenas sociais, o que remete à necessidade do empreendimento de ações em direção à utilização e recreação da mídia”.⁷¹ Isto não implica em uma supervalorização do espaço público midiático, mas sim em uma necessidade de considerar esse ambiente como uma potencial ferramenta para o debate social, já que as instituições legais ligadas à esfera pública tradicional, centradas nos ambientes governamentais, não demonstram mais sua eficácia em tutelar os cidadãos.

Diante dessas ponderações, especifica-se que a comunicação pode trabalhar no sentido de legitimar as forças sistemáticas hegemônicas, mas pode agir contrariamente, como apontam Luciane Lucas e Tânia Hoff, ao abordar novas formas de reconhecimento social:

Neste sentido, a comunicação tanto pode funcionar como um mecanismo legitimador das linhas de força e, como tal, dos discursos e saberes dominantes, como pode, na contramão, contribuir para a construção de novas formas de ver e fazer. Assim, a comunicação, em um aspecto contra-hegemônico, adquire outras funções: 1. criar visibilidade e circulação de saberes alternativos; 2. valorizar outros ritmos e rituais nas relações sociais e nas trocas simbólicas que as integram; 3. criar condições de troca que permitam revezamento de papéis (doação e recebimento) entre agentes sociais, de modo a não sustentar relações desiguais e de dominação. Estas e outras funções só são possíveis diante de um novo modelo de comunicação,

⁷⁰ Ibid., p. 76.

⁷¹ BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e momentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007. p. 88.

entendido não como instrumento de poder e convencimento, mas como um processo de construção de laços e empoderamento de minorias.⁷²

No entanto, o espaço público midiático não deve ser supervalorizado, porque, assim como a esfera pública habermasiana, não tem a capacidade de absorver todos os grupos sociais, visto que, assim a exemplo de todos os ambientes sociais, reflete as desigualdades e especificidades do próprio sistema que está inserido. Dito isso, a própria assertiva que a digitalização poderia ser uma inovação tecnológica que disponibilizasse uma maior abrangência do espaço público midiático precisa ser relativizada, na medida em que esta tecnologia está intrinsecamente relacionada à condição capitalista, sendo sua parcialidade consequência do sistema social vigente, como dito anteriormente:

Ou seja, para que a TV (digital ou analógica), a internet, o rádio, o cinema ou o jornal possam cumprir um papel de espaço público inclusivo têm que inverter sua lógica atual, que não é determinada tecnologicamente, mas construída socialmente. Conceber outra televisão, ou uma internet, que remonte às utopias projetadas nos seus inícios envolve deixar de encarar os meios como ativos materiais e imateriais e vê-los como parte bastante significativa do que pode vir a ser um espaço público democrático.⁷³

É nesse sentido que a busca por um espaço de debate em realidade pública, passa, primordialmente, para sua efetividade, por uma renovação dos pontos e processos a serem levados em consideração pelas entidades da sociedade civil. Assim, trata-se de uma luta pela eliminação das fronteiras que excluem a maioria da população, sendo a mídia o espaço principal para essa renovação.

⁷² LUCAS, Luciane; HOFF, Tânia. A face oculta da caridade: linhas de força e de fratura no discurso midiático do bem. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 10., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Compós, 2008. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_340.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2008.

⁷³ BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz, op. cit., p. 90.

3. Entidades da sociedade civil e ação participativa

Inicialmente o terceiro capítulo trabalha com o histórico da regulamentação audiovisual brasileira e, em seguida, com a trajetória das atividades da sociedade civil em torno da regulamentação da comunicação no Brasil. Posteriormente, apresenta o objeto empírico da investigação e formula um esquema de agrupamentos para a melhor resolução da problemática proposta nesta pesquisa, bem como para o entendimento de seus objetivos específicos. Estes agrupamentos, tanto do Estado, quanto da sociedade civil, permitem a aplicação do método materialista histórico dialético e proporcionam o entendimento das relações destes dois ambientes sociais. Isso é possível a partir da análise das estruturas macro sociais que configuram um sistema social-administrativo, o Estado, o mercado e a sociedade civil, as quais são responsáveis pelas contradições econômico-políticas e sócio-culturais que marcam as dinâmicas e estruturas comunicacionais.

3. 1. Regulamentação brasileira e história

Até a consolidação de um paradigma, em qualquer campo de estudo, há um embate de idéias, mas também de forças sociais, políticas e econômicas, que culminam na prevalência de uma corrente científica. Assim se justifica este debate hoje, quando todas as mudanças sofridas pelas comunicações no seu processo de digitalização trazem de volta as mesmas discussões das primeiras regulamentações do rádio na década de 20 do século passado.

Neste cenário, o tópico busca averiguar os pontos em comum inseridos nas problemáticas e reivindicações na área da comunicação provindos do invento de novas tecnologias, com a intenção de demonstrar que a discussão conceitual acerca da natureza dos serviços de comunicações não é de modo algum uma exclusividade do momento atual. Ela está presente em cada inovação que o setor apresenta. Desde a regulamentação do rádio, do telefone e da televisão foram debatidos temas como segurança, soberania nacional e liberdade de expressão, fazendo-se presente também o embate de forças econômicas e políticas, o que culmina num contexto normativo.

Tradicionalmente no Brasil:

A regulamentação, portanto, está condicionada a promover uma infra-estrutura unificada que venha a atingir três objetivos básicos:
a) assegurar a demanda de aparelhos de rádio e televisão;
b) ajudar a criar audiências massivas essenciais ao marketing fordista;
c) proporcionar um meio para a mobilização política das massas e para a formação de uma opinião pública.⁷⁴

No Brasil existe uma tradicional falta de participação das entidades da sociedade civil

⁷⁴ SANTOS, Suzy dos; SILVEIRA, Érico, op. cit., p. 54.

vinculadas a questões midiáticas em elementos que definem a estrutura da comunicação social no país. A relação entre comunicação e política não seria, portanto, de casualidade, mas ocorreria através de determinações recíprocas. A mídia também concentra poder nessa articulação dialética e a própria questão da democracia não pode ser pensada sem levá-la em conta.

No entanto, muito ainda há a conhecer e estudar especificamente sobre a presença da sociedade civil, principalmente relativa à sua participação nas lutas pela democratização da comunicação, admitindo-se que ela vem ocorrendo, mesmo com diferentes níveis de intensidade, desde o período do regime autoritário.

Como se trata de um processo ainda em curso, torna-se relevante compreender suas modificações, diante dos resultados alcançados, fracassos e da própria dinâmica do movimento político, que, ao longo do tempo, foi incorporando novos atores sociais, com demandas específicas no campo comunicacional

Para a compreensão das transformações ocorridas na atuação da sociedade civil sobre a problemática da comunicação democrática, faz-se necessária a análise das ações políticas mais importantes das duas últimas décadas, não apenas como representação das tensões e conflitos sociais, mas como forma de os próprios fenômenos políticos acontecerem, expressando ou não contradições sociais mais profundas. Esses processos englobam múltiplas redes de comunicação, delimitando os campos de forças, onde se expressam os conflitos sociais e onde também se realizam os movimentos de negociação e a gestão das representações sociais.

O surgimento de movimentos sociais com a bandeira da democratização da comunicação está inserido no período da ditadura militar no Brasil, incentivados pelo posicionamento político-comercial no mercado de comunicação, liderado pelas Organizações Globo. Nesta época, houve uma crescente de movimentos sociais integrados, composto por sindicatos e associações de trabalhadores, empresários, profissionais liberais, estudantes, professores e partidos políticos em geral, caracterizados por uma posição de esquerda e principalmente, pelo seu caráter oposicionista ao regime ditatorial.

A noção de sociedade civil incorporou-se ao senso comum no Brasil nas décadas de 70 e 80 do século passado, durante a resistência política desarmada ao regime militar. Configurou-se, então, um amplo espectro ideológico que se chamou de sociedade civil.

O regime ditatorial instigou organizações da sociedade em torno de diferentes problemáticas, sendo a comunicação social e os serviços de radiodifusão uma dessas questões. Um exemplo apresenta-se em 1965, quando, com o incentivo regulamentar e infra-estrutural

do governo militar, onde se inclui a permissão à infração da normativa que impedia o investimento de grupos estrangeiros nas empresas de comunicação nacional, a Rede Globo trilhou seu caminho para se tornar o maior conglomerado de mídia do país:

Tanto quanto seu peso econômico e cultural, o que de fato importava para as forças democráticas brasileiras, principalmente após o fim da ditadura em 1985, era o peso que o grupo Globo assumira na política brasileira, na relação com todos os governos desde a ditadura de 1964, e, nesse mesmo tempo, com a maioria expressiva do poder legislativo.⁷⁵

Com este cenário e um conjunto de outros fatores, foram configuradas a comunicação social no Brasil e a organização da sociedade civil em torno da radiodifusão. Através de sindicatos, principalmente os de jornalismo e outras vertentes da organização civil, é que deram início as movimentações sociais pela democratização da comunicação.

Em um primeiro momento, as incipientes ações da sociedade civil foram travadas no pós-golpe militar de 1964, pois, até então, a comunicação midiática não se apresentava como uma questão política relevante no Brasil:

Dentre as razões dessa falta de percepção sobre a importância da comunicação podemos, preliminarmente, arrolar duas: a) não havia no Brasil um sistema de comunicação de massa consolidado; e b) a sociedade brasileira, de base predominantemente rural, ainda não atingira a complexidade que vai alcançar depois, com o conseqüente aguçamento das suas contradições em todos os níveis da vida social.⁷⁶

Importante relativizar, quando se utiliza do argumento de que no Brasil não havia um sistema de comunicação de massa consolidado, visto que, naquele período, atuavam no mercado de comunicação os Diários e Emissoras Associadas. No entanto, as Associadas e outras corporações midiáticas da época não correspondem ao peso estrutural de mercado dos conglomerados midiáticos do século XXI.

A partir da segunda metade da década de 60, estrutura-se o sistema brasileiro de comunicação de massa, estimulado pela modernização das telecomunicações incentivada pelo regime militar. Os governos militares, de 1964 a 1985, perceberam o papel político da comunicação e implementaram políticas para o desenvolvimento de jornais, rádio e televisão, com maior ênfase.

A participação da sociedade civil neste período continua frágil, visto que as pressões exercidas, como, por exemplo, a aprovação do Conselho de Comunicação Social (CCS), previsto no artigo 224 do Capítulo V da Constituição Federal de 1988, como órgão consultivo do Congresso Nacional, revelou resultados fracos, em termos de aplicação do alcance social

⁷⁵ RAMOS, Murilo César. Sobre a importância de renovar a idéia de sociedade civil. In: ____; SANTOS, Suzy dos (Orgs.). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007. p. 19-48. p. 20.

⁷⁶ SANTOS, José Milton. **A democratização da comunicação nos discursos da sociedade civil brasileira: 1974-1994**. Disponível em: <<http://www.enecos.org.br/docs/discursos.doc>>. Acesso em: 10 dez. 2007.

das políticas públicas de comunicação. Neste período, a pressão da sociedade civil obteve outras modificações e conquistas:

Ainda em 1984, a Fenaj e entidades ligadas aos setores de telecomunicações e informática lançam uma “Proposta para uma política democrática de telecomunicações e de comunicação social”, setores do MDB paulista elaboram o capítulo “Comunicações” do documento “Nova República” e o Centro de Comunicação e Cultura (CEC), de Brasília, lança o documento “A Transição Política e a Democratização da Comunicação Social”. Em 1985, o Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA), a partir de pesquisa realizada em conjunto com o Centre de Recherches pour le Développement International (CRDI), lança o documento “Proposta de uma Política Nacional de Comunicação para o Brasil” e, em 1986, são publicados o livro *Muda Brasil*, escrito por Fábio Konder Comparato para o Partido dos Trabalhadores (PT) e o “Anteprojeto Constitucional” elaborado pela Comissão de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos de Mello Franco. Todos esses documentos, com diferentes enfoques, propõem a constituição de um sistema democrático de comunicação no Brasil e o fim dos monopólios.⁷⁷

No final do decênio de 80, mais especificamente em 1987, surge em São Paulo o Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação (MNDC), o qual unificou diversas organizações sociais em prol da democratização da comunicação, atuando firmemente junto à Assembléia Nacional Constituinte.

Em 1991 foi criado o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Esta entidade apresentou efetivas pressões ao Governo e conseguiu instalar o CCS, previsto desde a formulação da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei 8.389, de 30 de dezembro de 1991. Outra atuação exitosa do FNDC foi sua atuação na formulação da lei do Cabo, promulgada em 1995.

Na primeira década do século XXI, precisamente em maio de 2002, 10 anos após a formulação da lei que determina a instalação do Conselho de Comunicação Social, um acordo entre os líderes do Senado foi firmado, a partir de reivindicações surgidas principalmente do FNDC. A partir disso, o CCS, regulamentado em 1991, teve somente em 2002 efetivada sua primeira eleição para o conselho consultivo. Deve-se salientar que os moldes deste Conselho vão contra as formatações propostas pela sociedade civil, visto que, em 1988, quando estava sendo debatida a nova Constituição Federal, o CCS tinha o projeto de ser um órgão deliberativo, mas, absorvidas as pressões estatais e empresariais dos radiodifusores, acabou por se tornar somente um organismo consultivo do Congresso Nacional para assuntos referentes à comunicação brasileira.

Trata-se do CCS devido à criação de órgãos reguladores e fiscalizadores serem uma necessidade da sociedade brasileira, exigida principalmente pelos setores organizados, que compreendem os agentes situados à margem do espaço de atuação das grandes empresas de

⁷⁷ SANTOS, José Milton, op. cit., p. 5.

comunicação, como os profissionais da produção independente de cinema, de rádios e TVs comunitárias e educativas e de movimentos sociais. Um órgão consultivo, inicialmente, seria uma das formas de estancar, ou ao menos minimizar, práticas que ferem os direitos dos cidadãos. Todavia:

Conselho de Comunicação Social, como parcela ativa ligada ao Senado Federal, é também regido por estas forças externas ao próprio governo brasileiro. É composto por um grupo eclético de personagens, tanto elementos com o devido mérito de ocupar as vagas de conselheiros, como indivíduos que meramente buscam proteger seus interesses corporativos. Assim, a nomeação de seus componentes não depende somente de competência, mas muito da indicação. Tendo os representantes dos poderes Executivo e Legislativo interesses corporativos, órgãos como o CCS, estão assinalados pelo interesse privado, não somente público.⁷⁸

A reflexão acerca das mais recentes e efetivas movimentações das entidades da sociedade civil na questão comunicacional somente ao ano de 2004, com a apresentação, via Ministério da Cultura, ao Congresso Nacional, do projeto de lei que regulamentaria o audiovisual nacional, criando a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (ANCINAV), e de outro, que formaria um órgão de classe para os jornalistas, o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), com intuito especialmente de controle ético. Ambas as propostas sofreram forte pressão dos empresários da radiodifusão e acabaram por ser arquivadas.

Neste quadro, os itens apresentados no desenvolvimento deste capítulo primam por contribuir para a análise das movimentações da sociedade civil no final da primeira década do século XXI, período em que se configura a digitalização da televisão brasileira.

3. 2. Agrupamentos e espaços de análise

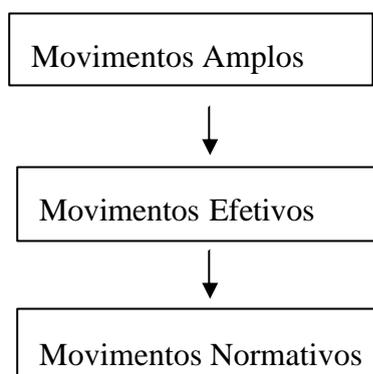
Para a análise das duas entidades da sociedade civil diretamente vinculadas às questões comunicacionais selecionadas para esta pesquisa (FNDC e Intervozes) foram criados três agrupamentos, compostos de um conjunto de 16 espaços. Este esquema de agrupamentos foi proposto pela autora como uma ferramenta de agregação dos espaços selecionados para a investigação. Estes grupos de espaços são ambientes de debate e articulação da sociedade civil em torno das problemáticas da comunicação, intitulados como: *Movimentos Amplos*, *Movimentos Efetivos* e *Movimentos Normativos*. Importante salientar que estes movimentos são seqüenciais e interligados, onde o segundo não se manifesta sem o primeiro e assim consecutivamente.

O objetivo de criar agrupamentos de análise é para pontualmente facilitar a sistematização do processo de investigação, assim como colaborar para a leitura da

⁷⁸ BRITTOS, Valério Cruz; NAZÁRIO, Paola Madeira; SIMÕES, Denis Gerson. Conselho de Comunicação Social: possibilidades e limites. **UNIREVISTA**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, jul. 2006. Disponível em: <www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIREV_Brittos.PDF>. Acesso em: 26 dez. 2008.

comunidade em geral, não pretendendo, portanto, ser uma caixa que esgote a questão.

Figura 1. Agrupamentos de análise da regulamentação comunicacional



Fonte: autora.

Esta capacidade de compreender tais movimentos interligadamente dá-se a partir da utilização do método materialista histórico dialético. Sendo assim, estes três agrupamentos relacionam-se dialeticamente com as fundamentais problemáticas práticas, como a realidade dos fatos e a soma das práticas sociais.

Movimentos Amplos tratam das representações e manifestações sociais provindas do ambiente da sociedade civil, as quais se organizam a partir de interesses comuns, em busca de mudanças estruturais no campo da comunicação. Este espaço é caracterizado por ser um ambiente amplo de discussão e organização entre as entidades, sendo ferramenta de mobilização e criação de outros espaços, que colaboram com a mobilização da sociedade civil e, principalmente, configuram-se como ambientes diretamente relacionados ao debate da temática da televisão brasileira e sua digitalização. Os *Movimentos Amplos* representam um lugar de unificação de interesses comuns de certos segmentos da sociedade, no caso os que primam pelas problemáticas do setor comunicacional. A partir desses núcleos são criadas denominações responsáveis por representar um pólo de interesses específicos de um dado movimento social.

Movimentos Efetivos caracterizam-se por serem agrupamentos que apresentam espaços disponíveis para a participação da esfera da sociedade civil e do Estado. Geralmente criados a partir de *Movimentos Amplos*, estes se configuram em eventos que abrem brechas para debate e resoluções efetivas por parte das entidades da sociedade civil brasileira. Este movimento expressa a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada na ação.

O último agrupamento, *Movimentos Normativos*, apresenta o que está sendo discutido e decidido em relação à regulamentação para a comunicação, buscando-se o que há de alteração legal especificamente para a televisão, com foco no digital. Este conjunto é responsável por apresentar o que de efetivo é gestado e desenvolvido, por parte do Estado, em

termos de políticas públicas e regulamentação da área, e da sociedade civil, quanto a documentos que representam formalmente suas reivindicações. Isso é possível fazendo um comparativo com as argumentações realizadas pelas entidades e a inserção disso na regulamentação da comunicação nacional.

Através destes espaços é possível entender as ações do Estado quanto à problemática da TV digital e confrontar, a partir dos indicativos levantados, as movimentações (e não movimentações) da sociedade civil e suas reivindicações. No entanto, a ação da sociedade civil em parte desenvolve-se nos ambientes públicos, cujos passos repercutem, por sua vez, sobre a mobilização da sociedade, ao mesmo tempo em que são, em alguma medida, condicionados por ela.

As propostas de democratização da mídia brasileira, envolvendo a digitalização da TV ou outro tópico específico, desenvolve-se, via de regra, considerando-se a movimentação da sociedade civil e sua inserção nas ações do Estado. Neste caso, existem espaços estatais diretamente imbricados, se a sociedade pretende obter alguma efetividade de suas proposições, definindo diretrizes aos entes públicos. Tal dinâmica processa-se precipuamente a partir da relação com os seguintes espaços do Executivo e do Legislativo: Casa Civil da Presidência da República, Congresso Nacional, Conselho de Comunicação Social, Senado Federal, Ministério da Cultura, Ministério das Comunicações, Ministério Público Federal e Comissões de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados.

Quanto aos três agrupamentos propostos, seguem suas especificações:

Movimentos Amplos

- + Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV.
- + Movimento Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social.
- + Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social.

Movimentos Efetivos

- + Encontro Nacional de Comunicação (ENC).
- + Conferência Preparatória de Comunicação Social (CPCS).
- + Seminários Pró-Conferência de Comunicação Social (SPCCS).
- + Conferência Nacional de Comunicação Social (CNCS).
- + Audiências públicas.
- + Consulta pública.
- + Atos públicos.

Movimentos Normativos

- + Decretos.
- + Projetos de Lei.
- + Leis.
- + Emendas.
- + Cartas abertas.
- + Moções.

Os referidos espaços são desdobrados operacionalmente ao longo deste capítulo.

3. 3. Entidades e participação social

Para proceder-se à análise da participação das entidades é importante especificar que este procedimento analítico é realizado com as duas entidades conjuntamente. Este fato se dá principalmente pelo FNDC e o Intervozes participarem das mesmas atividades, ainda que, na maioria das vezes, com ações próprias. Importante também salientar que em uma primeira análise das atividades dessas organizações já foi possível perceber que o teor de suas articulações diz respeito a um cenário amplo de discussões sobre a mídia, sendo o assunto da digitalização tratado transversalmente ao conjunto de reivindicações do quadro de problemáticas comunicacionais do país, principalmente do intuito de realizar a Primeira Conferência Nacional de Comunicação Social.

De uma maneira geral pode-se perceber o teor do debate entre Estado e entidades, assim como as reivindicações que norteiam as movimentações das organizações. O FNDC dialogou com o Ministério das Comunicações e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). Em entrevista com o coordenador geral do FNDC, foi possível perceber a estratégia da entidade em dialogar com o Minicom, em particular com o ministro Hélio Costa, por entender que a digitalização da televisão brasileira é uma nova oportunidade para a renovação das leis que regulamentam o audiovisual no Brasil.⁷⁹

Celso Schröder salienta que a estratégia da entidade agora é não pressionar o Governo de maneira rígida, como aconteceu nas propostas da ANCINAV e do CFJ (projetos apresentados no ano de 2004 para a regulamentação do audiovisual e da criação do Conselho Federal de Jornalismo, os quais sofreram fortes críticas da grande imprensa e acabaram por ser arquivados).⁸⁰

Segundo Schröder, a entidade está assumindo estratégias mais paulatinas, sendo a primeira delas a pressão para a realização da primeira Conferência Nacional de Comunicação

⁷⁹ SCHRÖDER, Celso. **Entrevista concedida pelo então coordenador-geral do FNDC, Porto Alegre.** Porto Alegre, 20 nov. 2007.

⁸⁰ SCHRÖDER, Celso, op. cit.

Social.⁸¹ O coordenador-geral do FNDC explica que apresentar um projeto de uma nova regulamentação para a televisão brasileira seria um risco de sofrer uma pressão ainda maior dos empresários, o que poderia culminar em uma lei que desregulamentasse o audiovisual definitivamente, “pois, se as emissoras se posicionassem com o discurso da censura novamente, seria uma boa chance para que os radiodifusores dissessem, ‘não tem cabimento, vamos fazer uma lei para a livre regulamentação, pois assim não correríamos o risco de voltarmos aos tempos da ditadura’”.⁸²

Para exemplificar esta estratégia é que o FNDC defende uma conferência nacional nos moldes da Conferência Nacional de Saúde, de Cultura e de Educação, portanto bancada pelo Executivo e amparada pelo Legislativo, com todos os movimentos sociais da área e a presença da sociedade civil. Dessa maneira, Schröder afirma que a entidade está realizando um movimento em direção ao ministro das Comunicações: “Não há como realizar uma conferência se esta não for liderada pelo Hélio Costa”.⁸³

Primeiramente, segundo o FNDC, o ministro defendeu que a conferência fosse realizada pelo Congresso Nacional, o que não foi aceito pelo FNDC, por dois motivos: 1) O Congresso Nacional não teria verba para tal tarefa; 2) seu resultado não se configuraria em políticas públicas, porque, se não há um diálogo com o Executivo, seria um movimento interno da Câmara dos Deputados.⁸⁴

Assim se pode vislumbrar de uma maneira geral as diretrizes escolhidas pelas entidades no debate sobre a digitalização da TV e da democratização da comunicação para, a seguir, apresentar os elementos especificando os movimentos e articulações do FNDC e Intervenções.

3. 3. 1. Agrupamento de Movimentos Amplos

Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital

A Frente Nacional trata-se de uma organização que reúne conselhos de classe, associações, sindicatos e outros tipos de entes da sociedade civil, que, num total de 132 entidades, mobilizam-se em torno da democratização da comunicação. Dessa organização fazem parte as entidades pesquisadas FNDC e Coletivo Intervenções.

A organização foi criada em abril de 2006, com o objetivo principal de articular e unificar a intervenção da sociedade civil na discussão sobre a implementação da TV digital no país. Na época de sua criação, ficou definido que a Frente se concentraria em cinco tipos de

⁸¹ Ibid.

⁸² Ibid.

⁸³ Ibid.

⁸⁴ Ibid.

ações:

1) ampliar as discussões para tornar público e transparente o debate sobre a digitalização da radiodifusão brasileira; 2) formular conjuntamente propostas para implantação e exploração dos serviços, opções tecnológicas e econômicas; 3) defender o cumprimento dos objetivos dispostos no Decreto 4.901/2003, que instituiu o SBTVD (democratização da informação, aperfeiçoamento do uso do espectro, inclusão social, desenvolvimento da indústria nacional e processo de transição que não onere os cidadãos); 4) defender um genuíno SBTVD e reivindicar o desenvolvimento de um sistema semelhante para o rádio digital; 5) defender a definição de um marco regulatório que incorpore a convergência tecnológica e regulamente os artigos constitucionais que tratam da área das comunicações.⁸⁵

Esta organização realizou o III Encontro da Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital, evento que é tratado no espaço de Movimentos Efetivos.

Movimento Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social (MPCNCS)

O Movimento, surgido a partir do Encontro Nacional de Comunicação, é composto por 30 entidades da sociedade civil em âmbito nacional, entre elas o FNDC e o Coletivo Interozes, além da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados e do Ministério Público Federal. O MPCNCS também é apoiado por 14 parlamentares, integrantes de partidos políticos como PT, PSB, PSOL e PSDB.

O Movimento Pró-Conferência foi criado a partir do Encontro Nacional de Comunicação, realizado em junho de 2007, e visa demarcar diretrizes a serem discutidas na Conferência Nacional de Comunicação Social. Este movimento tem como objetivo reunir e disponibilizar informações, documentos e materiais que mobilizem a sociedade pela realização da I Conferência Nacional de Comunicação Social.

O Movimento lançou um documento na Conferência Preparatória de Comunicação Social, no dia 17 de setembro de 2007.

Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social

Em 2008 a Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social teve a preocupação de criar, no âmbito do Ministério das Comunicações (Minicom), um Grupo de Trabalho o qual terá responsabilidade de dar início à formulação do decreto presidencial que deve convocar a conferência. Contudo, até o final dessa investigação, este Grupo de Trabalho não teve sua constituição efetivada.

A Comissão, no final de 2007, debateu diretamente com o Estado o assunto da CNCS. Na Secretaria Geral da Presidência da República, ambiente do Governo responsável pela possível convocação das conferências, aconteceu uma reunião entre o ministro Luiz Dulci e a

⁸⁵ ENTIDADES lançam Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital. **INDECS**, São Paulo, 12 abr. 2006. Disponível em: <http://www.indecs.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=56&Itemid=47>. Acesso em: 3 jan. 2009.

CPCNCS, que apontou para um diálogo futuro com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Todavia, este diálogo com a ministra não foi efetivado, até o final desta investigação.

No entanto, a entidade Intervozes acredita enfrentar dificuldades para a realização da CNCS logo no primeiro semestre de 2009, pois o Governo anunciou que pretendia passar primeiro pelo processo eleitoral municipal para dar início ao processo de debate sobre a realização da conferência. A preocupação em questão, segundo a entidade, é que, embasada em outras experiências de realização de conferências, para que a etapa nacional seja realizada no final de 2009, data apontada como a mais provável, os processos preparatórios nos municípios deveriam ter iniciado logo após as eleições, ou seja, ainda em 2008. Para que isso seja possível, é necessário que o presidente Lula publique o decreto convocando oficialmente a conferência no segundo semestre de 2008. O que acaba por não ocorrer por parte do Governo.⁸⁶

Segundo o Intervozes, existe um planejamento de se constituir uma Comissão Geral, na Câmara dos Deputados, com objetivos de tratar dos assuntos de interesse da CNCS. A convocação da Comissão Geral está sendo articulada no Plenário com as Comissões da Câmara as quais fazem parte da Comissão Pró-Conferência. Contudo, até o final dessa investigação a efetivação de criação dessa comissão não se realizou.

3. 3. 2. Agrupamento de Movimentos Efetivos

Encontro Nacional de Comunicação Social

O primeiro Encontro Nacional de Comunicação ocorreu nos dias 21 e 22 de junho de 2007, por iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), ambas da Câmara dos Deputados. Este Encontro destina-se a construir uma proposta de mobilização e temário para a I Conferência Nacional de Comunicação Social, a ser convocada pelo Governo Federal. No primeiro Encontro Nacional de Comunicação percebeu-se a participação das duas entidades pesquisadas, as quais fizeram parte de mesas de debate. Estiveram presentes no ENC, além das entidades, o diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, representantes do Ministério Público e do Ministério das Comunicações, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e da Agência Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT).

⁸⁶ CONFERÊNCIA Nacional de Comunicação: luta central em 2008. **Intervozes** – Coletivo Brasil de Comunicação, Brasília, 12 maio 2008. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/noticias/conferencia-nacional-de-comunicacao-luta-central-em-2008/>>. Acesso em: 26 dez. 2008.

III Encontro da Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital

No dia 20 de julho de 2008, foi realizado o III Encontro da Frente Nacional, na Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a organização da Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital. O evento teve o objetivo de debater as perspectivas da digitalização no Brasil, sendo na ocasião analisada a situação dos processos de passagem para o digital da televisão e do rádio no Brasil, organizando a intervenção da sociedade em defesa de um sistema que atenda aos interesses públicos.

No encontro, o coordenador do evento, João Brant, do Intervezes, criticou o Ministério das Comunicações, quanto à sua postura considerada antidemocrática, no que diz respeito ao debate sobre a implementação da TV digital no país. Brant argumenta que: “A falta de debate revela a promiscuidade do Ministério das Comunicações com empresários radiodifusores, apresentando uma forma absolutamente antidemocrática utilizada pelo Governo na condução do processo da TV digital no Brasil”.⁸⁷ Tal argumentação enfatiza o desencontro de interesses entre Estado e setores da sociedade civil.

Conferência Preparatória de Comunicação Social

A Conferência Preparatória de Comunicação, realizada nos dias 17 a 19 de setembro de 2007, em Brasília, teve o objetivo de debater sobre a organização e as diretrizes da Conferência Nacional de Comunicação Social. O evento foi organizado em conjunto com a ANATEL, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados (CCTCI), a Comissão de Comunicação do Senado Federal e o Ministério das Comunicações.

Na ocasião, Hélio Costa ressaltou que o Congresso Nacional é o fórum competente para que uma nova política de comunicações seja estudada e implementada, firmando a promessa de uma Conferência Nacional de Comunicação Social até o final de 2009, reunindo as sugestões votadas nas etapas regionais.

Quanto ao FNDC, a entidade teve uma participação efetiva nesta conferência preparatória e destaca-se aqui as palavras do coordenador da entidade civil:

Celso Schröder, representante do FNDC, ressaltou que é necessário “abrir a caixa preta da TV brasileira”. Há uma demanda social por conteúdo, que não se esgota na visão de negócio. É preciso, segundo ele, subordinar a economia e a tecnologia à cultura, fazendo-se consultas em bases democráticas quando da tomada de decisões. Não se pode abrir mão da esfera pública (incluindo a oitiva dos Conselhos Municipais de Comunicação e do Conselho de Comunicação Social). A mídia, por vezes, constitui-se como um desserviço prestado à Nação, que dispõe de meios de

⁸⁷ FRENTE NACIONAL POR UM SISTEMA DEMOCRÁTICO DE RÁDIO E TV DIGITAL **Rádio e TV digital em debate**: sociedade precisa se mobilizar. Disponível em: <<http://www.frenteradiotvdigitaldemocratica.org/Eventos/2008/IIIEncontro.html>>. Acesso em: 27 dez. 2008.

comunicação partidarizados.⁸⁸

O evento recebeu críticas referentes à postura adotada pelos organizadores desta conferência preparatória. Segundo os críticos, o evento causou alarde aos movimentos que defendem a democratização das comunicações, que alegam terem recebido informações desencontradas e que o evento só foi realmente conhecido após a divulgação da programação. Além disso, criticaram o fato do FNDC, por ser a única representação da sociedade civil a ser convidada para o evento.

A crítica mais contundente partiu do Coletivo Intervozes: segundo a entidade, o Ministério das Comunicações, em parceria com as Comissões de Ciência, Tecnologia e Comunicação da Câmara e do Senado, optou pela realização de um seminário internacional, dando ao evento o título de Conferência Nacional Preparatória de Comunicação Social.⁸⁹ Essa iniciativa, segundo o Intervozes, tem dois objetivos: o primeiro de confundir a sociedade, criando a falsa impressão de que, finalmente, está sendo realizada uma Conferência de Comunicação; a segunda, decorrente da primeira, de legitimar o evento, com a intenção de revestir os possíveis consensos ali surgidos de um caráter de política pública.

Para o Intervozes, esta Conferência Nacional Preparatória de Comunicação não representou os anseios do movimento que lutam pela democratização da comunicação no Brasil, tampouco teve a legitimidade e a representatividade de uma verdadeira conferência.⁹⁰ Isto porque, para a entidade, a realização do evento foi uma estratégia para acalmar as pressões articuladas por setores da sociedade civil para a convocação da CNCS.

Seminários Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social

No Brasil já foram convocadas, tradicionalmente, pelo presidente da República, conferências de vários setores da administração pública, como saúde, educação e assistência social. No entanto, nunca foi realizada uma conferência para debater a política de comunicação no país. Contudo, o período de digitalização, o qual representa uma modificação estrutural no setor de comunicações brasileiro, necessita ser discutido em um espaço amplo e democrático, para que possam ser absorvidas as argumentações da sociedade civil, nada mais adequado para debater o quadro da área que um debate nos moldes de uma conferência.

⁸⁸ STEFANELO, Marana Costa Beber. Conferência Preparatória: comunicações em debate. **Observatório do Direito à Comunicação**, São Paulo, 1 out. 2007. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=1531>. Acesso em: 5 out. 2007.

⁸⁹ CONFERÊNCIA Nacional Preparatória de Comunicação. Preparando o que? **Intervozes** – Coletivo Brasil de Comunicação, Brasília, 20 set. 2007. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/noticias/conferencia-nacional-preparatoria-de-comunicacoes-preparando-para-o-que/>>. Acesso em: 25 ago. 2007.

⁹⁰ CONFERÊNCIA Nacional Preparatória de Comunicação, op. cit.

A iniciativa da Conferência Nacional de Comunicação Social ganhou força a partir do final de 2006, quando foi aprovado um requerimento da deputada Iriny Lopes (PT-ES), na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. No ano seguinte, a iniciativa tomou força a partir de articulações da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), quando presidiu uma subcomissão da Câmara dos Deputados encarregada de construir sugestões de modificações legislativas para o setor das comunicações no Brasil, onde se encontra a proposta de realização da CNCS.

Para que a mobilização do movimento crie condições efetivas de debater a CNCS é que seus representantes articulam eventos locais para discutir os temas, os quais deverão fazer parte da Conferência Nacional de Comunicação Social.

Os debates regionais pela realização da primeira CNCS têm tido em comum uma série de diretrizes, as quais, de um modo geral, contemplam as problemáticas do setor comunicacional do Brasil. Entre os assuntos em comum, estão o marco regulatório da comunicação no país e a construção de políticas públicas para a área. Segundo as comissões regionais, existe uma emergência em se definir políticas públicas de comunicação, o que só pode ser efetivado em um amplo debate nacional, com a participação da sociedade civil, movimentos sociais, empresários e governo. Este debate nacional em favor de uma comunicação verdadeiramente democrática só virá ser efetivado, no entendimento das organizações envolvidas com seu projeto, por meio de uma Conferência Nacional de Comunicação Social, convocada pelo Executivo, com etapas municipais, regionais e estaduais, nos moldes das outras 49 Conferências já realizadas pelo Governo Federal.

Para vislumbrar as movimentações das organizações sociais em torno das problemáticas pesquisadas, realizou-se um mapeamento das atividades em âmbito estadual. O item Seminário Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social configura-se em eventos organizados por comitês em diversas partes do país, que se articulam pela mobilização em prol da CNCS. A seguir arrola-se todos os comitês:

+ Comitê Regional do Ceará Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social:

No dia 2 de julho de 2008 ocorreu, no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), uma reunião conjunta entre Fórum Mídia Livre, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e Movimento Cearense pela Democratização da Comunicação (MCDC), para discutir um plano unificado de ações para a campanha pela realização das conferências municipais, estaduais e nacional de Comunicação. O Intervozes não participou do evento.

+ Comitê Regional da Bahia Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social:

A Bahia foi o primeiro comitê regional a realizar a Conferência Estadual de Comunicação, nos dias 14 a 16 de agosto de 2008. Roseli Goffmam, membro do Conselho Federal de Psicologia e representante do FNDC, destaca a revitalização dos Comitês Estaduais de Comunicação para uma melhor mobilização em torno da viabilização da CNCS.⁹¹ Na Conferência regional da Bahia participaram representantes públicos do Governo Federal, estadual, Ongs, estudantes, movimentos sociais e profissionais do setor.

+ Comitê Regional de São Paulo Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social:

No dia 17 de outubro de 2008 ocorreu, no seminário “Concessões de TV: balanço em diálogo com a sociedade”, um debate sobre a realização da CNCS. Entre os debatedores estavam o Coletivo Brasil de Comunicação, o Intervozes (representado pelo seu coordenador, João Brant), a deputada Federal Luiza Erundina, empresários da radiodifusão e representantes de movimentos sociais, como a CUT. As principais conclusões do seminário foram encaminhadas à CCTCI e aos participantes do encontro. O FNDC não participou do evento.

+ Comitê Regional de Pernambuco Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social:

No dia 18 de outubro de 2008 foi realizado, na IV Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), um ato público em favor da realização da CNCS. Os participantes da Mídia Cidadã produziram uma grande tela grafitada, com o pedido de convocação assinado por várias entidades presentes no evento, onde constava o Intervozes, mas não o FNDC.

+ Comitê Regional do Paraná Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social:

Em Curitiba, no dia 28 de outubro de 2008, sob a organização da Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social e a participação do Ministério das Comunicações, Secretaria Estadual de Comunicação, da deputada Luiza Erundina e de entidades ligadas aos movimentos sociais, entre elas o Intervozes e o FNDC, foi desenvolvido o Seminário Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social.

+ Comitê Rio Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social:

O Comitê organizou o Seminário Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social (SPCNCS) no dia 8 de novembro de 2008, no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. O evento contou com sindicatos, associações e entidades ligadas a organizações sociais e de trabalhadores, além de acadêmicos da área. Esteve presente, como debatedor, o coordenador do Intervozes, João Brant, que tratou sobre o processo de construção nacional da Conferência

⁹¹ ESTADOS Caminham para a Conferência Nacional de Comunicação. **FNDC**, Porto Alegre, 22 ago. 2008. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=277553>. Acesso em: 23 ago. 2008.

de Comunicação Social, como também participou a representante Roseli Goffman, do FNDC. No evento não houve a presença do Estado.

+ Comitê Regional de Sergipe Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social:

Em novembro de 2008, em meio à Semana pela Democratização da Comunicação, a Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social, em Aracajú, em parceria com o Centro Acadêmico de Comunicação Social da Universidade Tiradentes (UNIT), Diretório Acadêmico de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social de Sergipe (ENECOS-SE), realizou o SPCNCS. Na ocasião, também ocorreu um ato público, em frente ao Palácio do Governo Estadual, com exibição de vídeos sobre a CNCS e o recolhimento de assinaturas para o abaixo-assinado em prol do evento. O seminário contou com a presença de representantes do FNDC e do Intervozes.

+ Comitê Regional do Rio Grande do Sul Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social:

O comitê realizou seu seminário estadual em 22 de novembro de 2008, na Assembléia Legislativa do Estado. Fazem parte desse comitê 18 entidades; entre elas, estiveram presentes na mesa de debate representantes do FNDC e Intervozes. A representante pública Luisa Erundina (PT-SP), apesar de convidada, não compareceu.

+ Comitê Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social do Distrito Federal:

No dia 2 de dezembro de 2008, foi realizado, em meio ao Encontro Anual de Comunicação, na Câmara dos Deputados, o SPCNCS, evento preparado pela Comissão Nacional Pró-Conferência, a fim de discutir diretrizes para a realização da CNCS. Na ocasião, o Minicom assumiu o compromisso público pela realização da Conferência Nacional de Comunicação Social em 2009. Essa foi a declaração do consultor jurídico do Ministério, Marcelo Bechara de Sousa Hobaika.⁹² Tal posicionamento sinaliza um compromisso do Governo frente à questão.

+ Comitê Mineiro Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social:

O Seminário Mineiro Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social aconteceu nos dias 12 e 13 de dezembro de 2008, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Estiveram presentes no evento, entre outros, o ministro das comunicações, Hélio Costa, representantes do FNDC, dos canais comunitários, do sindicato das empresas de rádio e TV, dos movimentos sociais e da Comissão de Ciência e Tecnologia. O Intervozes não

⁹² CONFERÊNCIA Nacional de Comunicação será realizada em 2009. **Notícia Cultural**, Belém, 3 dez. 2008. Disponível em: <<http://portalcultura.com.br/p2/index.php?pg=fale>>. Acesso em: 5 dez. 2009.

participou do evento.

A entidade FNDC atuou fortemente no evento, afirmando que é imprescindível construir democraticamente uma conferência, “para que as políticas em curso, todos os debates em andamento, sejam feitos na expectativa de compor a rede de políticas públicas necessárias”, argumentou Celso Schröder, coordenador-geral da entidade.⁹³ A pretensão do Fórum é quebrar uma lógica de decisão eminentemente privada, incorporando aos processos também as demandas públicas.

Conferência Nacional de Comunicação Social (CNCS)

O espaço da CNCS selecionado como um dos ambientes a ser pesquisado nesta investigação não se efetivou até o período final da compilação dos dados, não podendo assim ser analisado, estando sua realização prevista para até o fim de 2009, mas sem nenhuma garantia, já que tem sido constantemente adiada, o que, em realidade, atesta sua necessidade, reforçada com as mudanças advindas pelo patamar digital, em especial na televisão.

Audiências Públicas

No processo de mobilização das organizações sociais, percebe-se a realização de duas audiências públicas, como ferramenta de pressão ao Governo Federal pela convocação na CNCS.

+ Audiência Pública I:

No dia 17 de outubro de 2007 foi realizada, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, uma Audiência Pública em prol da CNCS. Na ocasião, cerca de 30 movimentos sociais reafirmaram a necessidade de o Governo Federal convocar a CNCS no ano de 2009.

Participaram da mesa da Audiência Pública a representante do Coletivo Intervenções de Comunicação, Márcia Correa; o presidente da Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub), Orlando Guilhon; o coordenador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Celso Schröder; o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo; e o deputado federal Jorge Bittar (PT-RJ). O Ministério da Comunicação, apesar de convidado, não compareceu.

+ Audiência Pública II:

Transcorrida na Assembléia Legislativa do Paraná, em 28 de outubro de 2008, a Audiência Pública em prol da CNCS reivindicou que o Governo Federal convocasse a Conferência Nacional de Comunicação Social para 2009 e criasse um Grupo de Trabalho para organizá-la.

⁹³ CONFERÊNCIA serão momento culminante das decisões sobre a comunicação. **Sinterp News**, Salvador. Disponível em: <http://www.sinterpba.org.br/nt_html/1040.html>. Acesso em 3 jan. 2009.

Entre as ações apontadas na audiência, definiu-se a minuta de uma moção de apoio à convocação da Conferência, encaminhada para aprovação da Assembléia Legislativa do Paraná e posterior encaminhamento ao Executivo Federal, a quem cabe seu chamamento; e um pedido de audiência com o governador paranaense Roberto Requião, para que convocasse uma Conferência Estadual de Comunicação, como prévia à nacional.

Consulta Pública

O espaço de Consulta Pública selecionado como um dos ambientes a ser pesquisado nesta investigação não se efetivou até o período final da compilação dos dados, não podendo, assim, ser analisado.

Atos Públicos

No bojo de movimentações em prol da CNCS foram realizados vários atos públicos, em diferentes capitais do Brasil. A iniciativa desses movimentos surgiu como resultado de articulações dos movimentos efetivos, especificamente dos Seminários Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social.

+ Ato Público I:

No dia 17 de outubro de 2008 foi realizado um ato público, reunindo mais de 300 pessoas no centro da capital de São Paulo. O objetivo do movimento foi mobilizar a população para a realização da primeira CNCS.

+ Ato Público II:

Também em 17 de outubro de 2008 ocorreu um ato público em prol da realização da primeira CNCS, no Parque Sólon de Lucena, em João Pessoa, na Paraíba.

+ Ato Público III:

Foi realizado no dia 25 de outubro de 2008 um ato público no centro de Curitiba, com o objetivo de recolher assinaturas para um abaixo assinado a favor da convocação da CNCS.

+ Ato Público IV:

No dia 8 de novembro de 2008 foi realizado um ato público na Praça XV, centro da cidade do Rio de Janeiro. O movimento pautou a democratização da comunicação e a necessidade de realização da CNCS, além de colher mais de 500 assinaturas, as quais fazem parte do abaixo assinado a ser entregue ao Poder Executivo.

Em Movimentos Efetivos foram estudados ainda espaços não pré-definidos para a investigação, mas que, no entanto, são fundamentais para a análise das movimentações efetivas das entidades da sociedade eleitas para a pesquisa. São os espaços:

XIV Plenária FNDC

Nos dias 16 e 17 de maio de 2008, o FNDC realizou a sua XIV Plenária. Na ocasião, a

entidade discutiu questões que pretendem ser a tônica da Conferência Nacional de Comunicação Social, como as relações entre convergência e reestruturação do atual sistema de mídia, controle público das comunicações e conteúdo democrático e cidadão. Para melhor demonstrar suas reivindicações, o FNDC organizou nove teses, que compreendem assuntos como regulação e democratização das comunicações, políticas públicas, cadeia de valor, comunicação pública e comunitária. Dentre estas, a tese n. 3 estipula:

Tese nº 3 - Democratização da Comunicação - O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) reivindica a realização da referida Conferência, assentada em quatro premissas: 1) A Conferência terá caráter amplo e democrático, abrangendo representações do governo, da sociedade civil e dos empresários. 2) Deverá configurar-se como um campo real de negociação entre os atores sociais envolvidos na democratização da comunicação. 3) Seus resultados serão assumidos como manifestações da vontade dos brasileiros sobre os temas por ela abordados. 4) Caberá ao Governo Federal a sua convocação, pelas instâncias adequadas.⁹⁴

A tese número três exposta reafirma como a idéia de uma Conferência Nacional de Comunicação Social tem sido tratada de forma prioritária pelos organismos da sociedade civil, ficando, de certa forma, o conjunto da pauta de democratização da comunicação, inclusive o potencial do patamar digital, subordinado a tal projeto.

Videoconferência

Em 27 de junho de 2008 foi realizada uma videoconferência organizada pela comissão Pró-Conferência de Comunicação. Segundo a coordenação do FNDC, o objetivo da videoconferência é ressaltar a importância de realizar a CNCS, já propondo tarefas objetivas: “Todas as discussões passam por uma atitude, um posicionamento da sociedade civil e dos movimentos sociais em relação à convocação da Conferência Nacional de Comunicação”.⁹⁵

A realização dessa videoconferência transcorre a partir da Comunidade Virtual do Sistema Legislativo (Interlegis), que é um sistema de videoconferência disponibilizado pelas Casas Legislativas do país. O Interlegis foi criado como agente facilitador do processo de integração e modernização do Poder Legislativo brasileiro, em suas instâncias federal, estadual e municipal, com o objetivo de melhorar a comunicação e o fluxo de informações entre os legisladores, aumentar a eficiência e competência das casas legislativas e promover a participação cidadã nos processos parlamentares.

Esta é uma tecnologia que permite fazer virtualmente reuniões, conferências ou debates com som e imagem em tempo real e interatividade entre os participantes, através de

⁹⁴ DOCUMENTOS para debate. **FNDC**, Porto Alegre, 20 maio 2008. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/internas.php?p=14plenaria>>. Acesso em: 25 maio 2008.

⁹⁵ MOVIMENTO Pró-Conferência de Comunicação realiza nesta sexta, 27 videoconferência preparatória. **FNDC**, Porto Alegre, 26 jun. 2008. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=263378>. Acesso em: 25 ago. 2008.

uma comunicação via internet ou outro *link* de comunicação de alto desempenho.

A videoconferência foi efetivada nas Assembleias Legislativas do país, onde foram recebidos e transmitidos os sinais de áudio e vídeo que possibilitaram integrar os estados brasileiros e o Distrito Federal. O evento foi coordenado pela Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social, integrada por 26 entidades civis nacionais e três comissões da Câmara dos Deputados, Direitos Humanos e Minorias, Legislação Participativa e Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática:

A idéia é que a mobilização de entidades, militantes, setores acadêmicos da área de comunicação, parlamentares e instituições estaduais impulsionem a organização da etapa estadual da conferência para discussão do marco regulatório, da convergência tecnológica e das políticas públicas para a comunicação.⁹⁶

Dessa maneira, percebe-se que a videoconferência é mais uma ferramenta utilizada com o intuito de fomentar a mobilização social entre as entidades civil ligadas ao setor comunicacional.

Encontro Preparatório da Conferência Nacional de Comunicação Social (EPCNCS)

O Encontro Preparatório da Conferência Nacional de Comunicação Social foi realizado no dia 2 de dezembro de 2008, na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF). No evento, com a concordância geral de todos os participantes e convidados, foi entregue ao Ministério das Comunicações um abaixo-assinado de mais de seis mil pessoas, reivindicando a realização da CNCS.

O Encontro contou com a participação de representantes das empresas de radiodifusão e de telefonia, assessores do Ministério das Comunicações e da Secretaria Geral da Presidência, além dos deputados envolvidos nas comissões de Legislação Participativa, Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática e Direitos Humanos e Minorias. Durante o evento houve uma afirmativa entre os participantes da necessidade de convocação imediata da CNCS.

O documento final do encontro foi entregue ao Executivo e ao Legislativo e outros órgãos oficiais. No documento, profissionais de comunicação, empresários do setor, acadêmicos e representantes do movimento social afirmaram que os custos da Conferência devem ser do Tesouro Nacional. No seminário, representantes do poder público federal sinalizaram R\$ 10 milhões a serem incluídos no orçamento de 2009, para a realização da Conferência Nacional de Comunicação Social.

A inserção desse valor no orçamento ainda depende de discussão na Câmara dos

⁹⁶ VIDEOCONFERÊNCIA estimula criação de Comitês pró Conferência de Comunicação. **Federação Nacional dos Jornalistas**, Brasília, 30 jun. 2008. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=264671>. Acesso em: 29 dez. 2008.

Deputados. O documento também argumenta que a população deve estar envolvida nas mobilizações estaduais e municipais e que a convocação da Conferência tem que ser feita via decreto assinado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, e ainda reivindicam uma portaria criando o Grupo de Trabalho para o evento, assinada pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa.

Segundo outras resoluções do EPCNCS, o GT para a Conferência deve iniciar o trabalho nos primeiros meses de 2009. No entanto, o Grupo de Trabalho ainda não foi deliberado pelo Governo até o final da investigação. É previsto que em meados de 2009 serão realizadas as conferências municipais e estaduais e no final, a nacional. No encontro ainda foi salientado que a conferência deve primar pelo debate amplo, democrático e participativo, com a presença do Executivo, Legislativo, sociedade civil organizada e empresários do setor; deve fazer um balanço do poder público na concessão de comunicação no país; e tratar de diretrizes para comunicação e políticas públicas visando à democratização da comunicação.

Um ponto importante para que se possa demonstrar o interesse efetivo das entidades é o calendário de compromissos a serem atendidos na construção da Conferência Nacional de Comunicação. No evento definiu-se:

- Edição de Decreto do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, convocando a Conferência, e Portaria Ministerial constituindo o Grupo de Trabalho até 31 de dezembro de 2008;
- Conferências municipais ou regionais e debates temáticos até 20 de maio de 2009;
- Conferências estaduais de caráter deliberativo para a eleição de delegados e debate e aprovação de propostas à Conferência Nacional: de primeiro de junho a 14 de agosto de 2009;
- Sistematização das propostas e publicação de subsídios: até 14 de setembro de 2009
- Etapa nacional: 3, 4 e 5 de novembro de 2009, em Brasília.⁹⁷

O documento formulado nesse Encontro define claramente o objetivo que as entidades têm em pressionar o Governo, no que diz respeito à convocação da I Conferência Nacional de Comunicação Social, definindo datas e ações que colaborem com a efetividade do evento por parte do Estado.

3. 3. 3. Agrupamento de Movimentos Normativos

Decreto

No mês de março de 2008 foi caracterizada uma ação de *Movimento Normativo* por parte do Estado: um recurso de 8,2 milhões para a realização do evento em 2009 foi garantido no dia 18 de dezembro de 2008 pelo Congresso Nacional, em votação do Orçamento da

⁹⁷ MARINI, Ana Rita. Preparação para a Conferência de Comunicação cresce em evento nacional. **FNDC**, Porto Alegre, 10 dez. de 2008. Disponível em: <<http://www.proconferencia.com.br/clipping.cfm?categoria=1>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

União.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) posicionou-se salientando que a aprovação sinaliza o grau de seriedade e a disposição do Parlamento no que se refere à realização da CNCS. “Provavelmente, os números devam ser modificados futuramente, mas, com o que foi apresentado, a proposta das emendas e a votação, sinalizam a vontade majoritária do parlamento em relação à conferência”, ressalta Schröder.⁹⁸ No entanto, a visão otimista do coordenador deve ser relativizada, na medida que a liberação de verba governamental não cria afirmativas da convocação da CNCS por parte do Executivo, e sim somente sinaliza seu parcial apoio.

Cartas Abertas

No âmbito do agrupamento de Movimentos Normativos, essencial para perceber as efetivas modificações nas políticas públicas para a comunicação social nacional, o FNDC trabalhou na formulação de duas cartas abertas, que apresentam importantes reivindicações da entidade quanto à realização de uma Conferência Nacional de Comunicação Social.⁹⁹

A primeira, elaborada em setembro de 2007, foi endereçada ao presidente da República, com intenção de contribuir no debate sobre a Conferência Nacional Preparatória de Comunicação Social e pressionar o Governo para uma tomada de decisões sobre a convergência tecnológica da televisão brasileira.¹⁰⁰ O documento abrange temáticas imprescindíveis para a análise das reivindicações das entidades civis pesquisadas.

+ Carta Aberta I:

No ENC foi formulada uma carta aberta ao ministro das Comunicações Hélio Costa, tratando sobre o predomínio da mídia comercial e da fragilidade dos sistemas público e estatal. A carta, além de fazer alertas às problemáticas da TV brasileira, também pressiona o Governo para que o planejamento da Conferência seja realizado com cautela e assim, seja possível mobilizar a sociedade.¹⁰¹ Isso sinaliza a preocupação das entidades em realizar um debate amplo e democrático sobre a questão.

+ Carta Aberta II:

A carta, endereçada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi entregue pelas entidades da sociedade civil, entre elas o FNDC, durante a abertura da Conferência Preparatória Pró-Conferência de Comunicação Social.

⁹⁸ ORÇAMENTO da União aprova verba para Conferência. **FNDC**, Porto Alegre, 20 mar. 2008. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=236852>. Acesso em: 16 dez. 2008.

⁹⁹ Documento em anexo.

¹⁰⁰ POR uma convergência de interesses. **FNDC**, Porto Alegre, 22 abr. 2008. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=listdocumentos&categ_key=116>. Acesso em: 5 out. 2007.

¹⁰¹ Documento em anexo.

As entidades sustentam que o material a ser produzido pela CNCS deve ser adotado como política de comunicação social pelo Governo de maneira deliberativa. Segundo as entidades, entre elas o FNDC, é fundamental que a Conferência constitua-se como processo e inclua, entre outras questões:

- A sua incorporação como compromisso dos poderes da República, especialmente do Executivo Federal com todos seus órgãos relacionados ao setor; bem como o Congresso Nacional, o Judiciário e o Ministério Público;
- A adoção do princípio da ampla e democrática participação como forma de trazer as contribuições das mais várias representações da sociedade organizada para o debate da Conferência;
- O mais amplo envolvimento da população através da realização de etapas estaduais e regionais antes da etapa nacional;
- A inclusão da sociedade civil no processo de organização da Conferência, garantindo inclusive meios materiais para esta participação; e
- O compromisso de, a partir do debate com métodos democráticos, construir linhas gerais para um novo momento nas políticas públicas para as comunicações; entendendo que qualquer mudança substancial nas políticas vigentes deva ser feita somente a partir das deliberações da Conferência.¹⁰²

O texto requer a participação do Governo Federal e do Congresso na organização da Conferência, em uma ação conjunta com os movimentos sociais. O documento ainda salienta que a sociedade civil não aceita mais a apropriação indevida, por parte dos empresários da comunicação, do argumento da liberdade de expressão como justificativa para defender a desregulamentação do setor, além de defender a comunicação como parte dos direitos humanos do cidadão e pressionar pela realização de políticas públicas por parte do Estado, com participação efetiva da arena social.

O documento também enfatiza que, mesmo o Ministério das Comunicações, em parceria com as Comissões de Ciência e Tecnologia da Câmara e do Senado, abrindo espaço e permitindo a formulação de uma CNCS, não identifica o formato que será realizada e não garante que ela seja ampla, democrática e participativa.

Segundo o FNDC, a proposta é que ela seja construída pelos movimentos sociais e a sociedade civil, articulando-se com parlamentares, partidos políticos e Governo Federal, destaca o coordenador-geral do FNDC, acrescentando: “O Governo Federal deve também comprometer-se com a Conferência, para que as proposições do Encontro sejam incorporadas de fato pelo Executivo e transformadas em políticas públicas”.¹⁰³

O documento trata da importância da comunicação nas relações de poder e na

¹⁰² INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Carta aberta ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/sala-de-imprensa/agenda/22062007_Carta_final_encontrocomunicacao.doc>. Acesso em: 29 jun. 2007.

¹⁰³ MARQUES, Gerusa. Comitê veta bloqueador em conversores para a TV digital. **Portal Exame**, São Paulo, 29 maio 2007. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/ae/economia/m0130114.html>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

produção de cultura e que o processo comunicacional é fundamental para o firmamento de uma efetiva democracia. A carta ainda salienta que no país este papel fundamental é ainda muito incipiente, visto que:

No Brasil, ainda há um grande caminho a percorrer para que a comunicação cumpra este papel. O modelo vigente é marcado pela concentração e a hipertrofia dos meios em poucos grupos comerciais, cujas outorgas são obtidas e renovadas sem controle da sociedade e sem critérios transparentes. O predomínio da mídia comercial marca também a fragilidade dos sistemas público e estatal, que só agora estão entrando na pauta de preocupação de Estado com o debate sobre a criação de uma rede pública de televisão. Este quadro vem sendo mantido pela ausência do debate e pela exclusão do interesse público na elaboração e aprovação das políticas públicas e de regulação que organizam a área. Historicamente, as decisões relativas à comunicação no Brasil têm sido tomadas à revelia dos legítimos interesses sociais, quase sempre apoiadas em medidas administrativas e criando situações de fato que terminam por se cristalizarem em situações definitivas. A necessidade de corrigir tais distorções históricas emerge justamente na hora em que a convergência digital torna cada vez mais complexo o processo de produção, difusão e consumo das informações. Frente a isso torna-se urgente a redefinição de um novo e legítimo marco institucional para as comunicações, haja vista que a legislação para as comunicações carecem de revisão seja pela necessidade de sua atualização, seja por falta de regulamentação específica dos princípios constitucionais ou, ainda, por sua inadequação à noção da comunicação como direito humano e social.¹⁰⁴

Por fim, é ressaltado ainda que a Conferência Nacional de Comunicação Social possa formular um marco histórico de mudança da relação passiva da população com a mídia, significando uma inflexão no histórico de baixa abertura do Estado brasileiro à participação social na elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas para o setor.

Na formulação do documento em questão participou o Coletivo Intervenções e o FNDC.

+ Carta Aberta III:

O segundo documento produzido pelo Fórum, apresentado no final do mês de outubro de 2007, trata da construção de uma proposta temática para a CNCS. Esta carta aborda a problemática da transição tecnológica dos meios, a modificação da cadeia produtiva do setor, a lógica privada dos sistemas de comunicação e a necessidade de construção de uma Conferência.¹⁰⁵

A entidade foi incentivada a realizar este documento mediante constatações sobre o cenário de regulamentação da comunicação no país. Segundo o FNDC, é possível analisar que, nos anos de 2007 e 2008, o Estado não deliberou nenhum decreto, lei ou emenda que sinalizasse uma modificação efetiva na regulamentação da TV digital no Brasil, como também não fez uma declaração oficial sobre a realização da Conferência Nacional de Comunicação Social:

¹⁰⁴ SOBRE o encontro Nacional de Comunicação. **Leia a Mídia**, São Paulo, 25 jun. 2007. Disponível em: <<http://leiamidia.blogspot.com/2007/06/sobre-o-encontro-nacional-de-comunicacao.html>>. Acesso em: 28 jun. 2007.

¹⁰⁵ Documento em anexo.

Em relação à organização da Conferência Preparatória, ainda que a iniciativa seja formalmente do Minicom, do Congresso e da Anatel, ninguém assume sua paternidade. O próprio Ministério das Comunicações limitou-se a comentar que a assessoria da Câmara é quem está atendendo a imprensa. A respeito da Conferência Nacional que, supõe-se, virá em seguida ao evento de setembro, também não há definições. Apesar do Minicom ter afirmado ao FNDC que estava comprometido com sua realização, até o momento não há qualquer confirmação oficial. Na Secretaria-Geral da Presidência da República, órgão do Governo responsável pela realização das conferências, também não foi possível obter informações sobre a intenção do Governo de realizá-la, apesar do ministro Luiz Dulci ter recebido recentemente a Comissão Pró-Conferência.¹⁰⁶

Nesse cenário de debates é que a entidade formula a proposta temática para a CNCS apresentada na tabela a seguir.

Tabela 3. Proposta temática do FNDC para a Conferência Nacional de Comunicação Social

Eixo	Meios	Cadeia de valor	Sistemas
Prisma	Do analógico ao digital	Do consumidor ao cidadão	Da ênfase corporativa ao controle público
Segmentos	Televisão aberta Rádio Internet Telecomunicações TV por assinatura Cinema Mídia impressa Mercado editorial	Produção Provimento Distribuição Circulação Recepção Consumo	Público Estatal Privado
Políticas públicas	Contidas nos demais eixos	Universalização Financiamento Regulação Legislação Pesquisa e desenvolvimento	Organização dos sistemas Gestão Financiamento Ordem econômica Educação para as mídias

Fonte: FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. **Proposta temática para Conferência Nacional de Comunicação**. Disponível em: <www.fndc.org.br/documentos>. Acesso em: 27 dez. 2008.

Os dados constantes na tabela 3 deixam claras as preocupações do FNDC, quanto à cadeia de valor e às diretrizes de políticas públicas para o setor de comunicação atual.

+ Carta aberta IV:

¹⁰⁶ GUEDES, Gabriela. Conferência é realizada sem participação da sociedade civil. **Observatório do direito à comunicação**, São Paulo, 5 set. 2007. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=1311>. Acesso em: 10 set. 2007.

Ao final do Encontro Nacional de Comunicação, foi elaborado e aprovado um documento de resoluções com um calendário propondo a publicação do Decreto de convocação da Conferência para o dia 31 de dezembro de 2008 (o que não se realizou, como é sabido), além das fases seguintes de realização das etapas municipais, regionais, estaduais e nacional. O documento, que também trouxe propostas de objetivos, formato e temário da Conferência, foi protocolado junto a um ofício, solicitando uma audiência com o presidente Lula em 5 de dezembro de 2008, na Secretaria Geral da Presidência da República, também não efetivada.¹⁰⁷

Nessa ocasião entidades debruçaram-se sobre a construção de um documento-base que define o que a Comissão Pró-Conferência quer e entende por uma Conferência Nacional de Comunicação.

O documento em questão foi lançado pela Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação, no dia 2 de dezembro de 2008. O material compreende uma Nota Oficial da Comissão com premissas para a realização da Conferência Nacional de Comunicação Social. O documento definiu diretrizes quanto às características, propósitos, objetivo e formato e proposta temática do evento a ser realizado. Em uma análise geral pode-se perceber a preocupação da comissão quanto ao caráter amplo e democrático do evento, assim como relativamente aos aspectos de mercado do setor e políticas públicas por parte do Estado.

Entre as premissas da Nota Oficial, é necessário, para os objetivos dessa pesquisa, salientar as definições da comissão quanto aos objetivos e proposta temática da I Conferência Nacional de Comunicação Social, na visão da comissão:

Quanto aos objetivos:

- a) Identificar os principais desafios relativos ao setor da comunicação no Brasil.
- b) Fazer um balanço das ações do poder público na área.
- c) Propor diretrizes para as políticas públicas de comunicação.
- d) Apontar prioridades de ações governamentais dentro destas diretrizes.

Quanto à proposta temática:

- 1) A Conferência tratará da comunicação como direito, especialmente no que incide sobre a soberania nacional, a liberdade de expressão, a inclusão social, a diversidade cultural e religiosa, as questões de gênero, a convergência tecnológica e a regionalização da produção.
- 2) Os debates serão organizados em torno de três eixos:
 - a) Meios de Comunicação;
 - b) Cadeia Produtiva;
 - c) Sistemas de Comunicação.

Consideram-se Meios de Comunicação a televisão aberta, rádio, internet, telecomunicações por assinatura, cinema, mídia impressa e mercado editorial. A Cadeia Produtiva abrange os processos de produção, provimento, distribuição e recepção. Os Sistemas de Comunicação se agrupam nas categorias público, estatal e

¹⁰⁷ Documento em anexo.

privado.¹⁰⁸

A partir dessas diretrizes é possível averiguar a preocupação das entidades quanto à atuação do Estado, na construção de políticas públicas para a comunicação e na definição de diretrizes a serem tratadas na CNCS.

+ Carta Aberta V:

A Carta do Rio de Janeiro Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social, redigida no Seminário Pró-Conferência do estado, no dia 8 novembro de 2008, e encaminhada ao poder público, trata da necessidade de superar a desregulamentação legislativa dos meios de comunicação.¹⁰⁹ Além disso, aborda temáticas como concessão pública e concentração de mídia, controle público; comunicação e cultura, mídia e produção de subjetividade; comunicação pública, comunitária e formação de redes; e, principalmente, Conferência Nacional de Comunicação Social.

+ Carta Aberta VI:

No Seminário estadual de Minas Gerais, a Comissão Regional Pró-Conferência de Comunicação Social redigiu uma carta aberta a ser endereçada ao poder público, na qual fica clara a pressão ao Governo. Os representantes do evento requerem que o Governo Federal crie um Grupo de Trabalho para organizar a CNCS nas suas dimensões regionais e nacionais.¹¹⁰ Até o final desta investigação, esta reivindicação não foi atendida.

+ Carta Aberta VII:

A I Conferência de Comunicação Social da Bahia resultou na Carta da Bahia, documento encaminhado ao presidente da República que apresenta várias propostas para democratizar os meios de comunicação do país.¹¹¹ Entre os temas levantados pela carta, estão a prática livre de produção de conteúdo e o monopólio do setor, entre outros assuntos fundamentais para a questão.¹¹² A exemplo das demais conferências regionais, a da Bahia abordou temas importantes para o debate do setor comunicacional.

Carta Aberta VIII:

Em 26 de novembro de 2008 foi apresentado um documento aos ministros de Estado presentes em reunião em Brasília para tratar de uma ampla pauta de interesse social, ou seja,

¹⁰⁸ MOVIMENTO PRÓ-CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO. **Nossa proposta**. Disponível em: <<http://www.proconferencia.com.br/nossaproposta.cfm>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

¹⁰⁹ Documento em anexo.

¹¹⁰ Documento em anexo.

¹¹¹ BORGES, Altamiro. O clamor pela Conferência de Comunicação. **FNDC**, Porto Alegre, 25 ago. 2008. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=278246>. Acesso em: 26 ago. 2008. Documento em anexo.

¹¹² Documento em anexo.

não exclusivamente de temas midiáticos. O documento foi organizado pelo MST, ao lado de centrais sindicais, organizações de estudantes, movimentos populares e entidades da sociedade civil, incluindo o FNDC. Dentre tantas reivindicações, a carta entregue pelos movimentos sociais ao Governo Lula carrega, no seu item 10, o seguinte texto, sob o título *A mídia permanece concentrada nas mãos de poucos grupos econômicos*:

10. A mídia permanece concentrada nas mãos de poucos grupos econômicos. Este quadro reforça a difusão de um pensamento único que privilegia o lucro em detrimento das pessoas e exclui a visão dos segmentos sociais e de suas organizações do debate público. Para reverter esta situação e colocar a mídia a serviço da sociedade, é preciso ampliar o controle da população sobre as concessões de rádio e TV, fortalecer a comunicação pública e garantir condições para o funcionamento das rádios comunitárias, acabando com a repressão sobre elas. Por tudo isso, é urgente que o Governo Federal convoque a Conferência Nacional de Comunicação.¹¹³

No ambiente de análise dos Movimentos Normativos existem certos espaços que foram selecionados para a investigação, mas, no entanto, não se efetivaram, tanto nos movimentos do Estado, quanto no das entidades da sociedade civil. São esses ambientes: Projeto de Lei, Leis, Emendas e Moções.

Abaixo-assinado

No dia primeiro de agosto de 2008, o Movimento Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social lançou no seu *site* um espaço para construir um abaixo-assinado a favor da convocação da primeira CNC.¹¹⁴ O documento, endereçado ao presidente Luis Inácio Lula da Silva e ao ministro das Comunicações, Hélio Costa, contém os seguintes termos:

Nós, abaixo-assinados, solicitamos ao Exmo. Sr. Ministro das Comunicações Hélio Costa e ao Exmo. Sr. Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, a convocação da I Conferência Nacional de Comunicação democrática e participativa, precedida de etapas preparatórias, para que a nação brasileira possa discutir e deliberar sobre políticas públicas e o novo marco regulatório do setor das comunicações no Brasil. O primeiro passo a ser dado é a nomeação de Grupo de Trabalho paritário, composto por representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, empresários e sociedade civil, que vai organizar a referida Conferência. Aproveitamos para chamar a atenção do Governo Federal sobre a importância dessa Conferência no que diz respeito ao aprimoramento da democracia brasileira. Atenciosamente.¹¹⁵

Até o fechamento desta pesquisa, o documento em pauta continuava em aberto para a assinatura da comunidade em geral, no sítio do Movimento Pró-Conferência Nacional de

¹¹³ MOVIMENTOS Sociais entregam carta ao presidente Lula. Movimento dos Trabalhadores sem terra, **MST**, 26 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6056>>. Acesso em: 28 nov. 2008.

¹¹⁴ CAMPANHA coleta de assinaturas para I Conferência Nacional de Comunicação. **Adital** – Notícias da América Latina e Caribe, Fortaleza, 16 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=34022>>. Acesso em: 18 jul. 2008.

¹¹⁵ MOVIMENTO Pró-Conferência Nacional de Comunicação. **Abaixo assinado pela convocação da I Conferência Nacional de Comunicação**. Disponível em: <<http://www.proconferencia.com.br/documentos.cfm?categoria=2&conteudo=114>>. Acesso em: 2 ago. 2008.

Comunicação Social. Importante salientar que o abaixo-assinado representa uma importante ferramenta para a demonstração da vontade pública e da pressão desta ao ambiente estatal.

3. 4. Síntese da movimentação das entidades organizadas

Neste tópico, sintetiza-se, através da Tabela 4 a 7, as ações das entidades da sociedade civil, enfatizando os espaços selecionados para esta investigação, para desta forma traçar seus principais movimentos.

Tabela 4. Resumo dos movimentos da sociedade civil (I)

Evento	Data	Movimento	Promoção	Local	Finalidade
I Encontro Nacional de Comunicação	Jun. 2007	Ação	Comissão de Direitos Humanos e Minorias e CCTCI da Câmara dos Deputados	Auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados	Tratar da CNCS
III Encontro da Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital	Jun. 2008	Ação	Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital	Universidade Federal Fluminense	Digitalização da TV
Conferência Preparatória de Comunicação	Set. 2007	Ação	CCTCI da Câmara e do Senado, Ministério das Com. e Anatel	Congresso Nacional	CNCS e questões referentes ao mercado de comunicação
Encontro Preparatório Nacional de Comunicação	Dez. 2008	Ação	CCTCI, Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Comissão Pró- CNCS	Plenário da Câmara dos Deputados	Definir diretrizes para a CNCS
XIV Plenária FNDC	Mai 2008	Ação	FNDC	Espaço privado (Hotel em Brasília)	CNCS e problemas estruturais do mercado de comunicação

Fonte: autora.

Tabela 5. Resumo dos movimentos da sociedade civil (II)

Evento	Data	Movimento	Promoção	Local	Finalidade
Videoconferência	Jun. 2008	Ação	Comissão Pró-CNCS, Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Comissão de Legislação Participativa e CCTCI	Congresso Nacional	Mobilizar os comitês estaduais para a CNCS
Seminário Pró-CNCS	Dez. 2008	Ação	Comissão Pró-CNCS de Minas Gerais	Assembléia Legislativa de Minas Gerais	CNCS
Seminário Pró-CNCS	Nov. 2008	Ação	Comissão Pró-CNCS do Rio de Janeiro	Espaço privado (Clube de Engenharia do RJ)	CNCS
Seminário Pró-CNCS	Ago. 2008	Ação	Comissão Pró-CNCS da Bahia	Espaço privado (Hotel Sol Bahia)	CNCS
Seminário Pró-CNCS	Jul. 2008	Ação	Comissão Pró-CNCS do Ceará	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA)	CNCS
Seminário Concessões de TV: Balanço em Diálogo com a Sociedade	Out. 2008	Ação	Comissão Pró-CNCS de SP	Câmara dos Vereadores de SP	CNCS e concessão de Rádio e TV
Seminário Pró-CNCS	Nov. 2008	Ação	Comissão Pró-CNCS de Sergipe	Centro Acadêmico de Comunicação Social da Universidade Tiradentes	CNCS

Fonte: autora.

Tabela 6. Resumo dos movimentos da sociedade civil (III)

Evento	Data	Movimento	Promoção	Local	Finalidade
IV Conferência Brasileira de Mídia Cidadã	Out. 2008	Ação	Acadêmicos e movimentos sociais	Universidade Federal de Pernambuco	Mídia Cidadã e CNCS
Seminário Pró-CNCS	Out. 2008	Ação	Comissão Pró-CNCS do Paraná	Assembléia Legislativa do Paraná	CNCS
Ato Público	Nov. 2008	Ação	Comissão Pró-CNCS do RJ	Praça XV (RJ)	CNCS
Ato Público	Out. 2008	Ação	Comissão Pró-CNCS SP	Centro de SP	CNCS
Ato Público	Out. 2008	Ação	Comissão Pró-CNCS da Paraíba	Parque Solón de Lucena	CNCS
Ato público	Out. 2008	Ação	Comissão Pró-CNCS do Paraná	Centro Curitiba	CNCS
Audiência Pública	Out. 2008	Ação	Comissão Pró-CNCS do Paraná	Assembléia Legislativa do PR	CNCS
Audiência Pública	Out. 2008	Ação	Comissão Pró-CNCS do RJ	Assembléia Legislativa do RJ	CNCS
Carta Aberta	Jul. 2007	Normativa	Encontro Nacional de Comunicação Social	Câmara dos Deputados do Distrito federal	CNCS
Documento	Out. 2007	Normativa	FNDC	Sede FNDC	CNCS
Documento	Dez. 2008	Normativa	Encontro Preparatório Nacional de Comunicação	Plenário da Câmara dos Deputados do Distrito Federal	CNCS

Fonte: autora.

Tabela 7. Resumo dos movimentos da sociedade civil (IV)

Evento	Data	Movimento	Promoção	Local	Finalidade
Projeto de Lei Pluri Anual	Mar. 2008	Normativa	CTCI	Congresso Nacional	Liberação de verba para a realização da CNCS
Carta Aberta	Nov. 2008	Normativa	Comissão Pró-CNCS do RJ	Seminário Pró-CNCS	Concentração da mídia, controle público e CNCS
Carta Aberta	Nov. 2008	Normativa	Comissão Pró-CNCS do RS	Seminário Pró-CNCS	GT para CNCS e realização da CNCS
Abaixo-assinado	2007-2008	Normativa	Movimento Pró-CNCS	-	A ser entregue ao poder público como pressão para a realização da CNCS
Carta Aberta	2008	Normativa	Comissão Pró-CNCS da Bahia	Seminário Pró-CNCS da Bahia	Democratização da Comunicação e CNCS
Documento	Nov. 2008	Normativa	Organizações sociais e FNDC	-	Problemas sociais e CNCS

Fonte: autora.

A partir da formulação dessa tabela é permitida uma melhor visualização dos movimentos articulados pelas entidades, assim como das resultantes acarretadas. Em linhas gerais, pode-se perceber que as organizações da sociedade civil atentas às problemáticas da comunicação conseguiram criar algum movimento em favor de seus interesses.

Eventos foram organizados, documentos foram redigidos, espaços de debate foram dispostos, pela sociedade civil e pelo Estado. Além disso, pesquisando os *Movimentos Amplos, Efetivos e Normativos*, é perceptível a clareza e a pontualidade das reivindicações das entidades. No entanto, a percepção da realização desses movimentos não compromete a efetivação de suas reivindicações e nem que esta esfera social tenha plena capacidade de impulsionar o sistema estatal a uma reforma no setor comunicacional nacional. Conjuntamente a este fato, está notavelmente disposta uma postura contida do Estado frente à mudanças da regulamentação de comunicação no Brasil. As implicativas dessas

argumentações e conclusões prévias encontram-se desenvolvidas mais pontual e profundamente nas considerações conclusivas dessa investigação.

Considerações conclusivas

Ao apresentar a síntese conclusiva, destaca-se, em primeiro lugar, que seguramente ainda haveriam caminhos a serem trilhados nesta investigação, abrangendo dados, ponderações e reflexões. Mas, apesar das delimitações que o próprio trabalho científico impõe e também das limitações quanto ao processo de construção do conhecimento científico por parte desta pesquisadora, entende-se que alguns pontos puderam ser avançados, lançando novas aberturas e pontes para estudos futuros. No entanto, destaca-se a riqueza dos sistemas televisivos para a compreensão das movimentações sociais, especialmente neste momento que sua dimensão é potencializada, a partir da materialidade da convergência tecnológica, frente sua incorporação no contexto econômico-político-social.

Para o início destas argumentações conclusivas, é necessário relembrar que as mobilizações articuladas pelas entidades e pelo Estado, durante o período analisado, dizem respeito ao setor de comunicação social de maneira ampla, tratando das problemáticas da mídia muito mais em âmbito geral, sendo a digitalização do setor televisivo um assunto tratado transversalmente. Isto porque, na medida em que se debate o marco regulatório do setor midiático, a digitalização passa a ser um tópico de discussão a ser inserido nas modificações regulamentares do setor televisivo. Mas a passagem da TV analógica para a digital poderia ser o mote propulsor para tratar dos problemas histórico-estruturais da televisão e da própria comunicação brasileiras, o que não verdadeiramente se efetivou.

Esta afirmativa sustenta-se devido aos resultados obtidos após a investigação e análise dos dados relativos aos espaços selecionados. Das reivindicações e mobilizações das entidades da sociedade civil FNDC e Intervozes, observou-se, nos anos de 2007 e 2008, articulações principalmente em torno da possível realização da I Conferência Nacional de Comunicação Social. A digitalização da televisão ficou inserida em um ambiente que prima por uma modificação no sistema de regulamentação brasileira de uma maneira macro estrutural, a partir de uma CNCS, que visa dar início ao debate dos meios de comunicação, tendo como objetivo a formulação de políticas públicas para o setor.

No decorrer da investigação, observam-se raras referências diretas sobre as reivindicações quanto à digitalização da TV, por parte das entidades, nos ambientes selecionados para a compilação de dados. No entanto, é notável a intenção das organizações em trabalharem por um debate amplo, que abrange o setor comunicacional como um todo e, conseqüentemente, a televisão digital, sendo este assunto tratado estrategicamente pelas organizações civis, como salientaram representantes do FNDC.

A partir daí, para o desenvolvimento destas considerações conclusivas, é analisado cada movimento em separado, iniciando pelos *Movimentos Amplos*, os quais dão início às mobilizações das entidades da sociedade civil na temática da democratização comunicacional. Em *Movimentos Amplos* são compilados dados de organizações como a Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV, Movimento Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social e Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social.

Desses três espaços, destaca-se em primeiro lugar a Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV, por ser o único ambiente diretamente vinculado a questões alusivas à digitalização da televisão. Contudo, observa-se a escassez de atividades realizadas por este espaço organizativo, visto que o único evento promovido pela Frente Nacional foi um encontro entre as entidades que fazem parte da organização, no ano de 2008, o qual não redundou em documento formal que manifestasse as temáticas debatidas.

Outras questões podem ser levantadas para reiterar a afirmação de inatividade desse espaço de análise, como: a total falta de promoção de eventos que poderiam ser articulados com o objetivo de mobilizar a comunidade em geral para as problemáticas da digitalização. O espaço aqui analisado estabeleceu diretrizes que não foram contempladas no período desta investigação, visto que a Frente Nacional propunha-se a expandir as discussões para tornar público o debate sobre a digitalização, formular propostas para a implementação da tecnologia digital e, principalmente, defender a definição de um marco regulatório que incorporasse a convergência tecnológica e regulamentasse os artigos constitucionais que tratam da área das comunicações.

Não obstante, o que se observou é que nenhum esforço para alcançar tais objetivos, como seminários, plenárias e eventos em geral, foram promovidos pela Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital. Um dos indícios disso é que o *site* desse espaço não é atualizado desde agosto de 2006, ano de sua formação, o que sinaliza, pelo menos em parte, sua pouca atividade de mobilização.

O segundo espaço selecionado para compor os *Movimentos Amplos* é o Movimento Pró-Conferência de Comunicação Social, o qual teve a principal função de agregar várias entidades da sociedade civil quanto à questão da CNCS. Em nome do Movimento surgiram inúmeros eventos, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da Conferência e criar ações que pressionassem o Executivo na busca da sua efetiva convocação. O Movimento realizou uma videoconferência para tratar do assunto, assim como criou um abaixo-assinado, com o intuito de mobilizar a sociedade em geral pela convocação da CNCS, onde o assunto da digitalização seria contemplado. Conclui-se que este espaço de análise atingiu seus objetivos, à medida

que, mesmo com as limitações que a tradição de mobilização social impõe no Brasil, o Movimento conseguiu colocar o assunto da CNCS na pauta das entidades da sociedade civil preocupadas com os problemas do setor da comunicação.

O último espaço que compõe os *Movimentos Amplos* é constituído pela Comissão Pró-Conferência de Comunicação Social, responsável por organizar e promover os Seminários Regionais Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social. Observa-se que suas articulações redundaram diretamente em *Movimentos Efetivos* importantes para o estudo das mobilizações da sociedade civil, principalmente no que diz respeito às ramificações do debate sobre a Conferência em diversas regiões do país. Um passo importante realizado pela Comissão, pelo menos no que diz respeito aos objetivos desta pesquisa, foi a realização de um diálogo com o Estado. A reunião, realizada na Secretaria-Geral da Presidência da República, demonstrou existirem brechas para que as reivindicações da sociedade civil sejam colocadas na agenda do Governo. Todavia, a reunião não constituiu efetivas ações do Governo em convocar a Conferência.

Em torno das mobilizações pela CNCS, a sociedade civil organizada, no caso deste estudo FNDC e Coletivo Intervezes, está inserida em ambientes como o Movimento e a Comissão Pró-Conferência de Comunicação Social: mesmo que com participações diferenciadas, manifestam sua capacidade de mobilização do plano nacional para o regional. Entretanto, este fato precisa ser relativizado, visto que as mobilizações das entidades não correspondem a uma mobilização em todo o território nacional. Mas, mesmo com esta ponderação, foi interessante perceber algo jamais observado na área de comunicação no Brasil, na medida em que as entidades organizadas conseguiram articular no âmbito dos *Movimentos Amplos* ações que redundaram em dinâmicas nos *Movimentos Efetivos*.

Exemplo específico de *Movimentos Efetivos* são os Seminários Regionais Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social, organizados pela Comissão Pró-CNCS e promovidos pelos comitês de cada região, algumas vezes com apoio de centrais acadêmicas e outras organizações sociais. Percebe-se a importância desses encontros estaduais na medida em que um evento como a CNCS deve ir além de um evento em Brasília, pois uma conferência nacional necessita ser antecedida de debates regionais, sendo o ideal conseguir realizar discussões municipais, o que seria praticamente inviável, devido à falta de meios para realizar o debate nos municípios.

Dos meses de julho a dezembro de 2008, em 12 capitais do país (MG, RJ, BA, CE, PE, SE, SP, PR, RS, AM, MS e DF), no quadro relativo à organização desses eventos, pode-se perceber que o Estado se faz presente, mas de maneira superficial, sendo que raríssimas

vezes atendeu aos convites. Tais eventos aconteceram em 44,4% do território nacional, sendo a participação das duas entidades pesquisadas nesse trabalho díspares. O FNDC compareceu mais vezes nos eventos, tendo uma atuação de 60% nos Seminários Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social. A presença do FNDC não se apresentou mais efetiva somente no que diz respeito ao número de edições de seminários que compareceu, mas também relativamente ao teor de suas participações, visto que teve uma atuação maior em mesas de debate, produção de documentos e também na articulação com os poucos representantes políticos que participaram do evento.

Quanto à participação de entes estatais nos seminários, o Ministério das Comunicações compareceu em três dos eventos analisados. Portanto, a maioria dos encontros ocorreu sem debate com agentes governamentais. A análise dos seminários permitiu perceber ainda a unificação de interesses dos comitês regionais nos assuntos referentes à democratização da comunicação, visto que na totalidade dos eventos foi tratada a necessidade do Governo Federal convocar a primeira Conferência Nacional de Comunicação Social, com o intuito de modificar o marco regulatório do setor e construir políticas públicas para a área.

É importante salientar que, por mais que os seminários Pró-Conferência representem um importante passo para o amadurecimento dos movimentos sociais na área da comunicação, ainda são eventos que necessitam uma melhor organização de diretrizes temáticas. Não generalizando a questão, mas tendo como base os seminários acompanhados pessoalmente pela autora desta pesquisa, nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, é observado que os eventos ainda necessitam de um crescente amadurecimento. No seminário realizado em Porto Alegre, observou-se que as exposições de representantes dos movimentos sociais e da academia, com algumas exceções, não aprofundaram o assunto da Conferência Nacional de Comunicação Social e muito menos das problemáticas da convergência tecnológica da televisão.¹¹⁶ Quanto ao seminário realizado em Recife, em meio à IV Conferência Nacional de Mídia Cidadã, a temática da CNCS foi tratada no final do evento, com rápidas colocações de representantes da academia, em meio a um ato público com não mais de 30 pessoas.

Outra ação que constitui os *Movimentos Efetivos* foi o segundo espaço de diálogo direto com o Estado, realizado isoladamente pelo FNDC, em abril de 2007, com

¹¹⁶ Nos moldes que foi estruturado, o Seminário Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social do RS não estabeleceu nenhum debate conciso para o estabelecimento de diretrizes a serem trabalhadas na CNCS, visto que a carta elaborada no final do evento teve um tempo de discussão que não ultrapassou dois minutos, ficando sua formulação nas mãos de poucos representantes da sociedade civil, não sendo este material debatido com a comunidade em geral que se encontrava na Assembléia Legislativa do Estado.

representação do seu coordenador, em reunião com os ministros da Secretaria de Comunicação, Franklin Martins; da Justiça, Tarso Genro; e das Comunicações, Hélio Costa. Este fato demonstra um pouco da disparidade de forças entre o FNDC e o Coletivo Intervenções, visto que o Fórum foi o único a estabelecer um debate direto com o ambiente estatal. No entanto, mais uma vez percebe-se que nenhuma ação efetiva por parte do Governo foi formulada.

Ainda no quadro de análise dos *Movimentos Efetivos*, destaca-se para as considerações conclusivas o Encontro Nacional de Comunicação Social e a Conferência Preparatória de Comunicação Social, por serem eventos que, diferente dos seminários regionais, têm uma maior participação de agentes governamentais, visto que foram promovidos, na maioria das vezes, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados, Comissão de Comunicação do Senado, Ministério das Comunicações e Ministério Público, além das entidades da sociedade civil. Fizeram parte de seus debates o ministro da Comunicação, Hélio Costa, e os presidentes da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e da Agência Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT). Dessa maneira, estes movimentos têm um maior peso nos debates sobre a democratização da comunicação e a realização da CNCS, visto que contam com maior participação do Estado e sinalizam maior comprometimento do Governo quanto a essas questões, como, por exemplo, a afirmativa de Hélio Costa de que a CNCS seria realizada até o final de 2009.

As entidades pesquisadas mobilizaram-se também na efetividade de duas Audiências Públicas, que contaram com a presença de deputados e redundaram em normativas como documentos a serem encaminhado ao Poder Executivo, contendo reivindicações quanto à realização da CNCS e outras problemáticas do setor comunicacional. Tais organizações igualmente efetivaram atos públicos em quatro capitais do país, com o intuito de conscientizar a comunidade em geral sobre a importância de realização de uma conferência nacional que trate dos assuntos midiáticos.

Dessa maneira, percebe-se que as entidades conseguiram, mesmo que em um processo incipiente e fragilizado, efetivar ações que demonstram um crescente amadurecimento do movimento civil, quanto aos temas comunicacionais do país. Foram apresentados vários níveis de interesse e de valores de organização cidadã, representando um encaminhamento das atividades em favor de políticas sociais e públicas, protestos sociais e pressões políticas. Contudo, é importante relativizar a questão, argumentando que estas ações efetivas não estabelecem um movimento social de grande amplitude e nem um diálogo com os agentes governamentais, a ponto de definir normativas específicas, mediante o acolhimento das

reivindicações da sociedade civil na área da comunicação.

Todavia, observa-se que mesmo com as reivindicações da sociedade civil não sendo acolhidas pelo Estado, as entidades não deixaram de declarar objetivamente suas inquietações e produziram documentos formais, que propõem um arcabouço normativo. Os documentos são diretamente endereçados a agentes governamentais, como o ministro das Comunicações e o presidente da República. Estes documentos emergem de situações criadas no ambiente dos *Movimentos Amplos*, que se expressam em *Movimentos Efetivos*, os quais acabam por redundar em *Movimentos Normativos*, configurados por cartas abertas que estabelecem de forma clara e direta as reivindicações das entidades.

Os documentos e cartas abertas produzidos pelas organizações não têm a necessidade de serem analisados separadamente, tendo em vista sua unidade de interesses. Em suma, o material trata do cenário de construção da I Conferência Nacional de Comunicação Social e, conseqüentemente, de problemáticas do setor comunicacional a serem resolvidas. As normativas constituídas servem, em sua análise, para especificar claramente as preocupações dessas organizações, como, por exemplo, o documento construído no Encontro Nacional de Comunicação Social e endereçado ao ministro Hélio Costa, o qual trata do predomínio da mídia comercial e da fragilidade dos sistemas público e estatal, além de pressionar o Governo para que seja planejada com cautela a CNCS.

Outro documento, produzido na Conferência Preparatória de Comunicação Social e endereçado ao presidente da República, deixa clara a definição do que as entidades da sociedade civil estão reivindicando, quando se trata da realização da CNCS. A normativa pede o comprometimento dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além do Ministério Público, requerendo ainda um amplo debate com a participação da sociedade e que o Governo aceite debater democraticamente a criação de novas políticas públicas para a comunicação, “entendendo que qualquer mudança substancial nas políticas vigentes deva ser feita somente a partir das deliberações da Conferência”.¹¹⁷

A carta também elabora críticas importantes ao Estado e aos empresários da mídia, à medida que afirma que a sociedade civil condena a postura dos radiodifusores, de considerar censura toda ação de regulamentação estatal. O documento ainda chama a atenção do Governo Federal, por não dar sinais de comprometimento com a realização da CNCS e nem de que esta seria realizada de maneira democrática e participativa.

¹¹⁷ INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Carta aberta ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/sala-de-imprensa/agenda/22062007_Carta_final_encontrocomunicacao.doc>. Acesso em: 29 jun. 2007.

A proposta temática para a CNCS foi produzida unicamente pelo FNDC e aponta diretrizes específicas para a efetividade do evento. Nesse documento observa-se uma clara preocupação da entidade quanto à transição tecnológica dos meios de comunicação, a qual tende a modificar a cadeia produtiva do setor, alterando a lógica privada dos sistemas de comunicação. Observa-se que a entidade trabalhou nessa proposta devido ao fato do Governo não ter deliberado nenhuma normativa legal que sinalizasse uma modificação efetiva na regulamentação da TV digital no Brasil, como também não fez uma declaração oficial sobre a realização da Conferência Nacional de Comunicação Social.

Outros documentos constituídos pelas entidades FNDC e Intervezes são organizados pelos comitês regionais responsáveis pelas realizações dos Seminários Pró-Conferência Nacional de Comunicação Social e primam por uma conferência plural e democrática, pressionando o governo para a sua realização.

Apesar de ainda não haverem formulações concretas sobre a digitalização da TV, percebe-se uma movimentação intensa das entidades pesquisadas em dialogar com as instâncias governamentais, assim como em debater as problemáticas da comunicação social no país. Nos dois principais eventos para a discussão de diretrizes da TV digital, o ENC e a CPCS, as entidades, principalmente o FNDC, estiveram presentes, debatendo, lançando reivindicações e propostas e demonstrando uma estreita relação de diálogo com o Ministério das Comunicações.

Por meio da análise das movimentações das organizações civis, pode-se afirmar que os objetivos desta pesquisa foram contemplados, sendo respondidas as problemáticas que constituem a dissertação. Quanto ao objetivo geral de analisar as estratégias e dinâmicas das entidades da sociedade civil no processo de implementação e regulamentação da TV digital no país, argumenta-se que foi contemplado, ao ter sido compilada a totalidade de dados potencialmente relativos à questão, como a organização de eventos, diálogos, mesmo que incipientes. Coloca-se esta afirmativa sempre reiterando que o assunto da digitalização não foi abordado diretamente, com pontuais exceções, mas sim transversalmente aos debates da realização da I Conferência Nacional de Comunicação Social.

Quanto aos objetivos específicos, dois pontos, em particular, devem ser ressaltados. De um lado, pensando-se em compreender se a convergência tecnológica da televisão analógica para a digital acarretará demarcações legais no ambiente comunicacional como um efetivo espaço público, salienta-se que, até o momento, tal caminho não foi trilhado. Passado mais de um ano da inauguração da televisão digital no Brasil, nenhuma normativa legal foi alterada e nenhuma política pública foi criada no sentido de avançar na direção da

democratização da televisão no país, a partir de sua digitalização. Não obstante isso, tal perspectiva pode ser avançada, especialmente a partir dos resultados da Conferência Nacional de Comunicação Social, se esta ocorrer.

De outro lado, revisando a meta de averiguar a incidência nas ações do Estado, no que diz respeito à regulamentação do televisual digital no Brasil, observa-se que tais articulações são frágeis e não configuram diretamente um novo marco legal para a TV digital.

Mediante a revisão dos objetivos é possível responder às problemáticas que esta pesquisa se propõe a resolver. Respondendo à questão como as entidades da sociedade civil voltadas às questões comunicacionais manifestam-se no processo de regulamentação e implementação da televisão digital no país, pode-se construir o argumento que as organizações tentaram criar uma teia de articulações, tanto com o Estado, quanto com a própria sociedade civil, embora não diretamente. Com certeza, o processo de digitalização da televisão colocou na pauta das entidades as problemáticas mais amplas do setor de comunicação, pois, a partir do novo advento tecnológico e, principalmente, da perda da luta da sociedade civil pela escolha do padrão tecnológico a ser utilizado para a TV digital, é que os movimentos sociais exacerbaram sua necessidade de realizar um amplo debate nacional, que primasse por trazer modificações no marco legal da comunicação no país.

Quanto à segunda questão a ser resolvida nessa investigação, relativa ao impacto das atividades realizadas pelas entidades da sociedade civil na regulamentação da televisão digital, não houve tais incidências, visto que não se manifestaram ações diretas e efetivas, como dito anteriormente, assim não havendo possibilidades de aproximar a TV digital de um espaço público.

Conclui-se que a inauguração da tecnologia digital no Brasil não avançou na apropriação de seu potencial emancipatório, na medida em que a legitimação de linhas de forças não caminhou em direção aos grupos sociais e sim no fortalecimento das forças econômico-políticas já hegemônicas, sustentando relações desiguais e de dominação. Na essência, os movimentos das entidades da sociedade civil não implicaram em alterações no espaço público, até porque o foco principal dessas organizações não foi a digitalização e porque houve pouco avanço efetivo quanto à questão. Contudo, se houver um desdobramento das dinâmicas das entidades pesquisadas sobre a área comunicacional, como o desenvolvimento de uma Conferência Nacional de Comunicação Social, o espaço público midiático poderá, em médio prazo, pelo menos, ser impactado.

A preocupação das organizações civis quanto à convergência do sinal televisivo e as modificações no marco de regulamentação do setor de comunicação no Brasil fundamentam-

se nas problemáticas que podem vir a se configurar com o novo cenário da digitalização. O fenômeno da digitalização termina por intensificar características contemporâneas, entre essas a crescente capacidade da mídia nas suas determinações sobre a cultura, a política e a economia, com a supervalorização da forma sobre o conteúdo e o aumento da submissão da informação interesses econômicos. Nessa linha, o encaminhamento das entidades estudadas, de dirigir a luta para questões envolvendo a democratização midiática em geral, não deixa de ser pertinente, já que todo este processo está inter-relacionado.

Decorrente desse cenário é reafirmada a necessidade de um controle social da mídia, visado à sua democratização. Para isso, são requeridas políticas públicas amplas e direcionadas a um patamar mais democrático de comunicação, um tipo de aplicativo político que prime pela criação de um conjunto de normas que organize a mídia de modo a satisfazer o interesse público. Esta política pública deve ser compartilhada entre Estado, sociedade civil e empresas, sem exclusões. Mas uma política pública deve também capacitar a sociedade civil para que tenha condições de dialogar com o Estado e estar preparada para enfrentar o mundo das corporações. Ao mesmo tempo, a sociedade precisa dotar-se de senso estratégico, para posicionar-se neste quadro.

Nesse sentido, é fundamental a convocação de uma Conferência Nacional de Comunicação Social, que reúna representantes da sociedade, dos movimentos sociais e das empresas, como consta na prioridade da pauta das organizações trabalhadas nesta investigação. No cenário da convergência existe uma tendência de reforço dos processos hegemônicos, sendo a TV digital prioritariamente um reforço da hegemonia existente, como é praxe, quanto à inovação tecnológica e demais ações do sistema. Não obstante, a luta social é o lugar de busca por reversões e construções contra-hegemônicas, já que a convergência digital pode possibilitar uma ampliação da quantidade de fontes e falas, de diferentes tipos de conteúdos e produções culturais.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BORGES, Altamiro. O clamor pela Conferência de Comunicação. **FNDC**, Porto Alegre, 25 ago. 2008. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=278246>. Acesso em: 26 ago. 2008.
- BRASIL. **Ministério das Comunicações**. Ministro garante conversores populares em todo país até o Natal. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/ministerio-on-line/ministro-garante-conversores-populares-em-todo-o>>. Acesso em: 8 ago. 2008.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. A centralidade da chamada Economia Política da Comunicação (EPC) na construção do campo acadêmico da Comunicação: uma contribuição crítica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 14., 2005, Niterói. **Anais ...** Niterói: UFF, 2005. 1 CD.
- _____; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e moimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007.
- BRITTOS, Valério Cruz. A comunicação no capitalismo avançado. **Signo y Pensamiento**, Bogotá, v. 19, n. 36, p. 33-46, 2000.
- _____. A terceira fase da comunicação: novos papéis no capitalismo. In: _____. **Comunicação, informação e espaço público**: exclusão no mundo globalizado, Rio de Janeiro: Papel e Virtual, 2002. p. 21-43.
- _____. Mídia, mediação e sociedade: o (des)caminho do debate público. **Comunicação e Informação**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 8-17, 2005.
- _____. Projeto de pesquisa. **TV digital terrestre**: política pública, estratégia midiática e reconfiguração no capitalismo contemporâneo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2007.
- _____.; GASTALDO, Édison. Mídia, poder e controle social. **Alceu – Revista de Comunicação, Cultura e Política**, v. 7, n. 13, p. 121-133, jul.-dez. 2006.
- BRITTOS, Valério Cruz; NAZARIO, Paola Madeira. Lei do Audiovisual: a reação empresarial e os recuos do governo Lula. **Verso e Reverso**-Revista da Comunicação, São Leopoldo, n. 41, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=5&s=9&a=52>>. Acesso em: 3 abr. 2007.
- BRITTOS, Valério Cruz; NAZÁRIO, Paola Madeira; SIMÕES, Denis Gerson. Conselho de Comunicação Social: possibilidades e limites. **UNirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, jul. 2006. Disponível em: <www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIREV_Brittos.PDF>. Acesso em: 26 dez. 2008.
- CAMPANHA coleta de assinaturas para I Conferência Nacional de Comunicação. **Adital – Notícias da América Latina e Caribe**, Fortaleza, 16 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=34022>>. Aceso em: 18 jul.
- CAMPINAS é a primeira cidade do interior a receber sinal de TV digital. **Tele Síntese**, São Paulo, 3 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.telesintese.ig.com.br/index.php?option=content&task=view&id=10523&Ite>>

- mid=10>. Acesso em: 9 dez. 2008.
- CONFERÊNCIA Nacional de Comunicação: luta central em 2008. **Intervozes** – Coletivo Brasil de Comunicação, Brasília, 12 maio 2008. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/noticias/conferencia-nacional-de-comunicacao-luta-central-em-2008/>>. Acesso em: 26 dez. 2008.
- CONFERÊNCIA Nacional Preparatória de Comunicação. Preparando o que? **Intervozes** – Coletivo Brasil de Comunicação, Brasília, 20 set. 2007. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/noticias/conferencia-nacional-preparatoria-de-comunicacoes-preparando-para-o-que/>>. Acesso em: 25 ago. 2007.
- CONFERÊNCIA Nacional de Comunicação será realizada em 2009. **Notícia Cultura**, Belém, 3 dez. 2008. Disponível em: <<http://portalcultura.com.br/p2/index.php?pg=fale>>. Acesso em: 5 dez. 2009.
- CONFERÊNCIA serão momento culminante das decisões sobre a comunicação. **Sinterp News**, Salvador. Disponível em: <http://www.sinterpba.org.br/nt_html/1040.html>. Acesso em 3 jan. 2009.
- CRONOGRAMA de transmissão da TV digital por região. **SBTVD**, Brasília. Disponível em: <<http://sbtvd.cpqd.com.br/?obj=historico&mtd=texto&item=1>>. Acesso em: 5 jan. 2009.
- DOCUMENTOS para debate. **FNDC**, Porto Alegre, 20 maio 2008. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/internas.php?p=14plenaria>>. Acesso em: 25 maio 2008.
- DRUETTA, Delia Covi. Sociedad de la información y el conocimiento: algunos deslindes imprescindible. In: _____ (Coord.). **Sociedad de la información y el conocimiento: entre lo falaz y lo posible**. Buenos Aires: La Crujía, 2004. p. 17-55.
- EMISSORAS não estão promovendo a conversão, diz Hélio Costa. **Tela Viva**, São Paulo, 27 ago. 2008. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=278752>. Acesso em: 3 dez. 2008.
- ENTIDADES lançam Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital. **INDECS**, São Paulo, 12 abr. 2006. Disponível em: <http://www.indecs.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=56&Itemid=47>. Acesso em: 3 jan. 2009.
- ESTADOS Caminham para a Conferência Nacional de Comunicação. **FNDC**, Porto Alegre, 22 ago. 2008. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=277553>. Acesso em: 23 ago. 2008.
- FONTENELLE, Isleide Arruda. **O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. **Proposta temática para Conferência Nacional de Comunicação**. Disponível em: <www.fndc.org.br/documentos>. Acesso em: 27 dez. 2008.
- FRENTE NACIONAL POR UM SISTEMA DEMOCRÁTICO DE RÁDIO E TV DIGITAL. **Rádio e TV digital em debate: sociedade precisa se mobilizar**. Disponível em: <<http://www.frenteradiotvdigitaldemocratica.org/Eventos/2008/IIIEncontro.html>>. Acesso em: 27 dez. 2008.
- GASPERIN, Herman. **New television, old politics: the transition to digital TV in the US and**

- Britain. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo: Círculo do livro, 1981.
- GRAMSCI, 70 anos depois. **IHU On Line**-Revista do Instituto Humanitas, São Leopoldo, n. 231, p. 8, 13 ago. 2007.
- GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- GRUPO DE MÍDIA DE SÃO PAULO. **Mídia dados 2008**. São Paulo, 2008.
- GUARESCHI, Pedrinho A.; BIZ, Osvaldo. **Mídia, educação e cidadania**: tudo o que deve saber sobre mídia. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GUEDES, Gabriela. Conferência é realizada sem participação da sociedade civil. **Observatório do direito à comunicação**, São Paulo, 5 set. 2007. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=1311>. Acesso em: 10 set. 2007.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- IANNI, Octavio. O príncipe eletrônico, In: IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo Edgar A.; SILVA, Hélio (Orgs.). **Desafios da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 62-76.
- INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Carta aberta ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/sala-de-imprensa/agenda/22062007_Carta_final_encontrocomunicacao.doc>. Acesso em: 29 jun. 2007.
- KSENOFONTOV, Filipp A. Concepção burguesa e concepção Marxista de Estado e de Direito. **Universidade Comunista Revolucionária J. M. Sverdlov**, Moscou, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scientific-socialism.de/PECapa.htm>>. Acesso em 27 set. 2007.
- LEAL, Sayonara. A imaginação de um controle público a partir do regulamento do setor de telecomunicações no Brasil: a utilização dos aparatos regulatórios da Agência Nacional de Telecomunicações pelo usuário-cidadão. In: JAMBEIRO, Othon; BOLAÑO, César; BRITTO, Valério (Orgs.). **Comunicação, informação e cultura**: dinâmicas globais e estruturas de poder. Salvador: Edufba, 2004. p. 117-132.
- LUCAS, Luciane; HOFF, Tânia. A face oculta da caridade: linhas de força e de fratura no discurso midiático do bem. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 10., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Compós, 2008. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_340.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2008.
- MARINI, Ana Rita. Preparação para a Conferência de Comunicação cresce em evento nacional. **FNDC**, Porto Alegre, 10 dez. de 2008. Disponível em: <<http://www.proconferencia.com.br/clipping.cfm?categoria=1>>. Acesso em: 15 dez. 2008.
- MARQUES, Gerusa. Comitê veta bloqueador em conversores para a TV digital. **Portal Exame**, São Paulo, 29 maio 2007. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/ae/economia/m0130114.html>>. Acesso em: 5 jun. 2007.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

- MARX, Karl. **O capital**. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MOREIRA, Daniel. Entrevista: a nova cara da TV digital. **IDG Now!**, São Paulo, 3 abr. 2008. Disponível em: <<http://idgnow.uol.com.br/telecom/2008/04/02/entrevista-a-nova-cara-da-tv-digital/>>. Acesso em: 2 jun. 2008.
- MOSCO, Vicent. Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral. **Comunicação e sociedade 1-** Cadernos do Nosdeste, v. 12, ns. 1-2, p. 92-115, 1999.
- MOVIMENTOS Sociais entregam carta ao presidente Lula. Movimento dos Trabalhadores sem terra, **MST**, 26 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6056>>. Acesso em: 28 nov. 2008.
- MOVIMENTO PRÓ-CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO. **Nossa proposta**. Disponível em: <<http://www.proconferencia.com.br/nossaproposta.cfm>>. Acesso em: 20 mar. 2008.
- MOVIMENTO Pró-Conferência Nacional de Comunicação. **Abaixo assinado pela convocação da I Conferência Nacional de Comunicação**. Disponível em: <<http://www.proconferencia.com.br/documentos.cfm?categoria=2&conteudo=114>>. Acesso em: 2 ago. 2008.
- MOVIMENTO Pró-Conferência de Comunicação realiza nesta sexta, 27 videoconferência preparatória. **FNDC**, Porto Alegre, 26 jun. 2008. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=263378>. Acesso em: 25 ago. 2008.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. São Paulo: Senac, 2001.
- _____. Sociedade Civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 184-202, 1996.
- _____. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.
- O encontro Nacional de Comunicação. **Leia a Mídia**, São Paulo, 25 jun. 2007. Disponível em: <<http://leiamidia.blogspot.com/2007/06/sobre-o-encontro-nacional-de-comunicacao.html>>. Acesso em: 28 jun. 2007.
- ORÇAMENTO da União aprova verba para Conferência. **FNDC**, Porto Alegre, 20 mar. 2008. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=236852>. Acesso em: 16 dez. 2008.
- PINSKY, Jaime; PISKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- POR uma convergência de interesses. **FNDC**, Porto Alegre, 22 abr. 2008. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=listdocumentos&categ_key=116>. Acesso em: 5 out. 2007.
- POSTMAN, Neil. **Tecnopólio**. São Paulo: Nobel, 1994.
- RAMOS, Murilo César. Sobre a importância de renovar a idéia de sociedade civil. In: _____. SANTOS, Suzy dos (Orgs.). **Políticas de comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007. p. 19-48.
- REINHOLZ, Fabiana. A nova TV: digital e excludente. **FNDC**, Porto Alegre, 25 ago. 2007. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=175507>. Acesso em: 29 dez. 2008.

- SANTOS, José Milton. **A democratização da comunicação nos discursos da sociedade civil brasileira: 1974-1994.** Disponível em: <<http://www.enecos.org.br/docs/discursos.doc>>. Acesso em: 10 dez. 2007.
- SANTOS, Suzy dos; SILVEIRA, Érico. Serviço público e interesse público na comunicação. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy dos (Orgs.). **Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas**, São Paulo: Paulus, 2007. p. 49-82.
- SCHERER, Ilse Warrer. Das mobilizações as redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p 1-89, jan./abr. 2006.
- SCHRÖDER, Celso. **Entrevista concedida pelo então coordenador-geral do FNDC, Porto Alegre.** Porto Alegre, 20 nov. 2007.
- SEMERARO, Giovanni. **Cultura e educação para a democracia: Gramsci e a sociedade civil.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- SODRÉ, Muniz. Etnicidade, campo comunicacional e midiaticização. In: MORAES, Dênis (Org.). **Sociedade midiaticizada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 19-31.
- STEFANELO, Marana Costa Beber. Conferência Preparatória: comunicações em debate. **Observatório do Direito à Comunicação**, São Paulo, 1 out. 2007. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=1531>. Acesso em: 5 out. 2007.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2006.
- UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. **Linhas de Pesquisa.** Disponível em: <http://www.unisinos.br/ppg/comunicacao/index.php?option=com_content&task=view&id=38&Itemid=121&menu_ativo=active_menu_sub&marcador=121>. Acesso em: 20 fev. 2008.
- VERSÃO da hora. **Coletiva Net**, Porto Alegre, 11 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.coletiva.net/noticiasDetalhe.php?idNoticia=25981>>. Acesso em: 5 jan. 2009.
- VIDEOCONFERÊNCIA estimula criação de Comitês pró Conferência de Comunicação. **Federação Nacional dos Jornalistas**, Brasília, 30 jun. 2008. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=264671>. Acesso em: 29 dez. 2008.
- VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização.** Rio de Janeiro: Record, 1998.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2003.
- YOUNG, Íris. **Inclusion and democracy.** Oxford: Oxford University Press. 2000.

Anexos

Anexo 1:



CARTA DA 1ª CONFERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA BAHIA

Há entre nós, realizadores da 1ª Conferência de Comunicação Social da Bahia, a consciência de que o diálogo entre o governo e os movimentos sociais, e noutra dimensão, entre o Estado e a Sociedade como um todo, é condição social necessária para que as práticas da democracia sejam consensuais nas redes de transmissão de informações, nas trocas culturais e nos processos de (re)produção dos discursos que modelam a vida política, social e cultural nas comunidades, nos territórios de identidade, no estado e no país.

Sem a prática da livre produção social de conteúdos nas escolas, nos portais, nas salas virtuais, nos jornais, nas revistas, no cinema, nas rádios e televisões, isto é, sem a democracia na comunicação, não nos produzimos como seres sociais políticos - cidadãos e cidadãs - capazes de pensar coletivamente e dialogar com os nossos representantes nas esferas e instâncias do Estado Brasileiro.

Democratizar a comunicação significa reconhecer as identidades, trajetórias e condições sociais e políticas que caracterizam o povo baiano, garantindo a diversidade em todas as suas dimensões. A Bahia com seus 417 municípios congrega uma multiplicidade de saberes, histórias, personagens, valores e crenças que apenas uma comunicação democrática e plural é capaz de visibilizar e contextualizar, permitindo o resgate e valorização da memória das comunidades, territórios e povos, assim como a construção ou re-significação de outras identidades.

Não é possível pensar na comunicação no contexto contemporâneo sem as novas tecnologias, que permitiram ultrapassar o modelo distributivo para que todos os cidadãos e cidadãs tenham acesso aos meios para se tomarem também comunicadores e comunicadoras. Um modelo de inclusão sócio-digital democrático implica na apropriação das Tecnologias da Informação e da Comunicação por parte de todas as pessoas, com investimento educacional para que possam fazer dela usos criativos, com gestão



REALIZAÇÃO:

AB - ABRAC - CIPD - CUT - FACOM/SIBA - FIDC
INTERVOZES - RORIS - UNIB - SINOP - SIBORBA - SINTOP



Assessoria Geral de
Comunicação Social



compartilhada dos espaços públicos de inclusão e incentivo para a produção independente de conteúdos.

A comunicação como expressão de uma pluralidade de vozes encerra também um processo educativo, em que os indivíduos desenvolvem a mediação de suas relações sociais e possam materializá-las em diversos produtos, processos e estratégias comunicacionais. Assim, ela tem estreita relação com a educação na construção ou afirmação dos referenciais simbólicos e culturais dos cidadãos e cidadãs. A leitura crítica da mídia e a aprendizagem das pessoas para se apropriarem, produzirem e difundirem saber e informação são fundamentais para garantir uma comunicação e uma educação contextualizadas e democráticas.

A Bahia de Todos Nós é expressão de um momento novo, singular na sua história, onde o governo e a sociedade civil buscam, através do diálogo, isto é, da comunicação, materializada nos modos, na partilha social como estratégia, nas redes de ouvidorias e nos mecanismos institucionais democráticos que permitem aos cidadãos e cidadãs não apenas serem ouvidos, mas exercerem a condição de atores dos processos de elaboração, execução e avaliação das políticas públicas democráticas.

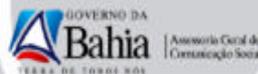
Esta é a razão pela qual mais de duas mil pessoas em oito plenárias territoriais, envolvendo 26 Territórios de Identidade e seus 247 representantes, seguidos de observadores e convidados regionais e nacionais, discutem, nesta 1ª Conferência de Comunicação Social da Bahia, as políticas públicas democráticas, em quatro vertentes temáticas, e como o Estado deve ser estruturado democraticamente para incorporar as contribuições das representações sociais, sobretudo populares, nas políticas e nos órgãos da administração direta e descentralizada.

Deste modo, garante a todos e todas amplas esferas públicas de participação nos processos de produção das políticas públicas para além da comunicação, porque sem os meios públicos de produção da comunicação, sob gestão do Estado ou da Sociedade, não teremos como

inserir os setores populares na gestão participativa das políticas de cultura, ciência e tecnologia, educação, desenvolvimento urbano e regional, emprego e renda, combate à



AB - ABRACO - CIPD - CUT - FACOM/UBR - FROE
INTERVOZES - RBCB - UNER - SINEP - SINDRBA - SINTOP





pobreza, justiça e direitos humanos, saúde e demais políticas públicas no contexto de um Estado que se propõe republicano e democrático.

Sabemos que com a vontade política partilhada de democratizar a comunicação, as estruturas de Estado e a Sociedade, simultaneamente, terminamos colocando a Bahia na vanguarda da discussão da política pública democrática de comunicação no país, em sendo o primeiro estado a realizar um evento desta natureza. Todavia, há uma esperança, fruto das lutas e pressões que os movimentos sociais têm exercido na esfera federal, para que este ciclo de conferências se complete com a convocação urgente da Conferência Nacional de Comunicação. Neste sentido, os representantes desta 1ª Conferência Estadual de Comunicação - dispostos a se reunirem quando se fizer necessário de acordo com o cronograma, temário e regras do evento nacional -, se antecipam espelhando a vontade política dos baianos e baianas e o espírito de luta da sociedade brasileira por um marco regulatório e políticas públicas que, de fato, democratizem a comunicação como direito coletivo e difuso.

As contribuições inseridas nesta Carta como Resoluções, formuladas nos grupos temáticos, nas plenárias territoriais, reexaminadas e sintetizadas nesta fase estadual, serão objetos das políticas públicas democráticas de comunicação, a cargo do governo estadual com a participação da sociedade. Salvo aquelas que forem de competência exclusiva da União, das esferas do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário, as quais têm sido bandeiras de luta dos movimentos sociais em nível nacional.

A expectativa é de que se materialize a idéia de uma Bahia de Todos Nós, possível e necessária como obra coletiva das comunidades que integram os Territórios de Identidade do Estado da Bahia. Democratizar é garantir o direito de todos e todas.

Salvador, 14 a 16 de agosto de 2008



REALIZAÇÃO:
 AB - ABRÃO - CIO - CUT - FACOMSPR - FPOC
 INTERVOZES - RICO - UNER - UNEP - SINORBA - UNTERP



Anexo 2:

Carta do Rio de Janeiro Pró-Conferência Nacional de Comunicação

As entidades, movimentos e pessoas reunidos no Seminário Pró-Conferência Nacional de Comunicação, realizado na sede do Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, no dia 08 de novembro de 2008, encaminham esta carta ao poder público, em todas as suas instâncias, e à sociedade brasileira.

É notório que o arcabouço regulatório na área de comunicações, vigente no Brasil, através da Lei 4.117 de 27 de agosto de 1962, a Lei do Cabo e a Lei Geral de Telecomunicações, não garantem a pluralidade, a diversidade e a valorização das culturas regionais que compõe nosso Brasil. A convergência digital das redes de comunicações cria novos paradigmas, que precisam ser usados para quebrar a estrutura concentrada de comunicação e não reforçá-la.

Portanto, é chegado o momento de superar essa desregulação legislativa, levando à sociedade instrumentos de controle e desenvolvimento das comunicações que avancem no sentido da democratização da comunicação. É hora de dar voz aos setores sociais que tem suas bocas historicamente caladas pelo sistema. Um novo marco regulatório para a comunicação em nosso país, além de rever os critérios de distribuição e renovação de concessões na área de radiodifusão, terá de tratar também, dos vários serviços de telecomunicações, da interatividade na TV Digital, dos múltiplos serviços nas redes de TV por assinatura e da produção e distribuição de conteúdos, do apoio e fortalecimento das rádios e TV Comunitárias, da webTVs, do uso e controle democrático da Internet, do acesso em regime público e universal à banda larga e a todo esse mundo novo das comunicações.

Esta necessidade de mudança regulatória foi amplamente discutida durante a Conferência Nacional Preparatória de Comunicação, promovida por diversos órgãos do Legislativo e do Executivo Federal em setembro de 2007, no Congresso Nacional em Brasília. Naquela oportunidade, foi acertada a realização de conferências municipais (regionais) e estaduais que culminariam numa conferência nacional de comunicações, como forma de avançar na construção de uma legislação e políticas públicas que contribuíssem efetivamente na estruturação de um sistema de comunicação mais democrático e justo socialmente. Para que isto aconteça, o Governo Federal já dispõe de R\$ 6 milhões previstos no orçamento de 2008. Estamos no final do ano e até agora nada aconteceu.

Neste sentido, esta Carta do Rio de Janeiro vem de público cobrar do Governo Federal e do Congresso Nacional a realização dessas conferências. E para além de exigir do poder público que cumpra sua obrigação, essa carta é um convite à toda a sociedade brasileira a tomar para si essa pauta e a se somar nesse amplo processo de construção de uma comunicação radicalmente democrática e libertadora.

Propostas do Seminário Pró-Conferência Nacional de Comunicação Rio de Janeiro

Concessões públicas e concentração de mídia

- Legislação que separe a regulação de conteúdo e a regulação de infra-estrutura. O objetivo é possibilitar o controle social dos *conteúdos* e universalizar as estruturas essenciais para comunicação. Pretende-se também otimizar o número de produtores por canal de comunicação, principalmente os relativos aos "monopólios naturais";
- Acabar com o cenário de concentração de mídia e propriedade cruzada;
- Desenvolvimento das Cidades Digitais. A cidade digital trata-se, na verdade, de um sistema intranet espalhado por todo o município por meio de tecnologia Wi-Fi e WiMAX. Assim, toda a cidade passa a fazer ligações locais gratuitas por meio da tecnologia VoIP. Além disso, as cidades virtuais promovem formas avançadas de governo eletrônico por meio de portais virtuais da cidade, além de criar canais alternativos a veículos, rádios e TVs comunitários. As limitações quanto ao acesso à internet são políticas, pois envolvem as empresas de telecomunicação, que costumam cobrar muito caro para ligar as cidades digitais à rede mundial de computadores – tratando-se, portanto, de problema a ser tratado em âmbito federal. Ultrapassada esta barreira, as cidades digitais significam acesso universal à internet; Por isso também existe a necessidade de construção de política pública para garantir acesso à internet para as cidades digitais;
- Reafirmação da necessidade da chamada "classificação indicativa", e a necessidade de regulamentação que vá além desse instrumento, definindo conteúdo que, por exemplo, proteja adolescentes e crianças.

Controle público

- Fomento à criação, implementação, articulação e democratização dos conselhos de comunicação municipais, estaduais e nacional para melhor exercício do controle social;
- Garantir para os conselhos de comunicação a representação democrática dos diversos setores da sociedade, sem a necessidade de exigência de CNPJ;
- Que os conselhos possam ser responsáveis pela concessão de rádios e TVs locais;

Comunicação e Cultura, Mídia e Produção de Subjetividade

- Construção do projeto "Leitura Crítica da Mídia - Educação para a Mídia", encaminhando-o inicialmente p/ as escolas;
- Levar a proposta do projeto "Leitura Crítica da Mídia" para as mesas dos encontros regionais e nacionais de estudantes (psicologia, comunicação e outras áreas de interesse na temática);
- Propiciar formação de lideranças;
- Potencializar a produção cultural, através principalmente das vias comunitárias;

- Viabilizar prática política da linguagem dando ênfase às novas formas de pensar o mundo - novas mentalidades;
- Fortalecimento dos Centros de Cultura;
- Aproveitar os novos e diferentes usos das novas tecnologias (orkut, MP3,etc...);
- Para além das diferentes produções em comunicação, analisar os efeitos dessa leitura crítica no dia-a-dia - sentido de transformação do mundo, outras formas de produção de modos de existência (produção de subjetividades);
- Transformar os projetos em diretrizes políticas, apostando na quebra do monopólio;
- Produção de Seminário abordando a questão da Criança e da Mídia;
- Fortalecimento das campanhas pela Ética na TV, Classificação Indicativa e Fim da Publicidade Infantil (PL 5921);
- Convocar os Movimentos Sociais transversalizando seus motes com a questão da Mídia, por exemplo, mostrando com a grande mídia trabalha a questão racial, da terra, de gênero, etc;

Comunicação pública, comunitária e formação de redes

- Revisão dos critérios de distribuição das TVs e rádios educativas;
- Construção de marco regulatório claro para as rádios universitárias e educativas;
- Orientações para a TV Brasil:
 - construção de uma gestão verdadeiramente pública e participativa;
 - estabelecimento, pela EBC, com a participação da sociedade, de políticas e critérios claros para a seleção de produção independente, de modo a garantir pluralidade e diversidade;
- Que cada estado tenha sua rádio estatal, coordenada por um conselho comunitário (formado por entidades sindicais, escolas, associações de moradores, igrejas, associações culturais, etc). Essa rádio seria mantida pela prefeitura, com quadro de servidores públicos, funcionando, inclusive, como ator de capacitação e de apoio às rádios comunitárias;
- Concessão municipal para as rádios comunitárias, construindo alguma forma de controle ou alternativa equivalente na esfera estadual ou federal;
- Na faixa de frequência de rádios comunitárias, não deve haver necessidade de concessão da União. As comunidades devem se organizar para resolver da melhor maneira possível como dividir esses espaços e sua programação;
- Canal comunitário em todas as cidades: na tv aberta, digital, com operador de rede público;

- Financiamento público para os meios de comunicação públicos;
- Fiscalizar o uso indevido de rádios comunitárias para proselitismo religioso e político;
- Ampliar para até 250 watts a potência de alcance das rádios comunitárias;
- Criação de produtoras de conteúdo públicas;
- Estímulo à produção pública, comunitária através dos pontos de cultura;
- Integração das comunidades em rede da internet com as rádios e TVs comunitárias;
- Criação de um fundo público de financiamento de conteúdo comunitário, que pode ter como origem o percentual de verbas publicitárias ou os recursos do FUST, por exemplo.
- Cota de programações comunitárias nas TVs estatais e privadas;
- Desenvolvimento do selo social de democratização da comunicação, que seria dado às instituições que contribuíssem (materialmente ou de outra forma) com a comunicação comunitária. Fica proibida a veiculação desses apoios na grade de programação;
- Selo da Mídia Livre para ser destinado a todos os veículos de comunicação que lutam pela democratização da comunicação;
- Estreitar a relação entre o Ministério Público e o movimento pela democratização da comunicação;
- Destinação de percentual da verba publicitária para a comunicação comunitária;
- Estímulo à veiculação de propagandas institucionais nos meios de comunicação comunitários;
- Inclusão da comunicação comunitária nos orçamentos municipal, estadual e federal (com estabelecimento pré-definido de um percentual mínimo de recursos);
- Produção de documento com o passo a passo de orientação para criação de rádios e tvs universitárias e comunitárias;
- Estimular o uso de jornais, rádios e TVs comunitárias, sindicais, populares, entre outros, como campo de estágio para universitários;
- Trabalhar a criação de redes junto aos produtores de informação;

Normas e padrões nacionais em comunicação

- Estabelecimento de um planejamento que inclua a discussão da melhor forma de implementação das novas tecnologias no Brasil e do estabelecimento de seus respectivos padrões;

- Desenvolvimento de trabalho sistematizado de acompanhamento e estabelecimento dos padrões nacionais na área, sabedores de que os padrões internacionais emanados pela UIT (União Internacional de Telecomunicações), e por outros organismos, são apenas parte de um arcabouço de normas que precisa ser complementado em cada país por especificações adicionais e escolha de alternativas de implementação. A não realização deste acompanhamento pode custar caro para a sociedade, em última análise, por demandar equipamentos de interfuncionamento entre sistemas com padrões diversos cujos custos irão certamente se refletir nas tarifas;
- Pelos termos do artigo 19 da Lei Geral de Telecomunicações, itens IV, VIII, X, XII e XIV, o desenvolvimento de padrões nacionais é de competência da Anatel, a qual julgamos seja o organismo nacional mais bem aparelhado para conduzir esta tarefa de forma sistematizada, desde que amparada dos recursos necessários. A estruturação das atuais Comissões Brasileiras de Comunicações (CBCs) da Anatel, com a participação efetiva de operadoras, provedores, fabricantes, órgãos de pesquisa, universidades, entidades e movimentos da sociedade civil, nos parece o caminho natural para que a tarefa seja assumida adequadamente;
- Necessidade da existência de um fórum técnico de normalização nas Comissões Brasileiras de Comunicações, onde o entendimento e os compromissos serão exercitados com transparência e liberdade, se constituirá em um pólo de desenvolvimento do conhecimento e da cultura na área;

Conferência Nacional de Comunicação

- Garantir para a Conferência a representação democrática dos diversos setores da sociedade, sem a necessidade de exigência de CNPJ.
- É fundamental a ampliação do processo de Conferência para outros setores além dos movimentos da comunicação.

Anexo 3:

Seminário Estadual Pró-Conferência Nacional de Comunicação

Carta de Porto Alegre

Reunidos em um Seminário Estadual, representantes de movimentos sociais, entidades de trabalhadores, estudantes, pesquisadores, militantes pela democratização da comunicação do Rio Grande do Sul reivindicam a realização urgente da Conferência Nacional de Comunicação.

Os signatários deste documento consideram que o Governo Federal deve criar imediatamente um Grupo de Trabalho para organizar a Conferência nas suas dimensões regionais e nacional. À Conferência Nacional de Comunicação caberá a tarefa de sugerir ao país um novo modelo de comunicação que considere as aspirações da nação brasileira, promovendo a inclusão social e a capacitação da sociedade para a compreensão do fenômeno da comunicação social e das suas decorrências, que se impõem sobre a política, a economia, a cultura.

Para tanto, a referida Conferência deve centrar seus esforços nos debates e formulações de políticas públicas de comunicação, regulando e atribuindo um papel civilizatório aos sistemas de comunicação nas suas estruturas pública, estatal e privada; aos meios de comunicação em suas várias plataformas, e considerando o advento da digitalização; às relações de cidadania e de consumo que transitam pela produção e recepção do conteúdo da comunicação social.

Os participantes do Seminário Estadual Pró-Conferência alertam, ainda, que a Conferência Nacional deve dedicar especial atenção à radiodifusão comunitária, pela sua relevância democrática; ao processo de concessões de outorgas para radiodifusão, hoje minado pelo tráfico de influências; à qualidade da programação das TVs abertas, considerando o impacto social das mesmas; aos reflexos da convergência midiática na educação, atentando para seus aspectos negativos e positivos; à ética da comunicação, destacando seus reflexos na formação de educadores e na preservação de valores identitários; à criação de mecanismos internacionais contra a baixaria na mídia.

Por fim, os participantes do Seminário assinalam que o Governo Federal não pode se furtar ao encaminhamento da Conferência, já referendada pelos movimentos sociais, pelo setor privado e por vários setores governamentais, entre eles o Ministério das Comunicações. Se em muitos campos de atividade o Brasil vive um tempo de mudanças de paradigmas, com a implantação de políticas públicas modernas, por que manter na comunicação um modelo superado, oligárquico e refratário às suas responsabilidades sociais?

Os riograndenses, através do Seminário Estadual Pró-Conferência, reclamam imediatas providências para o encaminhamento da Conferência Nacional de Comunicação, abrindo caminho para uma sociedade justa e democrática, onde vigore o respeito aos direitos sociais e humanos e à diversidade nas formas de expressão, de comunicar e de ser.

Porto Alegre, 22 de novembro de 2008.

Anexo 4:

Pela realização da
I Conferência Nacional de Comunicação

Nota oficial da Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação

O movimento Pró-Conferência Nacional de Comunicação, atuante desde junho de 2007 - composto por mais de 30 entidades da sociedade civil de âmbito nacional, pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados e pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal - reivindica a realização da referida Conferência, assentada nas premissas abaixo discriminadas.

Quanto às características e propósitos:

1. A Conferência terá caráter amplo e democrático, abrangendo representações do governo, da sociedade civil e empresários.
2. Sua abrangência será nacional, devendo contemplar no mínimo etapas estaduais, nas quais haverá discussão do temário, apresentação de propostas e eleição de delegados à nacional.
3. Caberá ao Governo Federal a sua convocação, pelas instâncias adequadas.

Quanto aos objetivos:

1. Identificar os principais desafios relativos ao setor da comunicação no Brasil.
2. Fazer um balanço das ações do poder público na área.
3. Propor diretrizes para as políticas públicas de comunicação.
4. Apontar prioridades de ações governamentais dentro destas diretrizes.

Quanto ao formato:

1. Seu formato será definido por um Grupo de Trabalho a ser criado por portaria ministerial do Governo Federal. Dele participarão representantes do governo, da sociedade civil e dos empresários, designados pelos respectivos setores.
2. Caberá ao GT definir a metodologia, a estrutura, a organização, o calendário e os temas

da Conferência, firmando-os em um Regimento Interno.

3. Tal documento terá caráter oficial, devendo ser ratificado pelo Governo Federal. Oficializado o Regimento Interno, caberá ao Governo Federal, pelas instâncias adequadas, criar e ativar uma comissão responsável pela organização da Conferência. Ela conduzirá do processo da Conferência até a sua reunião nacional. Será estruturada com representação idêntica à do GT.

Quanto à proposta temática:

1. A Conferência tratará da comunicação como direito, especialmente no que incide sobre a soberania nacional, a liberdade de expressão, a inclusão social, a diversidade cultural e religiosa, as questões de gênero, a convergência tecnológica e a regionalização da produção.

2. Os debates serão organizados em torno de três eixos:
 - a. Meios de Comunicação;
 - b. Cadeia Produtiva;
 - c. Sistemas de Comunicação.

Consideram-se Meios de Comunicação a televisão aberta, rádio, internet, telecomunicações por assinatura, cinema, mídia impressa e mercado editorial. A Cadeia Produtiva abrange os processos de produção, provimento, distribuição e recepção. Os Sistemas de Comunicação se agrupam nas categorias público, estatal e privado.

Brasília, 19 de março de 2008.

Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação